

Em Custóias
EX-"PIDES"
FAZIAM
PARTE
DA
"COMUNIDADE"

Pág. 13

MILITARES
VÃO TER
SUBSÍDIO
DE FÉRIAS

Pág. 10

FUTEBOLISTAS
ADEREM
À
INTERSINDICAL

Pág. 16

No rio Douro
BARRAGEM
DO POCINHO
VAI
ARRANCAR

Pág. 4

AMÉRICO
TOMÁS
DEMITIDO
DA ARMADA

Pág. 18

TERRA
NACIONALIZADA
AFECTA
A
COOPERATIVAS

Pág. 5

20 PÁGINAS

PODER POPULAR

Definido pela Assembleia do M.F.A.

A consagração do poder popular, traduzindo a aliança Povo-M.F.A., ficou claramente expressa após cerca de 18 horas de reunião da Assembleia, que aprovou as medidas mais revolucionárias tomadas desde o 25 de Abril, conduzindo à destruição do inoperante, caduco aparelho estatal, que até hoje tem constituído o maior entrave ao avanço do processo.

Com o esquema apresentado, o poder popular passa a ser um facto real e uma força determinante do processo revolucionário «fomentando a participação revolucionária das massas, no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos do poder popular».

No momento em que a onda de boatos procurava atingir um clímax que pudesse destruir o equilíbrio político no seio do M.F.A., estas resoluções vêm clarificar muitos aspectos e definir quais são os verdadeiros objectivos que o M.F.A. preten-



de atingir. O comunicado final e o documento anexo explicando o desenvolvimento de todo o mecanismo de ligação entre o Povo e o M.F.A. não deixam qualquer espaço de manobras para outras forças que não sejam as que justamente se puseram ao lado das classes trabalhadoras.

Congresso dos sindicatos

TODOS OS TRABALHADORES DEVEM PARTICIPAR

«As tarefas dos sindicatos, a organização dos trabalhadores na empresa e a formação sindical» são alguns dos problemas a debater no próximo Congresso dos Sindicatos, segundo foi esta manhã divulgado por dois elementos do Secretariado na Intersindical, no decorrer da conferência de Imprensa, na qual foi também distribuído um extenso documento a apresentar aos participantes no Congresso e que será discutido também por todos os trabalhadores portugueses.

O Congresso dos Sindicatos realiza-se nos próximos dias 25, 26 e 27. Desconhece-se ainda o local onde se efectuará, mas a sessão final deverá efectuar-se num recinto bastante amplo, talvez o Campo Pequeno, para que todos os trabalhadores interessados tenham uma palavra a dizer sobre as conclusões do Congresso.

Não haverá convidados nacionais ou estrangeiros, à excepção do Movimento das Forças Armadas que deverá assistir aos trabalhos do Congresso. Nesses três dias de reuniões, será também eleito o novo secretariado da Intersindical.

«Pela primeira vez — lê-se no documento — numerosos representantes dos trabalhadores podem exprimir legitimamente as aspirações e as ne-

cessidades, as opiniões e o querer do povo trabalhador português, traduzindo o seu compromisso na luta ardente pela consolidação do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974, a sua participação activa na criação de condições que conduzirão à sociedade socialista portuguesa, à sociedade que porá fim à exploração do homem pelo homem».

Os trabalhadores presentes no Congresso debaterão ainda vários problemas relacionados com a vida sindical (política sindical; movimento sindical português; reestruturação dos sindicatos; formação e informação sindical ou as tarefas dos sindicatos) e tudo o que se realiza com a vida económica e social dos trabalhadores, tais como o emprego, habitação, previdência, saúde e assistência, higiene e segurança no trabalho, tempos livres e ensino e formação profissional.

A batalha da produção, o controlo operário e a unidade na acção — a força dos trabalhadores será também objecto de discussão no decorrer dos trabalhos.

A hipótese do célebre «direito de tendência» que abriu uma nova frente de luta na vida sindical poderá eventualmente ser também objecto de discussão.

Continua na pag. 18

A Assembleia saldou-se portanto por um resultado altamente positivo no sentido progressista, reflectindo assim, de uma forma democrática, as tomadas de posição que nas semanas anteriores haviam sido tomadas ao nível de unidades.

O grande problema, agora, estará em pôr em prática aquilo que em teoria corresponde à via da implantação de verdadeiros órgãos do poder popular. Para isso o M.F.A. está disposto a um reforço da autoridade revolucionária provavelmente muito diferente daquela que tem evidenciado até aqui.

A Assembleia terminou já depois das 4 da madrugada sem que no entanto tivessem sido tratados todos os assuntos constantes da ordem do dia. Os trabalhos prosseguirão na próxima semana.

O general Vasco Gonçalves, que desde há longos meses tem constituído um dos alvos preferidos da reacção nacional e internacional, viu reforçado o seu prestígio e a análise que fez da situação política e da forma de superar as situações de impasse foi aprovada na generalidade e enviada para todas as unidades, para dela tomarem conhecimento.

COMUNICADO FINAL

Pouco depois das quatro horas o capitão Clemente leu aos órgãos da Informação presentes o comunicado final, cujo teor é o seguinte:

«A Assembleia do Movimento das Forças Armadas, reunida em sessão ordinária em 8 de Julho de 1975, depois de ter sido feita uma exposição

pelo Presidente da República, sobre política internacional, debruçou-se sobre os pontos constantes na agenda de trabalhos que foram considerados de maior importância. Assim, a ordem do dia iniciou-se com a discussão do momento político nacional. A Assembleia apoiou claramente o Plano de Acção Política e vinculou-se, politicamente, às suas linhas gerais. Dentro do mesmo ponto, a Assembleia aprovou na generalidade um documento de análise política global apresentado pelo Primeiro-Ministro, em que são referidos os factores da crise actual e as condições da sua superação. Foi ainda aprovado que este documento, considerada a sua importância e objectividade, seja estudado e discutido nos

Continua na pag. 10

VINTE "PIDES" JÁ ESTARIAM EM TERRITÓRIO ESPANHOL

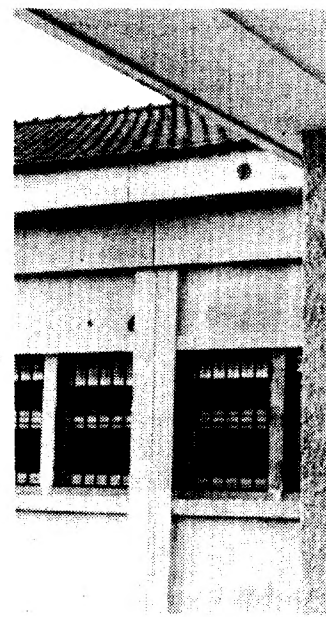
MADRID, 9 — (A.N.I./F.P./R./«D.L.»). Segundo fontes seguras inquiridas aqui pelo correspondente da A.N.I., Manuel Lopes, cerca de 20 dos 89 «pides» fugidos em 29 de Junho da prisão de Alcañiz já se encontrariam em território espanhol, havendo — escreve o jornalista — «a possibilidade de se lhes juntarem mais».

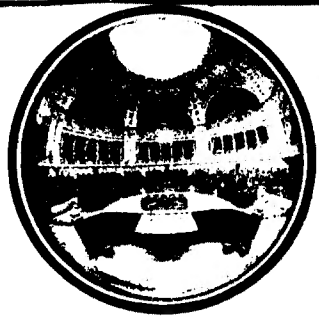
Entretanto a agência Cifra confirma a chegada de quatro ex-agentes da desmantelada polícia política portuguesa. Teriam pedido asilo político ao Governo espanhol. A sua passagem pela fronteira verificou-se nas zonas de Cáceres (três) e Salamanca (um).

Manuel Lopes escreve também: «Embora nada se saiba de concreto, julga-se que será difícil que o Governo (de Madrid) tome uma posição oficial de acolhimento.» A nível parti-

cular, porém, os «pides» encontrarão «toda a protecção e apoio de alguns grupos ou organizações que estão preparados para isso desde há tempos, mercê das suas actividades e estruturas». E numa referência por omissão ao E. L. P.: «Pensa-se no entanto que serão diferentes da Irmandade de Nossa Senhora de Fátima que, com sede em Madrid e presidida pela infanta Pilar e a que pertencem personalidades muito conhecidas da vida espanhola, dá emprego em casas particulares a portugueses que têm saído de Portugal.»

Entretanto um telegrama U.P.I./A.N.I. fornece outra precisão sobre a fuga dos quatro «pides» cuja presença em Espanha já não oferece dúvida: teriam cruzado a raia no domingo e na segunda-feira passados. As identidades não são conhecidas.





ASSEMBLEIA
CONSTITUINTE

PARALELISMOS OPORTUNOS

Enquanto, no Instituto de Sociologia Militar, a Assembleia do M. F. A. avançava propostas concretas e de enorme importância para a criação de uma nova sociedade em Portugal, a outra Assembleia, a constituinte, saída de uma campanha eleitoral de que todos estamos bem lembrados e do tão reclamado sufrágio secreto, ouvia em S. Bento um muito filosófico discurso do deputado P. D., José Augusto Seabra, em defesa de um projecto de constituição do daquele Partido — ainda não conhecido, mas que, pelos vistos, propõe a via socialista através da experiência social-democrática. Como era de esperar.

Aí, o representante do P. C. P., Vital Moreira, propôs ao presidente da Mesa que só se justificaria uma iniciativa do género depois de todos os deputados conhecerem todos os projectos de todos os partidos. Foi apoiado pelo líder parlamentar do P. S., Lopes Cardoso, e o prof. Henrique de Barros anuiu adiando os trabalhos para amanhã. Foi, esta, uma aliança surpreendente, até pela altura em que surgiu, entre o P. S. e o P. C. P. Corresponderá a alguma coisa, olhando o futuro?

Outro facto marcante foi a intervenção do deputado da U. D. P., Américo Duarte, algumas vezes saudado pelas galerias e que mereceu resposta azeda do líder do C. D. S., Américo Duarte atacou em força o aumento de tarifas da C. P., a fuga dos

pides, a Comissão de Extinção da P. I. D. E.-D. G. S., os outros partidos todos da Assembleia e, muito especialmente, o C. D. S. e outro que não está lá, o P. D. C. Pondo entre aspas as palavras «democrático» em ambos. Ao fim deste ataque geral, apresentou uma proposta exigindo a dissolução imediata do C. D. S. e do P. D. C., o julgamento em tribunal revolucionário e popular dos «pides», a divulgação dos arquivos da P. I. D. E. e destruição dos arquivos dos antifascistas, um protesto contra as novas tarifas nos transportes ferroviários e uma palavra de ordem: «Rádio Renascença ao serviço do povo trabalhador, abaixo o patronato reaccionário que se esconde por detrás do Patriarcado». Só um dos pontos foi aprovado, curiosamente: o que pede a divulgação dos arquivos da P. I. D. E. e destruição dos arquivos dos antifascistas...

Outras intervenções houve ainda, como a de dois redactores do «República», deputados pelo P. S.: João Gomes, disposto a integrar aquele jornal na «batalha da produção»; e Jaime Gama, apoiando o último discurso do general Costa Gomes.

Além disso, expediente vário, incluindo cartas e abaixo assinados de simpatizantes do P. P. D. em apoio da assembleia. Américo Duarte, aliás, apresentaria outro protesto: o de não ter sido divulgado um telegrama de trabalhadores da «Applied Magnetics».

De ontem para hoje

A NORUEGA AJUDA

«Esta segunda reunião permitiu chegar a resultados concretos que são de uma apreciável vantagem para o nosso país» — disse o ministro do Planeamento e Coordenação Económica do Governo Português, Mário Murteira, no decurso duma conferência de imprensa dada ontem para balanço público de dois dias de reunião da Comissão Económica Mista Luso-Norueguesa. A criação de um crédito à exportação de equipamentos portugueses para a Noruega — crédito esse que pode atingir o montante de 500 mil contos — foi negociada e objecto de acordo entre uma sociedade norueguesa e a Sociedade Financeira Portuguesa: deve ser assinalada destacadamente.

Mário Murteira fez o balanço dos resultados obtidos. Em matéria de pesca — disse — «ficou acordado que um navio pesqueiro seria transformado, despesas a cargo do Governo da Noruega, num navio de pesquisa sobre pesca». Em matéria de agricultura — trocaram-se impressões, chegou-se a resultados interessantes para a nossa produção vinícola, e considerou-se a possibilidade de um acordo no contexto da E.F.T.A. Além disto, ficaram estabelecidas — disse o ministro — «formas de colaboração no domínio da florestação». Em matéria de indústria — «foram tratados vários assuntos designadamente os fornecimentos de equipamento português para a pesquisa de off-shore». Murteira, ainda: «Foi também discutida a futura instituição, no âmbito da E.F.T.A., dum fundo de desenvolvimento industrial para o nosso país». E outras coisas.

Falou Murteira, falou, depois, Per Kleppe, ministro das Finanças, Noruega. Disse que os objectivos desta reunião haviam sido praticamente todos alcançados. Referindo-se à criação dum fundo de desenvolvimento industrial a favor do nosso país, esclareceu que ele fora sugerido não só pela Noruega mas também pela Suécia. «E estamos na disposição de reforçar a ideia junto dos demais países da E.F.T.A., na próxima reunião que vamos ter, ainda este mês» acrescentou.

Uma pergunta que alguém fez sobre a atitude norueguesa perante a nova situação política no nosso país. A resposta

de Per Kleppe disse que o Governo Norueguês se encontra na disposição de «ajudar o desenvolvimento da democracia em Portugal». Mário Murteira, a propósito, chamou a atenção para o «exemplo positivo» que é a Noruega «ajudar-nos» neste (crítico) momento.

O DIA DA MARINHA

Foi ontem. E foi por isso que os navios de guerra estiveram embandeirados em arco todo o dia, enquanto a bandeira nacional esteve hasteada em todos os estabelecimentos dependentes do Ministério da Marinha. Entre as 17 e as 19 horas, esteve na Doca da Marinha, para ser vista pelo público, a corveta «João Roby».

OUTRO INCÊNDIO

Outro incêndio foi pouco depois da meia-noite na mata junto ao Moinho do Pauliteiro (ali ao pé do Estádio Nacional). Alertados, vieram os bombeiros de Linda-a-Pastora e apagaram as chamas. Inutilmente, os de Carnaxide vieram a seguir. O matutino que dá breve notícia chama a atenção para o facto de a zona florestal onde isto aconteceu não se encontrar sob vigilância.

SEARA A ARDER

Ardeu uma seara de trigo nas proximidades de Lisboa: no Casal do Canas, Carnaxide. Os bombeiros, que chegaram impediram que o incêndio alastrasse a searas vizinhas, lograram salvar alfaia e equipamentos, mas, mesmo assim, os prejuízos que houve (trigo queimado) devem elevar-se a centenas de contos. Foi ontem à tarde, quase à noite, não se sabe porquê.

LISBOA E PORTO DESLIGADOS

Das 8 e 40 às 11 e 30 de ontem, não era possível, de Lisboa, telefonar ou telegrafar para o Porto. Do Porto, a mesma impossibilidade em relação a Lisboa. Nada a ver com greves: apenas uma escavadeira dos serviços dos T.L.P. cortou, desprevidadamente, o cabo coaxial que liga as duas maiores cidades do País. Salvou a situação o trabalho feito pelos técnicos competentes.

REESTRUTURAÇÃO DOS SECTORES NACIONALIZADOS

Por decreto da Presidência do Conselho de Ministros, são prorrogados, até 31 de Dezembro próximo, os prazos fixados nos diplomas regulamentadores das nacionalizações já decretadas, tanto para a reestruturação das empresas e sectores nacionalizados, como para a fixação das condições da indemnização a atribuir aos titulares de acções e de quotas representativas do capital social.

Por igual período são prorrogadas as comissões administrativas nomeadas para gerir as empresas nacionalizadas, à data da entrada em vigor deste decreto-lei.

Foi ainda considerado, relativamente às indemnizações a fixar, que o esquema a instituir deve, tanto quanto possível, ser uniforme para todas as empresas e sectores nacionalizados.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Foi aprovada a lei orgânica do Ministério dos Transportes e Comunicações, que compreende as Secretarias de Estado dos Transportes e Comunicações e da Marinha Mercante.

O Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes e a Obra Social constituirão, transitivamente, departamentos comuns ao Ministério do Equipamento Social e do Ambiente e ao Ministério dos Transportes e Comunicações.

A Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações compreende os departamentos seguintes: Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Direcção-Geral de Viação, Serviço Meteorológico Nacional, Fundo Especial de Transportes

Terrestres e Gabinete do Novo Aeroporto de Lisboa.

A Secretaria de Estado da Marinha Mercante compreende os seguintes departamentos: Administração-Geral do Porto de Lisboa, Administração dos Portos do Douro, e Leixões, Direcção-Geral de Portos, Conselho Superior de Marinha Mercante, Direcção-Geral da Marinha de Comércio, Direcção-Geral do Pessoal do Mar, Direcção-Geral dos Estudos Náuticos e Inspecção-Geral de Navios.

O Planeamento de Transportes e Exploração Rodoviária — circulação nas infra-estruturas viárias e cobrança de portagens — actualmente a cargo da Junta Autónoma de Estradas, passam a depender da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações, com estatuto a definir oportunamente.

Encontram-se sob a tutela administrativa do Governo, exercida pelo Ministério dos Transportes e Comunicações, as empresas nacionalizadas seguintes: Correios e Telecomunicações de Portugal, Telefones de Lisboa e Porto, Caminhos de Ferro Portugueses, Transportes Aéreos Portugueses, Companhia Nacional de Navegação e Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos.

REGRESSOU CARLUCCI

O embaixador americano em Portugal, Frank Carlucci, «especialista em assuntos de pobreza», como declarou numa entrevista ao nosso colega do Porto «Jornal de Notícias», regressou ontem de manhã à sua residência de Lisboa após uma ausência de três semanas na base aérea de Torrejón de Ar-

doz, perto de Madrid, onde teria estado a tratar-se de uma infecção viral.

Observadores fizeram notar em tempo que no fim-de-semana de 21/22 de Junho passou pela capital espanhola o director-adjunto da C.I.A., general Vernon Walters.

AOS TRABALHADORES QUÍMICOS DE LISBOA

Chegou a altura de darmos o grande passo em frente pelo Sindicato Vertical! Vão realizar-se as assembleias de sector de cada Sindicato para integração dos respectivos trabalhadores no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas. Vê no mapa abaixo o dia, hora e local da tua assembleia. E comparece!

SINDICATO	DIA	MES	HORA	LOCAL (LISBOA)
ARTES GRAFICAS	14	JULHO	21	SEDE DO SINDICATO - RUA DA BARROCA, 107-2.º
COBRADORES	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - RUA POÇO DOS NEGROS, 153-2.º
CONSTRUÇÃO CIVIL	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - PRAÇA D. LUIS, 17-1.º
CONTINUOS E PORTEIROS	11	"	21	RUA DO ALECRIM, 46-1.º
ELECTRICISTAS	11	"	20,30	INSTITUTO SUPERIOR TECNICO - ANFITEATRO DE ELECTRICIDADE
ENFERMEIROS	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - PRAÇA MARQUES DE POMBAL, 6-3.º
ENGENHEIROS	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - AV. ANT. A. AGUIAR, 3-0
ENGENHEIROS TECNICOS	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - RUA JARDIM DO REGEDOR, 37-2.º
ESCRITÓRIOS	11	"	21	VOZ DO OPERARIO (RUA VOZ DO OPERARIO)
GARAGENS	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - AV. ALMIRANTE REIS, 45-1.º
HOTELARIA	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - PATIO DO SALEM, 4-2.º
METALURGICOS	11	"	21	CAIXA ECONOMICA - (RUA VOZ DO OPERARIO)
OFICIAIS MAO. M. MERCANTE	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - AV. D. CARLOS I, 101-1.º ESO.
SERVICO SOCIAL	17	"	21	SEDE DO SINDICATO - RUA LUCIANO CORDEIRO, 19-3.º DTO.
TECNICOS DE DESENHO	11	"	21	SALAO BOMBEIROS VOLUNTARIOS LISBOENSES - R. CAMILO CASTELO BRANCO
TELECOMUNICAÇÕES	17	"	21	SEDE DO SINDICATO - LARGO DE SANTOS, 13-3.º ESO.
TELEFONISTAS	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 63-2.º DTO.
TOPOGRAFIA	14	"	21	SEDE DO SINDICATO - RUA DA ALEGRIA, 134-4.º ESO.
TRAB. COMERCIO	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - AV. DA REPUBLICA, 29
TRANSP. RODOVIARIOS	11	"	21	SEDE DO SINDICATO - AV. VISCONDE VALMOR, 34-1.º

De acordo com a lei das associações sindicais estas assembleias só podem realizar-se se se encontrarem presentes 10 % dos trabalhadores do sector.

NÃO FALTES!

TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS UNIDOS
EM FRENTE PELO SINDICATO VERTICAL!

O GRUPO DE TRABALHO

(Sindicatos Electricistas, Escritórios, Metalúrgicos,
Químicos, Trab. Comércio e Transp. Rodoviários)

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALO- -MECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA

Av. D. Carlos I, 42, 2.º — Lisboa

A V I S O

Avisam-se todos os Delegados Sindicais que o Plenário marcado para o dia 10 do corrente, no Salão da Voz do Operário é adiado para o dia 17, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, em virtude de a data inicialmente marcada coincidir com a manifestação convocada pela Intersindical.

Mantém-se a mesma Ordem de Trabalhos, que, passamos a transcrever:

1. Análise da situação política e sindical
2. Problemas da Previdência
3. Informações sobre verticalização e contratação colectiva

Lisboa, 8 de Julho de 1975

A COMISSÃO DIRECTIVA

post scriptum

O M. E. I. C. vai aceitar?

Leitor há dezenas de anos do «D. L.», aproveite o cantinho «Post-Scriptum» para expor a quem de direito, o seguinte: Nas passagens de ano nas Faculdades, aos alunos são atribuídas as classificações de «aptos e não aptos». Quanto aos aptos, são atribuídas as letras A, B ou C, conforme os seus conhecimentos, segundo determinação superior.

Acontece que ontem, dia 3, se procedeu na Faculdade de Letras, a uma votação, quanto a mim ilegal, sobre a maneira de classificar os alunos. Quem obteve a maioria foi a que deseja a classificação de só «alto e não apto» contrariando assim, o que foi superiormente determinado. Note-se que numa população escolar de cerca de 700. Assim:

O M. E. I. C. exige que a classificação se faça de uma maneira e a votação ontem efectuada, contrariou o que está determinado.

Como sair deste impacto? Vai o M. E. I. C. aceitar a votação? E se não a aceitar?

Os alunos que votaram contra a determinação do M. E. I. C., na sua maioria, estão-se nas «tintas», pois tanto se lhes dá que a passagem de ano se realize como não, isto por serem pessoas «bem» que se dizem revolucionárias, mas que afinal não passam de burgueses reaccionários.

E aqueles que estudam com bastantes sacrifícios dos pais. Irão ser prejudicados pelos que só aparecem na Faculdade, para complicarem a vida dos outros?

A solução está nas mãos do M. E. I. C., e a maioria dos pais que fazem sacrifícios, para que os filhos estudem e sejam úteis à Nação, esperam que medidas sejam tomadas, para que se acabe de vez, com as anomalias que se praticam.

O pai de uma aluna (devidamente identificado. O nome não é revelado, a seu pedido, a fim de preservar a filha de possíveis represálias)

«A banca ao serviço do povo»

Sou funcionário da Caixa Nacional de Pensões. Dirigi-me à delegação do Campo Grande do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa para levantar um cheque de um ordenado que é pago através daquele banco. Em troca do cheque foi-me entregue a chapa 285.

Aguardei bastante tempo, mais de meia hora, mas como já naquele banco me haviam explicado que quando aparecem vários cheques da C. N. P. são todos conferidos de uma vez, continuava a aguardar, embora já com impaciência, como acontecia ao possuidor da chapa 284.

Em determinado momento surge um funcionário da tesouraria da C. N. P., com vários cheques, recebe a chapa 295 e é imediatamente atendido!!!

Ao pretender saber o que se passava, assim como o possuidor da chapa 284, foram-me ditas estas frases (...):

«Eu quero lá saber da Caixa para alguma coisa» (...)

«Vá passear e não me chateie!»

Creio que não será necessário acrescentar mais qualquer comentário.

Maria Manuela Batista Santos, Lisboa

Clínica de Santa Cruz

Para esclarecimento de uma notícia publicada pelo v/ jornal, de que aliás sou assídua leitora, no passado dia 1/7, sob o título: «Mulheres parajadas em cima de um cobertor», venho esclarecer o seguinte: Onde se lê «Comissão de Moradores da Barcarena» deverá ler-se «Comissões de Moradores da freguesia de Barcarena» (em vez de uma passarmos a ser cinco: a moção de repúdio foi subscrita por cinco comissões).

Além disso, o que é muito importante, estas comissões de moradores não dizem «não» à transformação da Clínica de Santa Cruz em maternidade por simples birra; há razões e muito válidas para isso e que são:

Possui o melhor bloco operativo da Península (cinco salas de operação); unidade única de queimados, no País; melhor serviço de prematuros do País; segunda unidade para tratamento de doenças coronárias; melhor centro de diagnóstico auxiliar; aparelhagem de reanimação superior à existente no Hospital de Santa Maria. E, além de tudo isto, também tem um piso só para maternidade.

Portanto, utilizar toda esta potencialidade só como maternidade, parece-nos um crime de lesa-saúde.

Suzette Alfaiate, Tercena (Barcarena)

Turismo social

É necessário arrancar para uma nova política nacional de turismo social, gigante, com casas de repouso, sanatórios, balneários, termas, isto tudo congregado numa organização que até, por sinal, já existe: INATEL.

J. C. Pires, Lisboa

Claro que é necessário tudo isso, amigo. Temos mesmo que pensar que não se pode exigir trabalho sem a necessária compensação de descanso. Mas, é bom não esquecermos, temos, também, que compreender que não haverá boas condições de descanso sem haver, antes, muito trabalho. A batalha da produção é uma coisa muito séria. Dela depende, agora, tudo o que vier no futuro.

DIFICULDADES LEVANTADAS PELA LEI DE ARRENDAMENTO RURAL

No dia 15 de Abril passado foi publicada a nova lei de arrendamento rural.

Antes da sua publicação esta lei foi muito falada na rádio, televisão e jornais.

O Governo, por todos os meios, pediu que as pessoas (os agricultores) se debruçassem sobre o estudo da nova regulamentação que ia atingir cerca de 300 000 explorações agrícolas, isto é, mais de um terço das existentes e cerca de um milhão de pessoas.

Acontece que, os trabalhadores rurais e rendeiros alentejanos, (porque estava em causa a sua própria subsistência e mais politizados em razão de uma tradição de luta que já vem de muito atrás) deram-se conta da importância de tal lei e estudaram os projectos; deram sugestões — poderiam.

No Norte, esta paz poderia de que é o sr. «doutor» — o caci-que — quem trata de tudo isso...

Na verdade, em certas zonas e regiões deste País: Norte, Noroeste e Nordeste transmontano, beirão e minhoto e não só... a Revolução passa ainda muito longe!...

E ninguém se interessou.

E os resultados estão à vista.

Pelo Artigo 44.º da nova lei ficam proibidas todas as formas de parceria agrícola, isto é as explorações de «meias» ou de «terças» ou lá do que for.

Todos os contratos, nesses termos, têm de ser convertidos em arrendamento no prazo de 90 dias a contar da publicação do decreto.

Quer dizer: Até ao dia 14 de Julho próximo, todos os contratos de parceria têm de se transformar em arrendamento.

Para isso, os senhorios ou

caseiros, devem notificar a parte avisada por carta registada com aviso de recepção, dizendo-lhe para vir reduzir a escrito o contrato.

Atenção: Todos os contratos de arrendamento são, obrigatoriamente reduzidos a escrito.

Estes contratos devem ser feitos em quadruplicado: um para o caseiro outro para o senhorio, outro para as Finanças e outro para o Instituto de Reorganização Agrária, para onde devem ser enviados no prazo de 30 dias após a sua assinatura.

Daqui resulta: 1.º notificar; 2.º reduzir a escrito.

Mas, pode acontecer, que feita a notificação, nem o senhorio, nem o caseiro apareçam. E pode acontecer que mesmo aparecendo, não cheguem a acordo sobre o montante da renda que será, obrigatoriamente, fixada em dinheiro.

É certo que o rendeiro cultivador directo pode pagar em géneros, se quiser. Mas, a renda tem de ser fixada em dinheiro e, só no fim de cada ano é que ele escolhe: ou entrega o dinheiro, ou os produtos ao preço que forem superiormente fixados.

Isto posto.

E se o senhorio ou o rendeiro, sendo notificados, não aparecerem?

Parece que, nos termos do n.º 4 do Artigo 2.º, o faltoso não poderá requerer qualquer procedimento judicial relativo ao contrato.

Isto é: o senhorio não pode obrigar (judicialmente) o caseiro a pagar-lhe a renda, nem a despedi-lo. Nada. Como que perde a terra.

O rendeiro perderá o direito ao arrendamento, porque deixa de ter qualquer título que justifique a sua exploração.

Quer dizer: pode ser despedido de um momento para o outro, porque não poderá requerer qualquer procedimento judicial relativo ao contrato.

Vamos, agora, a supor que comparecem o rendeiro e o senhorio, mas não chegam a acordo, quanto ao montante da renda.

Neste caso qualquer das partes (e ambas são interessadas) deve recorrer à Comissão Arbitral a funcionar na sede da comarca, a fim de esta fixar o montante da renda.

A lei não é muito clara a este respeito, mas parece ser esta a conclusão a tirar do Art.º 27.º e de toda a economia do diploma referido.

Mas, onde a lei nos parece totalmente omissa, é na determinação dos critérios para converter a parceria em arrendamento.

Com efeito há contratos de parceria que têm 10, 20 ou até mais anos, em vigor.

Em cada ano o senhorio recebia (e o rendeiro pagava) uma quantia variável de produtos (milho, centeio, vinho, etc.). Tudo dependia de muita coisa que não vale a pena estar aqui a analisar.

Mas, sendo assim, como converter numa quantia certa... o que era incerto?

Avaliando a produção deste ano, como diz o n.º 2 do Art.º 6.º para o cultivador directo?

Simplemente, este critério não pode ser seguido, até porque os contratos devem estar prontos (escritos) até 14 de Julho e as sementeiras são apenas nos fins de Setembro e Outubro. Não se pode determinar já o que se virá a colher.

Depois, converter a quota parte a pagar numa renda fixa pode ser profundamente injusto para qualquer das partes.

Por JA WLE GRALHEIRO

Basta supor a hipótese de a conversão se fazer num ano excepcionalmente bom ou excepcionalmente mau.

Daqui resulta que o melhor critério seria tomar em consideração as quotas pagas nos últimos 5 anos e tirar uma média.

Só que isto será fonte de novas questões, pois o rendeiro dirá que pagou X e o senhorio X mais Y.

E, muitas vezes, nem um nem outro já se não lembram de quanto «renderam» as terras, em cada ano.

Uma forma de fugir a estas dificuldades era a Comissão fixar, de acordo com a dimensão, natureza do terreno e tipo de cultura (ou culturas) a renda justa.

Este critério parece o ser seguido pela lei em casos semelhantes (veja-se, por exemplo, os n.ºs 4, 5 e 6 do Art.º 6.º).

De qualquer forma, isto já são questões demasiado técnicas que ao grande público não interessam muito.

Só se referiram para se mostrar que a Lei do Arrendamento Rural ainda não está acabada.

Nem pode estar.

Ela insere-se dentro de toda uma problemática de Reforma Agrária à qual os agricultores do Norte, não podem continuar alheados.

Desta vez acabou-se com a parceria agrícola. Teria sido bom para os parceiros-rendeiros do Norte? Já?

Temos as nossas dúvidas.

Dá-nos a impressão que houve demasiada preocupação de rigor teórico.

Só que o rigor teórico, desprezado da prática, pode funcionar reaccionariamente.

Voltaremos ao assunto.

Jaime Gralheiro

A CRISE POLÍTICA AGRAVA-SE NO ZAIRE

É indubitável que houve um «complot» ou uma ameaça de «complot». Um chefe de Estado não ordena, sem sérias razões, a prisão do chefe de estado-maior geral, do chefe do estado-maior do exército de terra, de um comandante militar de determinada região prestes a ser nomeado para o comando das tropas de elite, e do chefe dos seus próprios guardas pessoais. A obscuridade está na fragilidade das provas reveladas ao público: teriam sido descobertas armas, a data do assassinato do presidente estaria marcada para 30 de Setembro — data esta bastante afastada — e, enfim, a maior parte dos inculcados (mas não todos) terá ligações com os Estados Unidos.

É esta última acusação que foi apresentada na imprensa zairense como a mais grave e, ao mesmo tempo, a mais convincente. Ora a maioria dos oficiais superiores recebeu formação militar nos Estados Unidos, onde ainda hoje são organizados estágios. A «alma da conspiração», segundo a imprensa zairense, era o general Fallu, desde 1972 adido militar à embaixada do Zaire em Washington, e que supervisava a organização dos estágios. Teria pois sido difícil ao presiden-

te Mobutu denunciar conspiradores de alta categoria que, pelo menos no passado, não tivessem mantido relações cordiais com os americanos.

O próprio presidente, ao orquestrar discretamente a campanha da Imprensa, mostrou grande prudência verbal. Fez, no entanto, acusações que nem sempre pareciam muito sérias. Assim, um dos oficiais inculcados teria apresentado em Novembro, nos Estados Unidos, no final do estágio, um memorial sobre o tema «Como preparar e levar a cabo um golpe de Estado para fazer cair o regime actualmente no Zaire».

Todos os comentadores, a começar pelo próprio general Mobutu, situam o princípio da frieza zairo-americana, no grande discurso que o chefe do Estado pronunciou na tribuna das Nações Unidas, a 4 de Outubro de 1973. Ele anunciou então, sem preparação, a ruptura das relações diplomáticas com Israel. Algumas passagens deste discurso ainda são ouvidas todas as noites na televisão zairense. «Não podemos aceitar que todas as raças do mundo sejam livres, à excepção da raça negra da África», declarava o general. «Por isso estamos decididos a fazer

mudar por todos os meios este estado de coisas. A discriminação e a exploração do Negro no solo dos seus antepassados, pelo estrangeiro branco, têm que acabar». E o presidente elogiava a cooperação com a China.

A 30 de Novembro de 1973, o chefe do Estado decidia a zairização da economia. Houve poucas nacionalizações, mas numerosas tomadas de controlo do capital ou da gestão de empresas estrangeiras. É certo que bastava a um estrangeiro respeitar o código dos investimentos para escapar a tais medidas, mas o Estado zairense era livre de decidir quem é que não as respeitava. Se as mais poderosas sociedades americanas não foram tocadas (excepto no domínio dos hidrocarbonetos), já não se passou o mesmo com numerosas interesses de dimensão média.

Os investidores sentiram-se ameaçados. Pouco depois do anúncio dessa nova política, Kissinger nomeou embaixador em Kinshasa, Dean Hinton, suspeito de ter tido um papel na queda do regime de Allen-der, no Chile. O presidente Mobutu deu a entender que não apreciava tal nomeação.

OLIVIER POSTEL-VINAY

Após uma segunda viagem à China, a que fez grande publicidade, o chefe do Estado anunciou a 4 de Janeiro de 1975 a «radicalização da revolução autêntica». Estas medidas, oficialmente destinadas a quebrar a classe de novos ricos cuja política de zairização permitira o desenvolvimento, arrastaram também consigo o desaparecimento quase total das pequenas e médias empresas estrangeiras. O presidente Mobutu fez uma condenação radical do sistema capitalista «herdado do colonialismo». Só as grandes sociedades estrangeiras que agiam em conformidade com o código dos investimentos, é que se mantêm em actividade.

As relações com os Estados Unidos sofreram, ao que parece, o contra-golpe dessa segunda «viragem à esquerda». O presidente zairense criticou publicamente, no fim de Janeiro, a nomeação de Nathaniel Davies para o cargo de subsecretário de Estado para os negócios africanos, e, mais amplamente, a política de Kissinger em África. Desenvolveu-se então uma campanha de Imprensa contra o embaixador

Continua na pág. 18

Geral

Sob a responsabilidade dos trabalhadores

A "REPÚBLICA" SAI AMANHÃ

O vespertino «República» deverá reaparecer amanhã, sob a responsabilidade dos trabalhadores, de acordo com uma proposta aprovada ontem, em reunião plenária realizada nas instalações da empresa, à Rua da Misericórdia.

Nos considerandos da proposta, refere-se «o impasse nas negociações para a solução do conflito que opôs trabalhadores e administração» e assinala-se que «por respeito e defesa dos interesses do M.F.A. e do Povo Português, os trabalhadores esperaram o tempo mais do que necessário, sem que se vislumbresse uma decisão por parte dos sectores responsáveis deste País».

Por outro lado, os trabalhadores consideraram que «é necessário provocar uma nova si-

tuação que leve alguém a debruçar-se em definitivo sobre o problema em questão» e que «não estão dispostos a esperar indefinidamente».

Dando cumprimento à proposta, a Comissão Coordenadora dos Trabalhadores começou logo de manhã cedo a estudar problemas relacionados com a feitura do jornal, nomeadamente no que respeita à redacção.

Um porta-voz daquela Comissão afirmou hoje que seria possível fazer sair o jornal amanhã, uma vez que toda a actividade de hoje foi encaminhada nesse sentido. No cabeçalho, a «República» de amanhã terá, em vez de «directão», estas palavras: «Sob a responsabilidade dos trabalhadores».

Entretanto, ontem à tarde, e

enquanto se realizava o plenário dos trabalhadores, o deputado João Gomes, chefe da Redacção da «República», falava na Assembleia Constituinte para recordar: «Completa-se hoje 50 dias sobre o encerramento do jornal «República». Por mais estranho e surpreendente que possa parecer, perfazem-se também hoje 32 dias sobre a publicação do comunicado do Conselho da Revolução que estabelece para a situação um conjunto de medidas que, não fazendo justiça à parte ofendida, permitem, no entanto, a reabertura do jornal e o reinício da sua laboração».

Segundo João Gomes, «o chamado 'caso República' é obra de uma minoria que, pela via do facto consumado, julgou fácil proceder a mais um falso saneamento (...), minoria essa

que tem dado provas de persistência e que tem mostrado, sobretudo, que não sabe ou não quer perder».

Reforçando a sua tese, o deputado do P.S. assinalou, depois, que «o ambiente de violência, anarquia e irresponsabilidade instalado na sociedade portuguesa, tem permitido até que os verdadeiros autores da actual situação do «República» encontrem na maior parte dos órgãos de informação tribunas de defesa e traves de apoio, apesar de, por norma, recorrerem às formas mais ridículas de mentira e demagogia, às ofensas mais grosseiras, às calúnias mais inconcebíveis».

Também ontem, saiu mais um número, o 9, do «Jornal do Caso República».

AMPLOS PODERES POLÍTICOS PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

— projecto apresentado pelo P.S.

O Partido Socialista apresentou um projecto de Constituição que institucionaliza uma democracia burguesa «avançada» de tipo ocidental, limitada por um dispositivo de integração dos órgãos de poder militar e revolucionário previstos no pacto M.F.A.-partidos, documento que determina, aliás, os princípios gerais do diploma definitivo a aprovar em S. Bento.

No entanto, segundo declarações do presidente do grupo parlamentar socialista ao «Diário de Notícias» de hoje, moveu o partido a preocupação fundamental de «definir um quadro constitucional capaz, por um lado, de integrar as conquistas revolucionárias obtidas já depois do 25 de Abril e, por outro lado, capaz também de não vir a constituir uma barreira ao desenvolvimento do processo revolucionário».

O projecto do P.S. consagra a «aliança entre o M.F.A. e o Povo Português, representada pelos seus partidos políticos». Nesta mesma linha, é extremamente reduzido o papel atribuído às organizações de poder popular, cantinas nos limites orgânicos das autarquias locais e da intervenção democrática na vida da empresa», através das comissões de trabalhadores.

Defendendo a criação do que intitula «economia socialista planificada», o projecto acolhe a possibilidade de três tipos de propriedade: a esta al, a social (que engloba «as unidades de produção colectivamente geridas pelos trabalhadores, nomeadamente empresas em autogestão e cooperativas»), e a propriedade privada, «limitada nos termos da lei e sempre subordinada ao plano económico».

Quanto à Reforma Agrária, «um dos instrumentos fundamentais do plano, com vista a construção da sociedade socialista», o projecto do P.S. prevê como seu veículo privilegiado «a organização cooperativa dos pequenos agricultores», entendendo que «a transferência da posse útil da terra para aqueles que a trabalham será obtida através da expropriação dos grandes proprietários agrícolas e da entrega da exploração das respectivas

propriedades a pequenos agricultores ou a cooperativas de trabalhadores rurais.

No plano sindical, o projecto do P.S. retoma os conceitos de «liberdade» e «pluralismo», nestes temas: «aos trabalhadores é assegurada a liberdade de fundarem associações sindicais. Compete às associações sindicais defender e promover a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores que representam. Nenhum trabalhador poderá ser obrigado a inscrever-se ou a pagar quotação para um sindicato no qual não deseje inscrever-se».

O PODER POLÍTICO

Como a posição do Partido Socialista condiciona a maioria da Assembleia Constituinte, o projecto que apresentou servirá provavelmente de base à redacção do texto definitivo do diploma.

Tanto os outros partidos da maioria (C.D.S. e P.P.D.) e como os da minoria (P.C.P. e M.D.P./C.D.E.) apresentaram já os seus projectos de Constituição. O deputado da U.D.P. entregou ontem o seu texto para uma constituição de uma República Democrática e Popular que, em todos os seus princípios basilares, se opõe aos de todos os outros partidos representados em S. Bento.

O projecto do P.S. prevê que o Presidente da República seja eleito por um colégio eleitoral (constituído pela Assembleia do M.F.A. e pela Assembleia Legislativa Popular) para um mandato de cinco anos. A Assembleia do M.F.A., que poderá funcionar como órgão desoberania, integra o Conselho da Revolução. A Assembleia Legislativa Popular será eleita por sufrágio universal, mediante listas apresentadas pelos partidos políticos.

O Presidente da República nomeia o Primeiro-Ministro, ouvido o Conselho da Revolução. O chefe do Governo propõe os outros ministros, prevendo o projecto que alguns deles (Defesa, Administração Interna e Planeamento Económico) sejam necessariamente da confiança expressa do M.F.A., exercida através do Conselho

da Revolução. O Primeiro-Ministro é politicamente responsável perante o Presidente da República e perante a Assembleia Legislativa Popular.

O projecto concede amplos poderes políticos (e não apenas legislativos) à Assembleia Legislativa Popular. Assim, a A.L.P. poderá aprovar moções de desconfiança contra o Governo e aprovar por maioria de dois terços, com carácter definitivo, os seus próprios diplomas que não tenham obtido a sanção do Conselho da Revolução. A A.L.P. ratificará a composição do Governo e apreciará os seus actos.

Ao Conselho da Revolução, a quem compete «definir, dentro do espírito da Constituição, as necessárias orientações programáticas da política externa e interna e zelar pelo seu cumprimento», tem, entre outras, as atribuições que assim se resumem:

«Apreciar e sancionar os diplomas legislativos emanados da Assembleia ou do Governo, quando respeitem às matérias seguintes: linhas gerais da política económica social e financeira; relações externas, em especial com os novos países de expressão portuguesa e com os territórios ultramarinos em que ainda se mantenha a administração portuguesa; exercício de liberdades e direitos fundamentais; organização da defesa nacional e definição dos deveres desta decorrentes, regulamentação da actividade política, em especial as relativas a actos eleitorais.

«Exercer a competência legislativa sobre matérias de interesse nacional de resolução urgente, quando a Assembleia Legislativa ou o Governo não puderem fazer; vigiar pelo cumprimento das leis ordinárias e apreciar os actos do Governo e da Administração.

SOCIALISMO PERSONALISTA

Também o P.P.D. apresentou, como dissemos, o seu projecto de Constituição, a que nos referiremos mais detalhadamente. No preâmbulo do documento, afirma-se, por exemplo, que «a Assembleia Constituinte declara irreversíveis as

legítimas conquistas alcançadas pela vitória do Movimento das Forças Armadas e pelo esforço dos trabalhadores e do Povo em geral» e aprova e decreta a Constituição Política, que a seguir se apresenta, para que «a Revolução Portuguesa siga o seu curso libertador no respeito da eminente dignidade da pessoa humana; não mais reine em Portugal o arbitrio das polícias e dos detentores do Poder político ou económico e, antes, imperem a justiça e o Direito; aos homens e mulheres de Portugal seja assegurado um presente e um futuro de verdade, de convivência democrática, de paz e justiça social».

No preâmbulo assegura-se que a Assembleia Constituinte «afirma a vontade do Povo Português de construir uma sociedade mais justa, mais livre, mais fraterna, da qual sejam abolidas todas as formas de opressão, de exploração de privilégio, correspondente aos ideais do socialismo pessoalista».

P.C.P. APOIA A MANIFESTAÇÃO DA INTERSINDICAL

«A Direcção da Organização Regional do P.C.P. tomou conhecimento da convocação, pela Intersindical, de uma grande manifestação de unidade popular contra as manobras da reacção e de apoio ao M.F.A., ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves. Esta manifestação terá lugar amanhã, pelas 19 e 30, com concentração no Cais do Sodré, lê-se num breve comunicado do Partido Comunista Português.

«A D.O.R.L. do P.C.P. considera particularmente oportuna esta iniciativa da Intersindical. As manobras do patronato e da reacção, no sentido de desorientar e desmobilizar as massas populares e dividir as forças revolucionárias, as tentativas para impedir a concretização das medidas indispensáveis ao avanço do processo revolucionário

Autorizadas as visitas

DETIDOS DO M.R.P.P. CESSARAM ONTEM A GREVE DA FOME

Autorizadas finalmente as visitas de familiares os detidos do M.R.P.P. que se encontram em Caxias e Pinheiro da Cruz, cessaram ontem a greve da fome que haviam desencadeado há 15 dias. Entretanto seis deles foram libertados do estabelecimento prisional alentejano, contando-se nesse número o nosso camarada de redacção Freire Antunes.

Um caderno reivindicativo entregue às autoridades militares exigia a possibilidade de os familiares visitarem os detidos e também, num outro ponto, o termo de alegados «espantamentos e provocações». Na sexta-feira passada o comandante do Copcon, general Otelo Saraiva de Carvalho, deu luz verde às visitas (colectivas), autorização que, porém, só ontem se efectivou devido a impedimentos levantados — diz o M.R.P.P. — pela direcção do Forte de Caxias.

Quanto à situação do secretário-geral Arnaldo Matos, mantém-se no mesmo pé de ontem: transferido de Caxias para o Hospital da Estrela, é

ali tratado a uma úlcera gástrica diagnosticada em tempos.

Em Pinheiro da Cruz a libertação de Freire Antunes e de outros cinco detidos suscitou um acidente quando o jornalista (e porta-voz habitual da Comissão de Imprensa do C.C. do M.R.P.P.) respondeu à força de pára-quedistas vinda para o efeito que só sairia se todos os presos fossem soltos. Familiares ali presentes apoiaram essa reclamação, mas os militares traziam ordens expressas para procederem à libertação de seis pessoas, não mais.

Entre novos protestos conhecidos, ontem contra a manutenção das detenções de 28 de Maio, avulta um subscrito por 99 médicos: exige-se neja a libertação de dois colegas e bem assim a dos restantes presos. Outros textos de teor idêntico provêm de grupos de trabalhadores da C.G.D., B.P.A. e navio «Cassinga», Comissão de Moradores da Golegã, estudantes da Faculdade de Economia e populares de Vieira de Leiria.

M.E.S.:

PODER POPULAR: ÚNICO CAMINHO PARA AVANÇAR COM A REVOLUÇÃO

Relativamente à última Assembleia do M.F.A., em que foram tomadas medidas decisivas para o avanço do processo revolucionário encetado em 25 de Abril, entre as quais a construção do poder popular, o M.E.S. emitiu esta manhã um comunicado em que apela «à unidade da classe operária em volta das justas palavras de ordem da dissolução do Governo Provisório de conciliação de classes e pela formação de um Governo de Unidade Revolucionária».

Nesse comunicado, o Movimento de Esquerda Socialista saudou os soldados, marinheiros e oficiais «progressistas e revolucionários do M.F.A. que demonstraram estar dispostos a avançar decisivamente na via da construção do poder popular, único caminho certo para

fazer avançar a Revolução Socialista».

Apela ainda o M.E.S. «aos seus militantes, aderentes e simpatizantes, às comissões de trabalhadores, moradores e conselhos de aldeia para incentivarem a sua acção e ligação mútua no sentido de tornarem uma realidade a ligação com as estruturas democráticas das unidades militares (assembleias de delegados de Unidade — ADUS) e «A iniciativa popular no sentido de isolar de vez todos os partidos burgueses e traiadores à luta pela emancipação das classes trabalhadoras».

Ainda sobre a decisão histórica tomada pela Assembleia do M.F.A. deverá esta tarde emitir comunicados, pelo menos, o P.C.P., o P.P.D. e o C.D.S.

apontado ao socialismo, exigem a resposta firme e unida dos trabalhadores e de todas as forças efectivamente empenhadas na Revolução.

«A D.O.R.L. do P.C.P. apoia a convocação desta manifestação e chama todas as suas organizações, todos os seus militantes e simpatizan-

tes, a classe operária, os trabalhadores, a juventude, o povo de Lisboa, a comparecerem em massa para uma grande jornada de unidade popular contra a reacção e de apoio ao Movimento das Forças Armadas e à dinâmica política aprovada na última Assembleia do M.F.A.»

MANIFESTAÇÃO

CONTRA AS RENDAS DE CASA

Hoje, às 19 e 30, efectua-se uma manifestação da Praça do Comércio a S. Bento, promovida pelo Secretariado Provisório do Conselho de Moradores de Setúbal, contra as rendas de casa pagas naquela cidade.

Apoia a manifestação o PRP-BR.

Entretanto, recebemos um comunicado das Juntas de Freguesia do Concelho do Seixal

que considera a dita manifestação «contra-revolucionária».

Pormenorizando, afirma-se no comunicado que o dito Secretariado não recebeu da esmagadora maioria da população «qualquer aval».

Seja como for, uma das principais palavras de ordem da manifestação acima mencionada é a seguinte: «Nacionalizar já a construção civil».

A REFORMA AGRÁRIA EM MARCHA

A TERRA NACIONALIZADA FICARÁ AFECTA A COOPERATIVAS RURAIS

Com o objectivo de esclarecer algumas informações recentemente publicadas, que podem induzir em erro, o Ministério da Agricultura e Pescas divulgou um comunicado que esclarece os termos em que a terra nacionalizada passa a ser imediatamente explorada em função do próximo ano agrícola.

De acordo com esse comunicado, os principais beneficiários da nova política agrícola são os operários agrícolas, os pequenos rendeiros, os seareiros sem terras e os pequenos agricultores que deverão ser imediatamente integrados em cooperativas. A terra nacionalizada será afectada, ainda que não a título definitivo, a estas cooperativas. A afectação definitiva da terra às novas unidades de produção terá lugar no decorrer do próximo ano, uma vez resolvidos os principais problemas decorrentes do reordenamento fundiário e da estruturação dos novos organismos de trabalhadores.

AS MÁQUINAS DOS AGRÁRIOS GRANDES PODEM SER REQUISITADAS

Um outro despacho do ministro da Agricultura, assente na necessidade de assegurar

a boa marcha das colheitas e na circunstância de existirem máquinas agrícolas subutilizadas, determina que «os directores dos Centros Regionais de Reforma Agrária providenciem no sentido de requisitar as máquinas dos grandes agrários que não se encontrem em pleno emprego, sempre que tal se mostre necessário e aconselhável».

541 MIL CONTOS DE SUBSÍDIOS EM 174 CONCELHOS

Decorrido cerca de um mês desde a criação do Grupo Coordenador do Crédito Agrícola de Emergência, este organismo já avalisou a concessão de subsídios no valor de 541 000 contos em 174 concelhos do continente e ilhas, estando em curso a cobertura total do continente.

O Crédito Agrícola de Emergência destinado a minorizar a crise que desde há muito afecta a pequena lavoura, conta com um fundo de 5 milhões de contos, concedido pelo Banco de Portugal e administrado pelo Grupo Coordenador do Crédito Agrícola de Emergência, constituído por três agrónomos, um economista, dois regentes agrícolas e dois funcionários administrativos.

Entretanto, por despacho do ministro da Agricultura e Pescas, foi concedido ao conjunto dos Centros Regionais de Reforma Agrária a verba de 22 000 contos que provirá das dotações previstas no Orçamento Geral do Estado (IV Plano de Fomento) no capítulo do Instituto de Reorganização Agrária. Esta verba destina-se a ocorrer a despesas com a gestão de unidades de produção em vias de legalização no âmbito da Reforma Agrária.

CONSELHOS REGIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA

Reuniu-se, pela primeira vez, em Alcácer do Sal, o Conselho Regional da Reforma Agrária para o distrito de Setúbal cujo director, engenheiro Carlos Cabral, apresentou uma proposta de intervenção imediata nas herdades do Vale da Gaia e anexos, que tem 1395 hectares de superfície.

Esta proposta, baseada no facto do proprietário desta herdade não pagar salários aos trabalhadores, há mais de cinco semanas, fazendo depender esse pagamento de autorização para vender o seu efectivo pecuário, obteve a aprovação de todos os presentes e subiu à apreciação do minis-

tro da Agricultura e Pescas.

O Conselho Regional do Distrito de Portalegre também reuniu sob a presidência do dr. Pedro Hespanha, para tratar de assuntos relacionados com o seu funcionamento e com a legislação da Reforma Agrária.

VIGILÂNCIA CONTRA O FOGO NAS SEARAS ALENTEJANAS

Reconhecendo que a defesa contra o fogo nas searas constitui, desde sempre, uma justíssima preocupação das populações alentejanas e tomando conhecimento de várias iniciativas populares de prevenção de incêndios, o Comando da Região Militar do Sul resolveu chamar a si a coordenação de todas as medidas a tomar na sua área e reforçá-las com meios humanos e materiais disponíveis, bem como com outros que possa obter para esse efeito.

Assim, visando uma acção conjunta de defesa efectiva das searas que sirva, ao mesmo tempo, para o fortalecimento da aliança Povo-M.F.A., tomou um certo número de medidas que já entraram em vigor, e das quais se salientam as seguintes: dispositivo de vigi-

lância popular diurna e nocturna; patrulhamentos militares e/ou mistos diurnos e nocturnos; abertura de aceitos junto das estradas principais e caminhos mais frequentes; vigilância aérea das áreas mais sensíveis aos fogos, com meios postos à disposição da Região Militar do Sul pela Força Aérea e a organização duma rede de alerta que permita uma intervenção oportuna das corporações de bombeiros e de piquetes existentes nas unidades militares, reforçados com populares voluntários para estas tarefas.

ÉVORA E BEJA: MEDIDAS URGENTES

Reunidos em assembleias, a que assistiram membros do M.F.A. e os governadores civis, os agricultores de Évora e de Beja pediram medidas destinadas a permitir a execução da Reforma Agrária, nomeadamente no que se refere à urgência de explicar a lei sobre a expropriação que ainda não entrou em execução e de se definir quem é que vai trabalhar a terra nacionalizada. Esta última questão parece, porém, ter sido posteriormente explicada pelo comunicado do Ministério da Agricultura e Pes-

cas que anuncia a afectação imediata da terra nacionalizada a unidades cooperativas integradas por operários agrícolas, pequenos rendeiros sem terra e pequenos agricultores. Os agricultores de Évora e Beja pediram, ainda que a Junta Nacional dos Produtos Pecuários, tenha uma acção enérgica adquirindo sem demoras burocráticas o gado dos pequenos e médios agricultores da região. Afirmando que a direcção do processo revolucionário inerente à Reforma Agrária compete aos operários agrícolas, os participantes nas assembleias afirmaram que não se deve pagar «nem um tostão» aos grandes agrários, enquanto estes não tiverem pago todas as suas dívidas à banca e aos sindicatos.

CORUCHE: CONTRA QUERELAS PARTIDÁRIAS

A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Coruche distribuiu um comunicado em que os representantes dos foros da Branca, Biscainha, Vale Verde, Paul, Mansos, Foros do Frazão, Malhada, Alta, Rebocho e Salgueirinha, reafir-

Continua na pag. 6

Faça agora as férias que já devia ter gozado:

FÉRIAS NA MADEIRA !

Uma ilha de férias no trabalho de todo o ano.
Uma ilha de férias e belezas naturais
Uma ilha de férias, árvores e flores
Uma ilha de férias, de tradições e artesanato.
Uma ilha de férias com um clima igual em todo o ano.
Uma ilha de férias portuguesas.

Uma rede de bons hotéis à sua disposição:

- | | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| ***** Hotel Savoy | **** Hotel Apartamento Quinta do Sol |
| ***** Hotel Madeira Palácio | **** Albergaria Catedral |
| **** Hotel Vila Ramos | **** Complexo Turístico Matur |
| **** Hotel St ^a Isabel | *** Hotel Apartamento Casa Branca |
| **** Hotel Girassol | *** Hotel do Carmo |
| **** Hotel D. Pedro | *** Hotel Apartamento Reno |

consulte o seu agente de viagens

faça férias portuguesas na MADEIRA

Nacional

A REFORMA AGRÁRIA EM MARCHA

Continuação da pág. 5

mam o carácter apartidário da organização e alertam os seus membros contra o perigo de

DÉCIMO SEXTO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Av. Almirante Reis, 104-1.^o
Notário: Lic. FERNANDO
LOPES CORREIA SEMEDO

«C. PEREIRA & LEITE,
LIMITADA.»

Faço público que por escritura de trinta de Maio de mil novecentos setenta e cinco, exarada de folhas dez verso a folhas treze do livro E-CENTO E VINTE E SEIS das notas deste cartório Hirmínio Bastos dos Santos dividiu a sua quota de cinquenta e cinco mil escudos que possuía na sociedade em três, uma de vinte mil escudos que cedeu a Manuel dos Santos, outra de vinte mil escudos que cedeu a João Lopes e outra de quinze mil escudos que cedeu a Zarzelino da Cunha Lopes; e a sócia Julieta Maria de Jesus Ferreira dos Santos cedeu ao referido Zarzelino a quota de cinco mil escudos que possuía na mesma sociedade, tendo ambos os cedentes saído da sociedade e renunciado à gerência.

Que, os referidos cessionários como únicos sócios unificaram as quotas do novo sócio Zarzelino e alteraram os artigos «terceiro» quarto e quinto e seu parágrafo, do pacto social, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO TERCEIRO

O capital social é de SESSENTA MIL ESCUDOS, está inteiramente realizado em dinheiro e nos demais bens e valores constantes da escrituração e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são três de vinte mil escudos, cada, uma de cada sócio;

ARTIGO QUARTO

A cessão de quotas entre sócios é livre; mas a favor de estranhos depende do consentimento dos sócios não cedentes;

ARTIGO QUINTO

Todos os sócios são gerentes, sem caução e com ou sem remuneração conforme o que for determinado em assembleia geral, sendo necessária a intervenção e assinatura de todos os gerentes em conjunto para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e contratos;

PARÁGRAFO UNICO

Os gerentes podem delegar uns nos outros os seus poderes de gerência, bem como a sociedade pode constituir mandatários nos termos e para os efeitos do disposto no artigo duzentos e cinquenta e seis do Código Comercial. Está conforme.

Lisboa, aos dezanove de Junho de mil novecentos setenta e cinco.

O 3.^o Ajudante:
Maria Casimira Almendra

ROMÉNIA

viagens especiais para

TRATAMENTO GERIÁTRICO

PARTIDAS: 8/6, 13/7, 10/8, 14/9

15 DIAS

(TUDO INCLUIDO) **19.800\$**

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

Fundada em 1840

LISBOA: Av. da Liberdade, 160 • Telef. 32 00 21

PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 374 21

COIMBRA: Rua da Seta, 2 • Telef. 2701/2

«deixarem penetrar no seu seio querelas partidárias».

P.C.P.: POSIÇÃO SOBRE OS FOROS

A organização Regional das



SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.^o do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.^o 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8-55730, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Santa Comba Dão, de uma linha aérea a 15 kV, com 239 m, do poste n.^o 4 da linha para o posto de transformação de Vila Pouca, da Câmara Municipal de Santa Comba Dão ao posto de transformação do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santa Comba Dão.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 1 de Julho de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

PAZ EM ÁFRICA

Não há motivo para que brancos e negros não possam viver pacificamente juntos em África. Tão logo possamos sentar-nos à mesa de conferência para discutir nossos problemas comuns, acredito que venhamos a perceber finalmente que temos mais em comum do que as questões que nos dividem. Estas foram algumas das opiniões que Vorster, primeiro ministro da África do Sul, expressou ao jornalista que o foi visitar.

Por outro lado Kaunda, presidente da Zâmbia, afirmou num discurso recente: aqueles que como nós acreditam numa paz em África, sabem que o problema da África meridional só será resolvido se as causas fundamentais puderem ser afastadas.

Leia no número de Julho das Seleções do Reader's Digest as opiniões destes dois estadistas africanos e interesse-se pelo problema. Seleções, o prazer de ler.

Beiras do P.C.P. distribuiu o seguinte comunicado: «Os foros são uma espécie de imposto perpétuo sobre o prédio rústico ou urbano. Aqueles que possuem terras ou casas sujeitos a foros são obrigados a pagar anualmente a particulares ou ao Estado quantias em dinheiro ou em espécie (galinhas, ovos, cereal, pão, etc.). Muitas vezes os foros são mais pesados do que a décima e se o foreiro se atrasa um dia no pagamento do foro sujeita-se a pagar três vezes mais. Os foros sujeitam o pequeno e médio agricultor a uma injusta contribuição suplementar. A origem desta forma de exploração data da época medieval e prolongou-se até aos nossos dias. O Governo salazarista, em 1967, através do Código Civil, agravou-a obrigando os agricultores forenses a pagar vinte vezes mais do que pagavam até ali... Desde há muitos anos que o Partido Comunista Português combate esta forma de exploração, sendo a extinção dos foros um dos pontos do seu programa. Ainda recentemente, no VII Congresso Extraordinário do P.C.P., se considera que este imposto não

tem razão de existir num País em que se quer defender os interesses daqueles que trabalham a terra. A extinção dos foros é uma aspiração de todos os agricultores foreiros. Por esse motivo todos se devem juntar criando comissões e fazendo chegar a sua voz ao Ministério da Agricultura para que sejam imediatamente abolidos os foros. Acabar com os foros é uma vontade de todos os agricultores sujeitos a essa exploração e nenhum deve pagar remissões por isso!

EM 3 LINHAS

Foi nomeado para o lugar de defensor officioso do Supremo Militar, o tenente-coronel de infantaria Manuel Lopes de Carvalho, Chaves. Substitui o coronel, de artilharia na situação de reserva Augusto Barroga, exonerado desde 6 de Dezembro último.

///

O licenciado Alfredo Baptista Mendes Vieira, foi nomeado para exercer o cargo de director do Instituto de Azeite e Produtos Oleaginosos.

///

Um despacho emanado da Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, e publicado no «Diário do Governo» no

meia uma comissão administrativa para gerir a Adega Cooperativa de Lamego. Ao mesmo tempo, é destituída a anterior direcção.

///

Exonerado, a seu pedido, o consul de Portugal, em Berlim, Ferdinando Stauff.

///

Um decreto emanado do Conselho da Revolução e saído na folha oficial extingue o Regimento de Caçadores Paraquedistas, e cria, na dependência directa do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Corpo de Tropas Paraquedistas.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

4.^a VARA

ANUNCIO

Processo n.^o 2429

ACÇÃO ORDINÁRIA

2.^a Secção

AUTOR

António Peres de Campos

RE

LUCIENNE BRITO E CUNHA, que também usa assinar LUCIENNE DESMAS GRISWOLD DE BRITO E CUNHA casada, proprietária, ausente em parte incerta e que teve o seu último domicílio conhecido na Rua do Recolhimento (ao Castelo de S. Jorge) 64, em Lisboa.

Correm éditos de 30 dias, a contar da segunda e última publicação deste anúncio, citando aquela ré, para no prazo de 20 dias, findo que seja o dos éditos, contestar, querendo, a acção acima referenciada, na qual o autor pede que a citanda seja condenada a pagar-lhe, juntamente com outro, a quantia de 816 787\$70, bem como juros vencidos até integral pagamento e ainda custas e procuradoria, tudo conforme melhor consta do duplicado da petição inicial que se acha nesta Secretaria Judicial à disposição da mesma citanda.

Lisboa, 2 de Julho de 1975.

O Corregedor Adjunto

Fernando Heltor Barros

de Sequeiros

O Escrivão

Mário Galinha

centro comercial

restaurantes

lojas-supermercados

escritórios

agências de viagem

no "coração" da cidade

• aluguer de estabelecimentos

• 5 pisos

• área: 3200 m²

• obras em fase de acabamento

• ar condicionado

estação do rossio

O novo Centro Comercial dispõe de cerca de 60 estabelecimentos para aluguer, sendo previstos os seguintes tipos de ocupação:

Cinema, Restaurantes, Self-Service, Supermercados, Escritórios, Agências de Viagem, Farmácias, Consultórios e lojas de:

Cabeleiros, Perfumaria, Artesanato, Brinquedos, Confeições, Electrodomésticos e Artigos de Ménage, Papeleria, Ferragens e Acessórios Auto, etc.

Informações gerais no local.

Informações técnicas e entrega de propostas: Direcção de Equipamento, Calçada de Glória, 12 Lisboa de segunda a sexta, das 11 às 13 horas.

Caminhos de Ferro Portugueses

IMPÉRIO

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.R.L.

RELATÓRIO CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL - XXXIII EXERCÍCIO - ANO 1974

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Decorreu um exercício mais na vida da nossa Empresa — o XXXIII.

É justo primeiramente assinalar, com júbilo, que durante esse período e após mais de uma dezena de anos de luta armada a Paz regressou de novo a Portugal.

Na manhã do 25 de Abril uma nova era, cheia de esperanças, surgiu para o nosso País. A dádiva das liberdades democráticas ao Povo, a política de descolonização empreendida, o alargamento das relações diplomáticas a todo o Mundo e o esforço de valorização das classes mais desfavorecidas fundamentou a existência de tais esperanças.

As perspectivas que se criaram, como resultado desta abertura, foram portanto cumpridas e, se os efeitos sobre a vida portuguesa não se aparam tam favoráveis, isso se fica a dever de sobremaneira à grave crise económica derivada da conjuntura, que ensombrou toda a Europa Ocidental durante o ano que findou.

No que respeita à actividade seguradora nacional continuou a notar-se um sentido claro de expansão se bem que ligeiramente menos acentuado.

E na parte que se refere à Império o mesmo aconteceu, não obstante a redução verificada na sua participação no mercado que corresponde, aliás, ao sentimento sempre por nós mantido de que o aparecimento gradual de companhias em desenvolvimento é salutar para o desenvolvimento do sector.

A receita aumentou para 1943 milhares de contos, representando um acréscimo da ordem dos 7,5%. Este número global subdivide-se em 1492 milhares de contos para seguros directos, 353 milhares de contos em resseguro aceite e os restantes 98 milhares de contos correspondem a rendimento.

Prosseguiu-se com a preocupação de profissionalismo e técnica nos métodos de gestão utilizados e julga-se que as circunstâncias aconselham

a manutenção desta orientação, que conduz necessariamente ao aproveitamento das melhores capacidades e competências.

A situação geral do sector de seguros envolve preocupações e causa expectativas o que recomenda, não apenas para acompanhar o sentido geral que se deseja ver inserido no País, mas também por condicionalismos de ordem própria, a adopção reforçada de princípios de austeridade administrativa, reservando-se a capacidade económica da Empresa para fortalecer a sua actividade e para participar, no que lhe for dado, no empenhamento de reconstrução nacional em que todos nos encontramos envolvidos.

Mantém-se igualmente a preocupação de fazer funcionar a Império como verdadeira tomadora de riscos e não servir de mera intermediária na aceitação destes. Assim, muito embora a sua carteira inclua responsabilidades assumidas de grande vulto, o que naturalmente determina a variação da quota de resseguros cedidos, continuou a reter-se o máximo que a necessária segurança da Companhia admite, tanto mais quanto o prosseguimento deste critério permite auxiliar o País no acautelar do escoamento de divisas, cuja preservação é mais essencial do que nunca. Os princípios de seriedade que sempre nortearam a actuação da Império e que tanto prestígio lhe angariou no consórcio nacional, também se reflectiram no respeito e consideração que lhe dispensa o mercado de seguros internacional.

Foi neste contexto que a Companhia de Seguros Império teve a honra de organizar no passado mês de Junho no Algarve, a Reunião Anual da União Internacional de Seguradores de Aviação, organismo a que pertence desde há longos anos. Os comentários de regozijo e aprovação efectuados no final desta jornada e posteriormente a reiteração destes sentimentos recebidos dos vários países presentes — e foram praticamente todos os da Europa Ocidental e Oriental — constituíram a melhor recompensa para o trabalho produzido com aquela organização.

Continuou a manter-se com o mercado segurador nacional o tipo de estreitas e cordiais relações que têm caracterizado a política da Império no quadro interno, prosseguindo-se com a oferta às companhias portuguesas da capacidade de retenção que possuímos, no intuito de lhes facilitar a aceitação dos riscos.

O exercício acusou, como seria de esperar, a dificuldades de gestão financeira a partir do encerramento da Bolsa de Valores de Lisboa e consequentemente os resultados teriam de reflectir esse condicionalismo. Sabendo-se a importância que em todo o mundo assume a parte financeira na exploração de seguros cujos resultados técnicos, ou são marginais ou deficitários, fácil é verificar a afectação que a paralização da Bolsa nos trouxe.

Assim o Saldo da Império foi de Esc. 22 331 768\$50, que somado do ano anterior de Esc. 195 969\$30 totaliza o valor de Esc. 22 527 737\$80, para o qual se propõe a seguinte distribuição:

Dividendo	10 000 000\$00
Reservas Livres	12 000 000\$00
Conta Nova	527 737\$80
	22 527 737\$80

O Conselho Fiscal uma vez mais apoiou a Administração com a sua acção e acompanhamento dos problemas, pelo que se lhe devem consignar os maiores agradecimentos. Os clientes, que têm mantido a maior compreensão e fidelidade à Império, são também credores de todo o reconhecimento, bem como os colaboradores que, com o seu interesse e competência, deram contribuição valiosa à gestão da Empresa.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1975

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel da Silva José de Mello - Presidente
(em representação da SOGÉFI - Sociedade de Gestão e Financiamento S.A.R.L.)

Augusto Leite Ferreira dos Santos
(em representação do Banco Totta & Ações)

Fernando Mendes de Almeida
(em representação de EMINCO - Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A.R.L.)

Fernando Fortunato Moraes Cabral

Jaime Pinto de Lacerda

José Gonçalves Viegas Dias - Administrador Delegado

Luís Eduardo da Silva Barbosa - Administrador Delegado Adjunto

BALANÇO GERAL INCLUINDO AGÊNCIAS NO ULTRAMAR E ESTRANGEIRO EM 31-12-1974

Activo

	Vida	Ac. Trabalho	Rest. Ramos	Contas Gerais	Subtotais	Totais em 1974
Reserva matemática (Resseguros cedidos)	4 536 137\$00	23 823\$00	—	—	4 559 960\$00	4 559 960\$00
Reserva de garantia (Idem)	—	301 616\$50	138 202 460\$70	—	138 504 077\$20	138 504 077\$20
Reserva de seguros vencidos (Idem)	326 941\$40	—	169 287 231\$00	—	169 614 172\$40	169 614 172\$40
Valores de emprego das reservas:						
Títulos de crédito e numerário:						
Próprios	—	—	—	883 349 541\$70	883 349 541\$70	
De resseguradores	—	—	—	21 812 183\$00	21 812 183\$00	
De ressegurados	—	—	—	1 722 675 000\$00	1 722 675 000\$00	
Imóveis	18 924 284\$30	—	—	18 924 284\$30	18 924 284\$30	
Empréstimos sobre apólices	—	—	—	71 291 250\$00	71 291 250\$00	
Empréstimos hipotecários	—	—	—	—	—	
Empréstimos sobre títulos	—	—	—	—	—	
Valores em depósito:						
De vários	—	—	—	2 500 477\$30	2 500 477\$30	
De resseguradores	—	—	—	353 600\$00	353 600\$00	
Devedores por valores em depósito:						
Vários	—	—	—	1 138 303\$00	1 138 303\$00	
Ressegurados	—	—	—	104 148 783\$10	104 148 783\$10	
Imóveis	—	—	—	118 304 338\$90	118 304 338\$90	
Mobiliário e material	—	—	—	44 570 347\$70	44 570 347\$70	
— Amortizações de mobiliário e material	—	—	—	19 547 213\$10	19 547 213\$10	
Empréstimos hipotecários	—	—	—	74 001 220\$50	74 001 220\$50	
Empréstimos sobre títulos	—	—	—	2 988 437\$50	2 988 437\$50	
Accionistas	—	—	—	—	—	
Devedores gerais:						
Segurados, correspondentes e angariadores	—	—	—	119 162 381\$80	119 162 381\$80	
Ressegurados	—	—	—	112 264 171\$50	112 264 171\$50	
Resseguradores	—	—	—	24 972 914\$50	24 972 914\$50	
Outros	—	—	—	85 053 792\$20	85 053 792\$20	
Quotas-partes de inexistências a receber	255 308\$00	2 202 559\$00	160 133 013\$50	—	162 590 880\$00	162 590 880\$00
Prémios em cobrança:						
Na sede	17 429 565\$20	46 545 178\$40	130 832 549\$40	—	194 807 293\$00	
Nos correspondentes	5 933 939\$90	36 906 661\$70	48 177 005\$30	—	91 017 606\$90	
Letras a receber	—	—	—	10 794 499\$30	10 794 499\$30	
Títulos de crédito	—	—	—	1 095 511 249\$00	1 095 511 249\$00	
Depósitos em bancos	—	—	—	127 050 251\$70	127 050 251\$70	
Caixas	—	—	—	4 908 470\$80	4 908 470\$80	
Totais	47 406 175\$80	85 979 838\$60	646 632 260\$30	4 607 304 000\$40	—	5 387 322 275\$10

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Mario Palma de Carvalho

Passivo

	Vida	Ac. Trabalho	Rest. Ramos	Contas Gerais	Subtotais	Totais em 1974
Reserva matemática:						
De seguros directos	1 582 175 530\$60	288 516 586\$00	—	—	1 870 692 116\$60	
De resseguros aceites	4 134 019\$90	122 229\$00	—	—	4 256 248\$90	
Reserva de garantia:						
De seguros directos	909 876\$00	10 926 470\$70	265 678 490\$40	—	277 514 837\$10	
De resseguros aceites	—	94 110\$10	109 830 790\$20	—	109 924 900\$30	
Reserva de seguros vencidos:						
De seguros directos	3 376 768\$60	—	119 627 251\$90	—	123 004 020\$50	
De resseguros aceites	185 000\$00	—	345 368 579\$00	—	345 533 579\$00	
Credores por valores em depósito:						
Vários	—	2 172 666\$20	—	2 500 477\$30	4 673 143\$50	
Resseguradores	—	—	—	90 674 873\$20	90 674 873\$20	
Credores gerais:						
Segurados, correspondentes e angariadores	—	—	—	380 095 837\$00	380 095 837\$00	
Ressegurados	—	—	—	72 746 321\$80	72 746 321\$80	
Resseguradores	—	—	—	192 013 832\$20	192 013 832\$20	
Outros	—	—	—	460 021 901\$80	460 021 901\$80	
Indemnizações a pagar:						
De seguros directos	10 796 826\$80	929 612\$90	241 591 439\$90	—	253 319 879\$50	
De resseguros aceites	215 000\$00	—	240 314 835\$40	—	240 529 835\$40	
Comissões a pagar	3 780 593\$30	7 301 067\$50	13 286 062\$30	—	24 367 723\$10	
Provisões:						
Para incip. temporárias de ac. trabalho	—	24 584 999\$70	—	—	24 584 999\$70	
Para prémios em cobrança	7 095 014\$70	10 121 187\$00	34 391 287\$80	—	51 607 489\$30	
Diversas	1 647 351\$60	3 786 756\$20	13 797 096\$80	180 340 566\$60	199 571 771\$20	
SITUAÇÃO LIQUIDA ACTIVA						
Capital	—	—	—	100 000 000\$00	100 000 000\$00	
Fundo de reserva legal	—	—	—	22 000 000\$00	22 000 000\$00	
Fundo de reservas livres	—	—	—	199 002 000\$00	199 002 000\$00	
Flutuação de valores:						
De títulos	—	—	—	32 443 309\$20	32 443 309\$20	
De imóveis	—	—	—	286 215 918\$00	286 215 918\$00	
Ganhos e perdas						
Do exercício anterior	—	—	—	195 969\$30	195 969\$30	
Do exercício	—	—	—	22 331 768\$50	22 331 768\$50	
Totais	1 614 297 981\$50	348 555 685\$20	1 383 885 833\$50	2 040 582 747\$60	—	5 387 322 275\$10

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPÉRIO

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.R.L.

RELATÓRIO, CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL - XXXIII EXERCÍCIO - ANO 1974 (Continuação)

GANHOS E PERDAS, INCLUINDO RESULTADOS NO ULTRAMAR E ESTRANGEIRO EM 31-12-1974

Débito

	Vida	Acid. Trabalho	Acid. Pessoais	Fogo	Agr. e Pecuario	Autom. e R. Civil	Marítimos	Trans. Terrestres	Aéreos	Diversos	Contas gerais	Subtotais	Totais em 1974
Reserva matemática:													
De seguros directos	222 532 337\$40	29 095 560\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	251 627 897\$40	
De resseguros aceites	458 704\$40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	458 704\$40	
De resseguros cedidos (diminuição)	901 532\$80	874\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	902 406\$80	252 989 008\$60
Reserva de garantia:													
De seguros directos	744 444\$00	2 021 462\$80	1 048 989\$20	11 259 036\$00	23 057\$40	15 426 429\$20	11 696 612\$70	350 000\$10	3 195 875\$20	15 125 957\$50	—	60 891 864\$10	
De resseguros aceites	—	86 379\$70	92 352\$50	2 335 214\$50	24 498\$10	15 521\$80	1 862 683\$10	—	7 789 582\$40	3 452 865\$90	—	15 659 101\$00	
De resseguros cedidos (diminuição)	—	774\$40	897 488\$40	504 886\$90	—	102 627\$90	3 025 050\$40	64 323\$40	866 044\$60	1 719 585\$00	—	7 180 781\$00	83 731 746\$10
Provisões:													
Para Incapacidades Temporárias de Acidentes de Trabalho	—	6 470 403\$10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6 470 403\$10	
Para prémios em cobrança	501 922\$60	2 328 958\$20	214 687\$70	1 953 971\$50	33 754\$00	843 499\$10	1 976 851\$10	185 920\$10	672 960\$70	4 238 640\$30	—	12 951 165\$30	
Para outros efeitos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2 829 499\$90	2 829 499\$90	22 251 068\$30
Amortizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4 585 971\$80	4 585 971\$80	4 585 971\$80
Comissões:													
De seguros directos	24 332 458\$40	28 544 163\$00	2 841 703\$30	18 766 831\$10	149 863\$90	31 158 472\$00	7 281 751\$60	1 287 832\$10	1 241 077\$90	7 312 778\$30	—	122 916 931\$60	
De resseguros aceites	162 279\$40	68 940\$20	1 191 862\$90	40 828 237\$10	—	42 253\$10	17 301 397\$80	1 051\$40	8 608 968\$90	5 205 951\$40	—	73 326 435\$60	
Despesas de aquisição	9 892 514\$80	8 528 685\$20	963 770\$20	11 799 676\$90	318 983\$90	28 605 822\$40	10 708 730\$50	908 308\$20	3 690 598\$80	10 989 928\$70	—	86 404 019\$60	282 647 386\$80
Indemnizações:													
De seguros directos	108 132 555\$70	126 463 669\$40	9 229 026\$40	57 152 107\$20	1 055 682\$80	227 100 507\$10	101 213 000\$40	4 624 116\$50	15 187 468\$70	49 864 227\$60	—	700 062 361\$80	
Do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
De exercícios anteriores (reajustamentos)	—1 044 922\$50	—317 997\$20	—771 282\$20	—2 063 556\$90	—290 092\$10	—5 962 896\$60	—12 445 045\$10	—412 731\$60	—1 282 260\$20	—17 204 316\$10	—	—51 741 154\$50	
De resseguros aceites	107 087 633\$20	126 145 672\$20	8 457 744\$20	45 082 556\$30	805 590\$70	221 197 610\$50	88 767 955\$30	4 211 324\$90	13 905 208\$50	32 659 911\$50	—	648 321 207\$30	
	88 021\$70	180 295\$20	2 260 405\$00	58 126 236\$70	6 456 361\$10	9 181\$00	78 416 831\$40	—32 000\$00	76 273 491\$40	—3 022 406\$70	—	218 756 416\$80	867 077 624\$10
Encargos de resseguros cedidos:													
Prémios	4 757 250\$50	3 652 871\$50	1 621 475\$50	91 427 035\$10	838 057\$50	3 728 365\$70	154 518 526\$60	2 696 233\$80	110 532 395\$00	73 120 828\$80	—	446 893 040\$00	
Juros	289 246\$90	144 342\$20	14 096\$60	774 218\$00	—	256 395\$80	610 863\$60	177 409\$10	123 301\$00	320 768\$50	—	2 710 641\$70	449 603 681\$70
Despesas gerais:													
Órgãos sociais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6 775 028\$00	6 775 028\$00	
Pessoal	10 320 295\$00	15 881 012\$40	1 061 468\$20	6 746 739\$90	52 733\$30	14 659 646\$00	3 909 581\$00	667 408\$30	1 872 367\$20	2 967 062\$30	—	69 176 150\$70	
Publicidade	303 186\$30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11 558 870\$80	
Outras despesas de administração	8 389 051\$00	11 106 048\$30	832 135\$00	5 742 391\$30	41 262\$20	11 566 949\$10	2 227 659\$40	327 611\$90	1 245 915\$50	2 137 944\$10	—	64 609 149\$60	
Encargos fiscais	7 411 554\$70	6 544 068\$40	485 141\$30	10 709 120\$20	45 653\$00	6 794 569\$10	3 663 382\$40	140 497\$30	1 488 829\$50	2 807 362\$90	—	8 210 232\$00	
Encargos parafiscais	1 148 048\$30	1 214 764\$80	81 884\$90	528 167\$00	7 001\$10	1 128 300\$70	252 257\$30	42 230\$20	140 143\$10	229 863\$50	5 576 151\$80	10 348 812\$70	312 826 890\$30
Encargos diversos	178\$80	1 426\$90	—	99\$00	—	427\$00	20\$60	—	—	2 104\$40	178 728 171\$80	178 732 428\$50	178 732 428\$50
Saldo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22 527 737\$80	22 527 737\$80	22 527 737\$80
Totais	399 320 660\$20	242 016 702\$50	22 062 204\$00	306 584 417\$50	8 796 816\$20	335 451 564\$20	386 220 154\$80	11 028 151\$30	231 646 759\$70	159 269 149\$40	374 576 964\$20	—	2 476 973 544\$00

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Mário Palma de Carvalho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GANHOS E PERDAS, INCLUINDO RESULTADOS NO ULTRAMAR E ESTRANGEIRO EM 31-12-1974

Crédito

	Vida	Acid. Trabalho	Acid. Pessoais	Fogo	Agr. e Pecuario	Autom. e R. Civil	Marítimos	Trans. Terrestres	Aéreos	Diversos	Contas gerais	Subtotais	Totais em 1974
Saldo do ano anterior	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	195 969\$30	195 969\$30	195 969\$30
Reserva matemática:													
De resseguros cedidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
De seguros directos (diminuição)	1 453 464\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 453 464\$00	
De resseguros aceites (diminuição)	—	11 137\$00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11 137\$00	1 464 601\$00
Reserva de garantia:													
De resseguros cedidos	—	190 777\$30	257 347\$60	3 332 815\$20	19 256\$40	1 236 507\$90	4 807 817\$80	41 485\$00	13 037 960\$30	15 514 740\$00	—	38 438 707\$50	
De seguros directos (diminuição)	—	—	566 108\$90	722 243\$60	—	520 253\$10	577 086\$90	—	2 067 239\$40	1 337 801\$90	—	5 790 733\$80	
De resseguros aceites (diminuição)	—	24 751\$40	1 625 779\$30	—	—	148 039\$20	9 244 655\$10	3 026\$00	1 263 641\$30	233 813\$70	—	12 543 706\$00	56 773 147\$30
Provisões:													
Para Incapacidades Temporárias de Acidentes de Trabalho	—	81\$40	—	—	—	—	—	—	—	—	—	81\$40	
Para prémios em cobrança (diminuição)	3 353 821\$90	1 972 815\$20	316 967\$10	194 551\$70	99 259\$50	506 627\$80	271 223\$30	13 894\$60	100 604\$70	480 411\$70	—	7 310 177\$50	7 310 258\$90
Prémios e seus adicionais:													
De seguros directos	328 510 812\$90	311 408 819\$60	22 553 285\$20	142 589 148\$40	012 695\$50	305 351 653\$30	184 030 373\$50	10 462 206\$80	67 062 620\$30	118 724 319\$80	—	1 491 705 935\$30	
De resseguros aceites	364 141\$00	564 660\$50	3 311 741\$20	117 239 939\$90	923 556\$20	96 855\$00	110 231 182\$40	4 208\$00	102 524 893\$50	18 066 721\$30	—	353 327 899\$00	1 845 033 834\$30
Receita de resseguros cedidos:													
Comissões	237 938\$00	203 040\$10	138 061\$20	32 813 313\$80	—	532 331\$50	46 971 393\$10	676 977\$60	13 530 618\$50	15 782 079\$60	—	109 821 090\$40	
Indemnizações	1 793 847\$00	1 459 709\$20	520 451\$30	54 972 640\$80	683 938\$70	5 367 907\$60	80 492 216\$20	1 589 667\$40	27 393 259\$90	25 702 391\$70	—	199 976 029\$80	309 797 120\$20
Rendimentos:													
Das reservas técnicas de seguros directos	47 174 822\$60	8 464 068\$70	362 513\$10	1 960 552\$70	2 383\$70	4 693 643\$20	1 565 140\$40	34 212\$10	763 572\$00	1 928 460\$20	—	66 949 368\$70	
Das reservas técnicas de resseguros aceites	—	—	49 932\$90	858 735\$70	—	—	957 620\$00	—	399 384\$40	106 089\$90	—	2 371 762\$90	
De valores livres	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	28 872 523\$70	28 872 523\$70	98 193 655\$30
Receitas diversas:													
Cargos em outras sociedades	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras	686\$30	117 305\$40	790\$50	27 366\$40	—	214 659\$80	71 801\$20	46 479\$80	85 309\$00	6 362\$80	157 634 196\$50	158 204 957\$70	158 204 957\$70
Totais	382 889 533\$70	324 417 165\$80	29 702 978\$30	354 711 308\$20	2 741 090\$00	317 603 815\$40	439 220 509\$90	12 872 157\$30	228 229 103\$30	197 883 192\$60	186 702 689\$50	—	2 476 973 544\$00

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Mário Palma de Carvalho

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IMPÉRIO

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.R.L.

RELATÓRIO, CONTAS E PARECER DO CONSELHO FISCAL - XXXIII EXERCÍCIO - ANO 1974 (Continuação)

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS APLICAÇÕES EM VALORES MOBILIÁRIOS

Designação	Quantidade	Valor nominal	Preço médio de compra	Cotação em bolsa	Valores de balanço	Valor total de aquisição	Flutuação dos valores
Unitário	Total						
1. Participações financeiras							
1.1. Quotas							
1.2. Acções							
1.3. Total							
2. Outras aplicações							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.1. Títulos de Dívida Pública e Obrigações com Garantia do Estado							
Banco de Fomento Nacional 6.5 % - 1973	41	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	41 000 000	—
Banco Municipal de Lisboa 5 % - 1969	3 422	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	3 422 000	—
Câmara Municipal de Lisboa 6 % - 1970	67	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	67 000 000	—
Companhia das Águas de Lisboa 6 %	312	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	312 000 000	—
Companhia das Águas de Ferro Portuguesas 4.5 % - 1959	511	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	511 000 000	—
Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 4.5 % - 1965	50	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	50 000 000	—
Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 5.5 % - 1967	2	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 000 000	—
Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 5.5 % - 1968	2 640	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 640 000 000	—
Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 5.5 % - 1969	4 290	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	4 290 000 000	—
Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses 5.5 % - 1970	789	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	789 000 000	—
Fomento Ultramarino 6 % - 1969 (Angola)	58 325	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	58 325 000	—
Fomento Ultramarino 6 % - 1969 (Moçambique)	43 778	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	43 778 000	—
Fundo Renovação Ape. de Indústria de Pesca 4 % - 1967/5	2 200	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 200 000	—
Fundo Renovação Ape. de Indústria de Pesca 5 % - 1967/8	11 200	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	11 200 000	—
Fundo Especial Transportes Terrestres 4.5 % - 1968	2 698	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 698 000	—
Fundo Especial Transportes Terrestres 5.5 % - 1967	4 370	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	4 370 000	—
Fundo de Turismo 5 %	8 919	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	8 919 000	—
Metropolitano de Lisboa 4 % - 1960	79	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	79 000 000	—
Metropolitano de Lisboa 4 % - 1961	3	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	3 000 000	—
Metropolitano de Lisboa 5 % - 1967	148	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	148 000 000	—
Metropolitano de Lisboa 7 % - 1972	3 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	3 000 000	—
Metropolitano de Lisboa 7.5 % - 1974	2 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 000 000	—
Telefones de Lisboa e Porto 5 % - 1970	25	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	25 000 000	—
Tesouro 3.5 % - 1969	429	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	429 000 000	—
Tesouro 3.5 % - 1963	5 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	5 000 000	—
Tesouro 5 % - 1967	5 429	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	5 429 000	—
Tesouro 5 % - 1969	17 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	17 000 000	—
Tesouro 5 % - 1971	40 520	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	40 520 000	—
Tesouro 5 % - 1973	14 100	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	14 100 000	—
Tesouro 5 % - 1965 (Angola)	7 880	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	7 880 000	—
Tesouro 5 % - 1965 (Moçambique)	54 943	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	54 943 000	—
2.1.2. Outras Obrigações							
Companhia Papel do Prado 5 % - 1965	178	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	178 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 4 % - 1948 (HEZ)	37	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	37 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 5 % (HEC)	686	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	686 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 5 % (CNE)	282	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	282 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 5 % (HEZ)	383	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	383 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 5 % (HED)	21	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	21 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 5 % (ETP)	2	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 6 % (HEC)	27	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	27 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 6 % (HED)	30	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	30 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 6 % (HEZ)	39	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	39 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade 6.5 % - 1972	6 414	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	6 414 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 5 % - 1967	1 080	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 080 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 5 % - 1962	60	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	60 000 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 5 % - 1968	70	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	70 000 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 5 % - 1969	3	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	3 000 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 6 % - 1967	11	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	11 000 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 6 % - 1968	20	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	20 000 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade 7 % - 1972	1 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 000 000	—
Companhia União Fabril 6 % - 1967	1 727	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 727 000	—
Companhia União Fabril 6 % - 1968	144	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	144 000 000	—
Correios e Telecomunicações de Portugal 5 % - 1969	185	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	185 000 000	—
Correios e Telecomunicações de Portugal 6 % - 1972	1 215	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 215 000	—
Finanças 5 % - 1965	1 080	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 080 000	—
Hidro-Electrica Alto Alentejo 5 %	122	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	122 000 000	—
Hidro-Electrica Norte de Portugal (CHENOP) 5 %	67	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	67 000 000	—
Hidro-Electrica Portuguesa 5 %	9	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	9 000 000	—
Linhas 6 % - 1967	301	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	301 000 000	—
Sacor 7 %	286	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	286 000 000	—
Siderurgica Nacional 5 %	70	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	70 000 000	—
Socel 5 % - 1961	128	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	128 000 000	—
Sociedade Portuguesa Petroquímica 5 % - 1960	370	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	370 000 000	—
União Electrica Portuguesa 3 % - 1946	10	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	10 000 000	—
União Electrica Portuguesa 4 % - 1946	25	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	25 000 000	—
União Electrica Portuguesa 5 % - 1946	570	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	570 000 000	—
União Electrica Portuguesa 5 % - 1960	10	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	10 000 000	—
União Electrica Portuguesa 6 % - 1968	9	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	9 000 000	—
União Electrica Portuguesa 7 % - 1972	195	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	195 000 000	—
2.1.3. Acções							
A. Tabacaria							
Apartur - Investimentos Turísticos Açores	500	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	500 000 000	—
Africados - Africa Supermercados	500	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	500 000 000	—
Altavul - Inter Com Altavul Imp Export	400	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	400 000 000	—
Banco de Agricultura	50	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	50 000 000	—
Banco do Alentejo	50	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	50 000 000	—
Banco Borges & Irmão	50	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	50 000 000	—
Banco Comercial de Angola	816	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	816 000 000	—
Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa	280	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	280 000 000	—
Banco de Fomento Nacional	1 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 000 000	—
Banco Fontes & Bury	763	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	763 000 000	—
Banco Nacional Ultramarino (Nom)	500	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	500 000 000	—
Banco de Portugal	2500	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 500 000 000	—
Banco Português do Atlântico	20	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	20 000 000	—
Banco Totta & Azeite	2 970	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 970 000	—
Banco Totta & Azeite	815	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	815 000 000	—
Banco Totta-Standard de Angola	13 169	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	13 169 000	—
Banco Totta-Standard de Angola	250	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	250 000 000	—
CEAD - Centro Europeu de Administração e Desenvolvimento	190	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	190 000 000	—
CELB - Cellosas Bêta Industrial	13 402	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	13 402 000	—
CELB - Cellosas Bêta Industrial	2 759	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 759 000	—
CICOM - Companhia Industrial Cordarias de Moçambique	7 025	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	7 025 000	—
CICLA - Combustíveis Industriais e Domésticos	240	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	240 000 000	—
COBRIMPE - Cobrança Organ. Assist.	240	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	240 000 000	—
COMPAL - Companhia Produtora de Conservas Alimentares	76 020	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	76 020 000	—
COMPAL - Companhia Produtora de Conservas Alimentares	9 284	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	9 284 000	—
Companhia dos Grandes Armazéns Alcobica	3 177	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	3 177 000	—
Companhia Ima do Príncipe	500	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	500 000 000	—
Companhia Industrial Metalina	1 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 000 000	—
Companhia Industrial Portugal e Colónias	400	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	400 000 000	—
Companhia Nacional de Navegação (Nom)	13 073	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	13 073 000	—
Companhia Nacional de Navegação (Port)	9 831	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	9 831 000	—
Companhia Portuguesa Ceas	279	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	279 000 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade (Nom)	7 479	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	7 479 000	—
Companhia Portuguesa de Electricidade (Port)	2 538	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 538 000	—
Companhia Portuguesa de Fornos Electricos	5 298	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	5 298 000	—
Companhia Portuguesa de Higiene	10 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	10 000 000	—
Companhia Portuguesa de Higiene	81 880	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	81 880 000	—
Companhia Portuguesa Rádio Marconi	650	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	650 000 000	—
Companhia Reunidas Gás e Electricidade	2 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	2 000 000	—
Companhia do Seguro Créditos	1 000	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 000 000	—
Companhia de Seguros Seguros	1 963	1 000 000	1 000 000	—	1 000 000	1 963 000	—

Nacional

CONSTRUÇÃO CIVIL

— uma situação grave em debate

PORTO, 9 — A grave situação da construção civil foi ontem debatida num plenário dos industriais de construção civil e obras públicas e dos industriais e comerciantes, ligados ao sector, que teve lugar no Pavilhão dos Desportos do Palácio de Cristal, com a presença de milhares de pessoas. Começou por usar da palavra o sr. António Castro Poças, da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção, que se referiu há hora dramática que está a viver a construção civil devido às baixas de vendas e à falta de investimentos particulares. O capital privado começaria a surgir — disse — se fossem adoptadas garantias.

O segundo orador, eng.º técnico Joaquim da Silva Gomes, da Associação dos Industriais de Mármore, Granitos, Rochas Similares e Cantarias do Norte, que fez o ponto da situação daquele sector, focou o retraimento das encomendas e afirmou que a falta de novos projectos agravará a situação.

O senhor Nestor Marques, da Associação Portuguesa de Industriais de Ferragens, depois de dizer que o Governo já fora informado, em Julho do ano passado, da eminência da crise, disse que a indústria se encontrava em pleno desenvolvimento em 1973 mas que lutava, agora, contra uma baixa de 30 por cento nos índices de produção e 10 por cento na

carteira de encomendas. Depois de atribuir a dificuldade de colocação de ferragens no estrangeiro ao aumento do preço da mão-de-obra, o senhor Nestor Marques disse julgar impossível reconstruir essa indústria no momento presente.

No uso da palavra seguiu-se o sr. Manuel Aguiar, do Grémio dos Industriais de Material, Máquinas e Aparelhagem Eléctrica que acusou os dirigentes do País de «culpabilidade nos ataques de que os industriais têm sido alvo» e perguntou se só o operário terá direito à vida. Disse, também, ser crassa estupidez a eliminação da iniciativa privada.

DEFINIDO NA ASSEMBLEIA DO M.F.A. PODER POP

Continuação da pág. 1

vários órgãos dos diferentes ramos das Forças Armadas.

Seguidamente entrou-se na discussão do ponto Aliança Povo-M.F.A. A Assembleia apreciou o projecto apresentado pelo grupo de trabalho constituído pelos Gabinetes de Dinamização dos três ramos das Forças Armadas e do Copcon, sobre a estrutura da aliança Povo-M.F.A. Aprovou-o na generalidade como plano coerente e viável para a construção de uma sociedade socialista em Portugal. A Assembleia encarregou o Conselho da Revolução de promulgar com urgência legislação revolucionária que reconheça desde já as organizações unitárias de base e o apoio que o Movimento das Forças Armadas lhes deverá prestar para a sua implantação, dinamização e desenvolvimento. Essa legislação deverá reconhecer o carácter autónomo e não partidário dessas organizações populares, e a necessidade de com elas se integrar progressivamente a administração pública local e regional.

Foi ainda considerado que o projecto deve ser um documento-guia de acção prática das unidades militares e organismos populares. A estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às Assembleias Populares Locais. Essa fase necessita de ser devidamente consolidada sendo através da própria dinâmica do processo que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior. Por último o ministro da Comunicação Social fez uma exposição sobre o programa da política de informação, programa esse já aprovado pelo Conselho da Revolução.

A Assembleia decidiu concluir a agenda de trabalhos em próxima reunião extraordinária.

A ALIANÇA POVO-M.F.A.

Aos órgãos da Informação foi também distribuído o projecto das estruturas de ligação Povo-M.F.A. que, pela sua importância apresentamos integralmente. Trata-se de um verdadeiro caminho para a democracia popular, última fase a atingir pela revolução portuguesa.

1. INTRODUÇÃO

A aliança Povo-M.F.A. tem sido uma realidade constante do processo revolucionário até ao momento presente. A acção libertadora do 25 de Abril, continuada por todo um conjunto de atitudes do M.F.A. e dos partidos políticos progressistas e pelas medidas de carácter político e económico postas em prática, tem permitido manter um nível suficiente de coesão Povo-M.F.A.. No entanto, a manutenção e consolidação da aliança Povo-M.F.A. passa, numa primeira análise, pela satisfação das aspirações mais profundas das classes exploradas. Neste aspecto urge prosseguir a obra iniciada em 25 de Abril de 1974. É dentro do âmbito de uma Revolução Cultural, pela aplicação das potencialidades militares e civis, nos campos técnico, humano e material que se mobilizará decisivamente o Povo para a Revolução. A prática começa a demonstrar este raciocínio, aliás óbvio. Esta premissa «sine qua

non» de consolidação da aliança, está em desenvolvimento e criará as condições para que o binómio motor do processo revolucionário português se mantenha e consolide. Por outro lado, e ainda numa intenção de mobilizar o Povo para a Revolução, é necessário que as massas trabalhadoras sejam asseguradas condições de participação activa, o que passa por formas de organização popular, numa prática democrática, independente e unitária.

Torna-se necessário aproveitar concretamente esta realidade fundamental, aliança Povo-M.F.A., estimulando-a e apoiando-a para a DEFESA E DINAMIZAÇÃO da Revolução em curso.

A Defesa e Dinamização da Revolução, na sua actual fase, passam pela realização das seguintes tarefas:

a. Fomentar a participação revolucionária das massas, no sentido de criarem e desenvolverem agrupamentos unitários, numa perspectiva de implantação de verdadeiros órgãos de poder popular.

b. Defender a Revolução dos ataques das forças reacţionárias, a través de uma consciencialização profunda das exigências do processo e da criação de organismos de defesa.

c. Vencer a BATALHA DA ECONOMIA enquanto a produção não for suficiente para as necessidades globais do País será necessário um grande esforço das massas trabalhadoras. É fundamental, portanto, vencer-se a batalha da economia superando o fraco desenvolvimento das forças produtivas, ampliando e desenvolvendo o controlo operário; alargando-se o campo do sector estatal e procurando-se a acumulação necessária a uma independência económica.

Para assegurar o cumprimento dos pontos anteriormente indicados, terá de se cuidar:

(1) No campo interno:

(a). De criar e desenvolver um amplo sector estatal, que seja o reflexo do domínio da economia nacional por parte de um Estado Democrático, em substituição de uma economia privada dominada pelo capital monopolista, que paralisa o desenvolvimento da produção;

(b). De substituir uma estrutura agrária de profundas raízes feudais por uma outra que possibilite a expansão do progresso, objectivo claramente definido na Reforma Agrária, cuja aplicação deverá ser escrupulosamente controlada pelas massas trabalhadoras rurais organizadas;

(c). Saneamento do aparelho de Estado, bem como sua descentralização com vista à construção de um novo aparelho de Estado de base popular, de modo a que, através de uma coordenação eficaz, se dinamizem as potencialidades das iniciativas dos órgãos populares locais, associadas a uma ampla autonomia de decisão e de capacidade de resposta, no domínio do poder financeiro, o que porá o produto do trabalho nacional ao efectivo serviço das massas trabalhadoras;

(d). De incentivar e apoiar as formas de controlo dos meios de produção pelos trabalhadores;

(e). Definir uma política económica global onde se insiram os sectores prioritários de desenvolvimento;

(f). De definir uma política económica em cada um desses sectores.

(2). No campo externo:

(a). Garantir, até às últimas consequências, o cumprimento do processo de descolonização em África porque, numa perspectiva histórica, lúcida e desapaixonada, o futuro independente de Portugal terá que assentar numa base de fraternas relações com as nossas ex-colónias, no domínio das relações políticas, sociais e económicas;

(b). Evitar qualquer tipo de hegemonia ideológica, política ou económica, sobre o processo revolucionário português;

(c). Garantir a manutenção de relações cordiais com todos os povos do globo, e consolidar um poder económico que garanta a independência nacional.

Não se pretende, NEM IGNORAR OS PARTIDOS devotados à construção do socialismo, NEM MILITARIZAR O POVO.

Pretende-se criar uma organização de massas que no momento actual, dentro de uma perspectiva correcta de luta de classes, congregue unitariamente os trabalhadores e chame a si, as tarefas concretas de Defesa da Revolução, atrás descritas.

Esclarece-se que a Revolução se defende com a CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS ALCANÇADAS, através de ORGANIZAÇÃO, VIGILÂNCIA, TRABALHO, DISCIPLINA e AUTORIDADE e com o AVANÇO EFECTIVO para a implantação do PODER DAS MASSAS TRABALHADORAS.

Esta organização de massas promovendo, pela sua formação e prática, a unidade das massas trabalhadoras, criará condições para que os partidos políticos interessados na construção do socialismo encontrem formas de cooperação e entendimento que levem à unificação dos seus esforços para a correcta consolidação da vanguarda política do processo revolucionário.

Estes objectivos passam pelo cumprimento do Programa de Acção Política apresentado pelo Conselho da Revolução, por uma prática unitária do Governo Provisório, por uma política de informação ao serviço do processo revolucionário e por uma prática do M.F.A. de exemplar unidade, austeridade, autoridade e disciplina. Este último ponto entende a prática revolucionária da crítica e autocritica no seio do M.F.A.

Em face do que fica exposto sugere-se a seguinte estrutura de Aliança POVO-M.F.A.:

2.1. EXPLICAÇÃO ORGÂNICA

2.1.1. A estrutura da Aliança POVO-M. F. A. terá linhas fundamentais à do M.F.A., a Popular e a Governamental.

Dentro desta fase de transição o aparelho de Estado deverá ser saneado e progressivamente substituído permitindo a iniciativa local sob o controlo, fiscalização e progressiva tomada de poder pelos organismos populares.

2.1.2. As Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outras organizações de base popular formarão Assembleias Populares Locais, de Freguesia ou por área a definir.

2.1.3. Destas Assembleias Locais se formam as Assembleias Municipais e assim sucessivamente até à Assem-

SUBSÍDIO PARA MILITARES

Aos militares na efectividade de serviço passa a ser abonado, em cada ano, um subsídio de férias, a conceder em Junho, igual à remuneração mensal a que tenham direito no mês anterior, a título de vencimento ou pensão, desde que até 1 daquele mês hajam com-

pletado pelo menos um ano de efectivo serviço.

Aos militares que completarem entre 1 de Junho e 31 de Dezembro o seu primeiro ano de efectividade de serviço será abonado um subsídio de férias no mês seguinte àquele em que atingirem esse tempo de serviço.

Casos especiais são também contemplados eplo diploma aqui resumido, que é o Decreto-Lei n.º 329-E/75, proveniente do Conselho da Revolução, hoje inserto num suplemento à 1.ª Série da folha oficial.

«HABILITAÇÃO por morte de PAULO CAMPOS ELISIÁRIO»
17.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
Rua Alexandre Herculano, 29, 1.º, Esq.

Lic. António Manuel Gonçalves Saldaña

CERTIFICO que por escritura de ontem outorgada neste Cartório, lavrada de fls. 1 v. a fls. 3 do livro N.º 118-E, foi declarado que em 12 de Junho deste ano, em Lisboa, em uma casa na Rua da Escola Asilo, n.º 9, 2.º, direito, onde teve a sua última residência habitual que foi também o seu último domicílio faleceu PAULO CAMPOS ELISIÁRIO, natural da freguesia de Alcântara, de Lisboa, no estado de casado sob o regime de comunhão geral de bens com Maria Inês Rodrigues Bagueixe Elisiário ou Maria Inês Elisiário, natural da freguesia e concelho de Vinhais, sua viúva, residente em Lisboa na casa onde o marido faleceu, tendo o falecido deixado testamento público que foi outorgado no dia 11 de Abril de 1973, lavrado na Secretaria Notarial de Oliveira de Azeméis, de fls. 45 a fls. 45 v. do livro n.º 15 das notas da Notária Dr.ª Maria Benilde Prouença de Carvalho, testamento pelo qual dispôs da quota disponível de seus bens a favor da mulher dita Maria Inês Rodrigues Bagueixe Elisiário, com quem era casado em únicas núpcias de ambos; que, como única herdeira legitimária ao falecido sucedeu sua única filha, legítima, de nome MARIA DE LOURDES BAGUEIXE ELISIÁRIO PINTO DE GÓIS, natural da freguesia de Alcântara, de Lisboa, casada sob o regime de absoluta separação de bens com Ernesto José Labego Pinto Góis, residente em Carcavelos na Quinta dos Lombos, Lote C, n.º 11, concelho de Cascais.

Está conforme e foi passado somente para efeitos de publicação.

Lisboa e 17.º Cartório Notarial, 5 de Julho de 1975.

O 1.º ajudante do Cartório José Martins da Conceição

S. R.
MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/46816, arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia de S. Faio de Oleiros, concelho da Feira, de uma linha aérea a 15 kV com 75 metros do poste n.º 21 da linha Rio Meão-Oleiros ao posto de transformação de Indústrias Joaquim Francisco do Couto & Filhos, S.A.R.L.-Oleiros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Junho de 1975.

O Engenheiro Chefe Guilherme Martins

S. R.
MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS
ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/54730, do arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia de Vimieiro, concelho de Santa Comba Dão, de uma linha aérea a 15 kV, com 307 m. do poste n.º 3 da linha para o posto de transformação de Lameiras, da Câmara Municipal de Santa Comba Dão (anteriormente designado por Venda do Cêbo) ao posto de transformação de Manuel Freitas Lopes.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 1 de Julho de 1975.

O Engenheiro Chefe Guilherme Martins

APARTAMENTOS DE FÉRIAS
COSTA DO SOL E SUL DE ESPANHA
PREÇOS DESDE 25.000
PAGUE SUAVEMENTE COM CREDI-STAR
INFORME-SE E INSCREVA-SE
PAGUE SUAVEMENTE COM O CREDI-STAR
STAR
A MANEIRA MAIS FÁCIL DE PAGAR AS SUAS FÉRIAS

POPULAR

a Popular Nacional.

1. 4 A participação física M. F. A. começa nas Assembleias Municipais e Distritais, nas Regiões, nas ADR'S e na Nacional AMFA. Entenda-se as ADU'S são assembleias unidades do Exército, Marinha e Força Aérea e Forças de Segurança.

1. 5 O Conselho da Revolução é o órgão máximo soberania nacional.

1. 6 As Assembleias Populares são apoiadas pelo M. F. A. e órgãos do aparelho de Estado, exercendo sobre este o controle da gestão pública qual participam.

LANÇAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES POPULARES

2. 1 Numa primeira fase ADU'S incentivarão, através de sessões de esclarecimento e informação, o lançamento das Comissões de Moradores e trabalhadores nos locais onde ainda não existem.

Os locais onde já existem estruturas desta natureza haverá igualmente sessões de esclarecimento e informação sobre os verdadeiros objectivos M. F. A..

Posteriormente em contacto com estas organizações de base, colher-se-á a experiência da prática recolhendo ensinamentos que serão divulgados no sentido de melhorar os procedimentos e alcançar resultados.

Depois a apreciação pelo M. F. A. proceder-se-á ao reconhecimento das organizações.

2. 2 Numa segunda fase, a curto prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Locais e Municipais.

2. 3 Numa terceira fase, a médio prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Distritais.

2. 4 Numa quarta fase, a longo prazo, incentivar-se-á a formação das Assembleias Populares Regionais.

2. 5 A Assembleia Popular Nacional, órgão superior de participação popular será a última e distante etapa desta estrutura.

NORMAS ESTATUTÁRIAS

3. 1 Generalidades

A organização popular proposta, assenta fundamentalmente nas Comissões de Trabalhadores e nas Comissões de Moradores. Consideram-se também organismos de base, os Conselhos de Aldeia, as cooperativas, as Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, as Colectividades e outras Associações de base popular.

Estruturas em vias de desenvolvimento sob iniciativas próprias devem ligar-se aos organismos de base definidos, CM, CT, os quais ampliarão a sua constituição a fim de absorver a disciplina de consolidação e garantir o processo revolucionário, no que se refere às tarefas das organizações de base referidas em 3. 2. 2.

Em conclusão, as CM e CT, e outras organizações de base, amarrarão a si as tarefas de defesa da Revolução.

As presentes normas estatutárias respeitam as já existentes nas diversas organizações, tendo estas ser ampliadas a fim de incluir os objectivos aqui definidos.

2 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A ORGANIZAÇÃO POPULAR

2. 1 Objectivo

O objectivo fundamental e imediato é o da construção da

sociedade socialista definida no plano de acção política do Conselho da Revolução.

Como este objectivo só se consegue em unidade, todos os níveis da organização popular, devem, pois, ser unitários.

Este conceito da unidade define-se da forma seguinte:

Independência de vinculação partidária.

Representatividade democrática a partir de sectores populacionais ou unidades de produção.

Associação para resolução de problemas concretos.

A melhor garantia para se obter este objectivo é ser o M. F. A., movimento suprapartidário, a acompanhar e incentivar este processo, apoiando-o, integrando-o e reconhecendo as organizações que, pela prática, o justificarem.

3. 2. 2 TAREFAS DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

As Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, etc., deverão, além das suas funções específicas, promover de acordo com as suas características as seguintes actividades:

Trabalho Político, através de informação e esclarecimento nos sectores profissionais ou populacionais.

Ação Social, nos campos da saúde e assistência, cultura e desportos, alfabetização, habitação e urbanização, transportes, etc.

Ação Económica pela batalha da economia, controle sobre os meios de produção dos sectores abastecimento e privados, etc.

Vigilância pela defesa das instalações e zonas urbanas através de permanência física por turnos, controle de entradas, canalização de informações para os órgãos oficiais competentes, etc.

Esta actividade, em casos especiais (pontos estratégicos da economia nacional) por iniciativa do próprio M. F. A. e sob seu controle e enquadramento pode traduzir-se em tarifas de auto defesa.

Reforço da aliança Povo-M. F. A., como actividade sempre presente destas organizações.

3. 2. 3 TAREFAS DAS ASSEMBLEIAS POPULARES

As Assembleias Populares terão as seguintes missões fundamentais:

Transmissão até ao nível próprio da decisão das aspirações, opiniões e exigências das populações.

Intervenção no planeamento local, regional e nacional através dos órgãos competentes, actuando como mandatários das populações.

Fiscalização e controlo da actividade dos órgãos da administração e da sua capacidade e tempo de resposta às necessidades das populações.

Constituição junto aos órgãos de poder popular local de um tribunal popular para resolução de problemas não criminais.

3. 3 PROCESSO DE FORMAÇÃO

3. 3. 1 A direcção das organizações populares é eleita em plenário, por votação de braço no ar.

3. 3. 2 Nas organizações de base os membros eleitos são revogáveis pelo mesmo



plenário que os elegeu.

3. 3. 3 Nas Assembleias Populares os membros eleitos são revogáveis pelas próprias assembleias.

3. 4 CONSTITUIÇÃO

3. 4. 1 Das Organizações de Base (CM, CT, etc.) Terão a sua actual constituição, ampliada por forma a satisfazer as tarefas definidas.

3. 4. 2 Das Assembleias Populares Locais (APL). Delegados das organizações de base.

Delegados das autarquias locais.

3. 4. 3 Das Assembleias Populares Municipais (APM). Delegados das ADU'S. Delegados das APL'S. Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais.

3. 4. 4 Das Assembleias Populares Distritais (APD). Delegados das ADU'S (incluem Comandante da Unidade).

Delegados das APM'S. Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais. Delegados dos Organismos Sindicais.

3. 4. 5 Das Assembleias Populares Regionais (APR). Delegados da ADR (incluem Comandante da R. M.). Delegados das ADU'S. Delegados das Autarquias e Órgãos Governamentais. Delegados dos Organismos Sindicais.

3. 4. 6 Da Assembleia Popular Nacional (APN). A definir.

3. 5 FUNCIONAMENTO

3. 5. 1 As decisões em todas estas organizações são tomadas por votação de braço no ar.

3. 5. 2 Os representantes das Autarquias Locais, Órgãos Governamentais (Gabinetes Regionais de Planeamento, IRA, etc.) e delegados dos organismos sindicais têm igual direito à apresentação de propostas, votação e expressão.

3. 5. 3 As decisões tomadas em Assembleias vinculam todas as estruturas ao seu cumprimento.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4. 1 As presentes normas

não têm carácter rígido e a sua aplicação atenderá às características específicas locais e aos condicionamentos determinados pela dinâmica do processo.

4. 2 O presente projecto

deve ser considerado como um documento-guia da acção prática das unidades militares e organismos populares. A estrutura que corresponde ao actual desenvolvimento da organização popular vai até às As-

sembleias Populares Locais.

Esta fase necessita ser devidamente consolidada sendo através da própria dinâmica do processo que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior.

sembleias Populares Locais.

Esta fase necessita ser devidamente consolidada sendo através da própria dinâmica do processo que se verificará a viabilidade do avanço para formas de organização superior.

ASSEMBLEIA POPULAR NO CONCELHO DE SINES

SINES — Mais de mil e quinhentas pessoas, dos bairros mais humildes desta vila, assistiram à segunda assembleia popular do concelho, que decorreu no Cine-Teatro Vasco da Gama.

No decorrer da assembleia foram apresentadas as comissões de moradores de onze bairros da vila de Sines, num total de mais de sessenta pessoas eleitas entre os trabalhadores que participaram na jornada da batalha da produção do dia 21 de Junho. Essas comissões apresentaram os seus programas, tendo sido também

presente o relatório da comissão coordenadora cessante da primeira assembleia popular, onde se reapoiava a revolução democrática rumo ao socialismo, em estreita aliança com o M.F.A. Foi também apresentado, no relatório da comissão coordenadora, um projecto de Estatutos da segunda assembleia popular. A comissão coordenadora ficou constituída pelos delegados das onze comissões de bairro, do Serviço Nacional de Saúde, do F.A.O.J. da comissão administrativa da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia, M.D.M.P.

Foram finalmente aprovadas as seguintes moções: felicitações ao Comité Central da Frelimo, e ao Governo de Moçambique, pela independência; apoio ao povo angolano e ao M.P.L.A., vanguarda revolucionária do povo angolano na sua luta contra o imperialismo; contra as medidas bárbaras de extermínio de patriotas chilenos, exigência da libertação do grande patriota Luis Corvalan e indignação pela fuga dos «pides» e exigência de um inquérito imediato a todo o aparelho prisional.

A EXONERAÇÃO DO MAJOR AVENTINO TEIXEIRA

Os trabalhadores da Sociedade Nacional de Tipografia «O Século», reunidos ontem em plenário, realizado nas instalações da empresa, deliberaram:

«Divulgar publicamente que não residem nas relações do major Aventino Teixeira com os trabalhadores da empresa, como presidente do conselho de administração por parte do Estado e delegado do M.F.A. na S.N.T., quaisquer motivos que pudessem levar à sua exoneração daquele cargo pelo Governo;

Afirmar que não compete aos trabalhadores imiscuírem-se nas relações de disciplina interna do M.F.A. e muito menos fazer-lhe ultimatums — salvo quando estejam em jogo os interesses dos trabalhado-

res — devido aos perigos da grave divisão no seio do M.F.A. que essas atitudes criariam».

Depois de se referirem a uma moção aprovada por alguns trabalhadores da mesma empresa, na qual se exigia a reintegração do major Aventino Teixeira e não considerarem representativo o plenário em que ela foi votada, «em relação à gravidade e importância política da moção nela aprovada», realçam também os trabalhadores a importância do estabelecimento dos «Estatutos da Comissão de Trabalhadores», consagrando a organização funcional e eficiente dos trabalhadores para o exercício do controlo da produção — o que tem vindo a ser prejudicado por parte de certos grupos de trabalhadores. Denunciam

ainda «todas as especulações proposadamente tecidas à volta da exoneração do major Aventino Teixeira do seu cargo na S.N.T. — por as considerar uma forma de criar a divisão dos trabalhadores, do próprio M.F.A. e entre as duas partes.

Esta moção foi aprovada por 125 votos a favor contra 86. A moção «aprovada» no plenário e que foi publicada no «Jornal Novo» e na «Capital» havia obtido 61 votos favoráveis contra 31. Os trabalhadores que decidiram a não publicação, na edição de «O Século» de 8 de Julho, daquela moção hoje repudiada eram em número superior a 80 — mais, portanto dos que a aprovaram em plenário — e pertenciam, na sua grande maioria, aos quadros operários».

Estrangeiro



DESAIRE HUMILHANTE NA ARGENTINA PARA A PRESIDENTE "ISABEL" PERON

BUENOS AIRES, 9 — (R.) — A Argentina aguarda hoje a próxima iniciativa da presidente Maria Estela Perón na crise económica e política que tem seriamente prejudicado o seu prestígio e custado ao país, pelo menos o equivalente a 19.200.000 contos em produção perdida nas últimas duas semanas.

A grande incógnita é saber

Edouard Bailby foi libertado

BUENOS AIRES, 9 — (R.) — O correspondente francês Edouard Bailby, preso na quinta-feira passada, em Buenos Aires, foi libertado ontem sob palavra e regressará hoje a Paris.

Fontes policiais revelaram que Bailby de 42 anos, enviado do semanário «L'Express», foi preso no seu hotel, após enviar uma reportagem que se alegou conter insultos contra a Presidente Maria Estela Perón da Argentina e o seu secretário particular e ministro da Assistência Social, José Lopez Rega.

As mesmas fontes acrescentaram que o jornalista seria processado apesar de tudo, mesmo que tivesse sido autorizado a abandonar o país.

se a presidente se curvará às exigências para a demissão do seu principal conselheiro, o ministro da Assistência Social, José Lopez Rega, considerado a sua alma danada.

A presidente acedeu ontem, às reivindicações salariais dos trabalhadores, a fim de conseguir o fim rápido da greve geral de 48 horas, após sofrer um desaire humilhante na frente política.

Tem ainda de decidir se deve aceitar todas ou apenas algumas das demissões no seu gabinete de oito membros, incluindo a de Lopez Rega, que foram colocadas sobre a sua secretária pouco depois da greve geral principiar à meia-noite de domingo.

Anunciou-se que a presidente asseverara aos dirigentes sindicais, a políticos e a comandantes militares, reclamando a demissão de Lopez Rega, que «se ele sair, sairei também».

Um feriado nacional para comemorar os 159 anos da declaração da independência em relação à Espanha retardou o regresso ao trabalho ordenado pela Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.), depois da presidente ter capitulado perante as exigências para a ratificação de grandes aumentos de salários, que vetara antes.

Alguns sindicatos conseguiram aumentos de 130 por cento, a fim de acompanharem as acentuadas subidas dos preços, que se registaram após o ministro da Economia, Celestino Rodrigo, desvalorizar o peso em 50 por cento, em 4 de Julho último.

Em 28 de Junho, a presidente, de 44 anos, vetou os aumentos negociados com o patronato e substituiu-os por um geral de 50 por cento.

Ontem, com o país totalmente paralisado pela greve disciplinada da C.G.T. — a primeira grande confrontação entre o trabalho organizado e um governo peronista — Maria Estela Perón ordenou uma modificação total da sua política de salários, após um dia de intensas negociações.

Na frente política, a presidente sofreu outro golpe infligido por senadores peronistas, que votaram nova legislação para a nomeação do seu sucessor se Maria Estela Perón abandonar a chefia do Estado. Os novos regulamentos bloqueiam a aprovação do seu sucessor escolhido, Raul Lastiri, um membro destacado do grupo de Lopez Rega, frequentemente chamado «A Família».

O Senado nomeou seu presidente Italo Luder, de 59 anos. Nos termos da Constituição, será o chefe de Estado interino na falta de um vice-presidente, se a sr.^a Perón não puder continuar a desempenhar o seu ele-

vado cargo.

O importante cargo no Senado achava-se vago desde Abril, quando José António Allende, um simpático peronista não filiado no partido, se demitiu sob pressão presidencial.

A sr.^a Perón, conhecida popularmente como «Isabel», tornou claro aos membros do partido que desejava que o cargo continuasse vago, deixando a sucessão nas mãos de Lastiri.

Contudo, o Senado elegeu ontem Luder por 50 votos, contra quatro com os sufrágios dissidentes divididos entre três outros candidatos, o que indicou que o bloco peronista desafiava unanimemente a presidente ao apoiar o Partido Radical, o principal agrupamento da oposição.

Lastiri é genro de Lopez Rega, embora, com 60 anos, seja quatro anos mais velho do que o discutido ministro, que é também secretário particular da sr.^a Perón e coordenador do gabinete.

O juiz francês André Cozette, que ontem foi utilizado como refém pelo réu que estava a julgar em Paris. O réu, Jean-Claude Villoquet, a quem a mulher passou uma arma, em pleno tribunal, abriu caminho a tiro, ferindo dois guardas, e conseguiu fugir, para o que se serviu do juiz e de outro funcionário como reféns. Estes foram encontrados mais tarde, manietados, num carro usado por Villoquet e pela mulher na sua fuga (Telefoto UPI-Telelimprensa)

Perspectivas mais brilhantes de paz no Médio Oriente?

WASHINGTON, 9 — (R.) — O secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, parte hoje para a Europa, onde travará conversações com o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, que poderão tornar mais brilhantes as perspectivas de paz no Médio Oriente.

A comunicação de ontem de que Rabin, presentemente de visita à República Federal Alemã, poderia prolongar a sua estada em Bonn para se avistar com Kissinger nessa capital, no sábado, correspondeu ao que era geralmente previsto.

Contudo, provocou a especulação de que Israel abrandara a sua atitude quanto à retirada de forças dos defiladeiros de Mitla e Giddi, no deserto do Sinai.

Acordo sobre uma evacuação desses defiladeiros estratégicos, entradas para o sector oriental do deserto conduzindo às fronteiras sul de Israel, é a tónica das actuais iniciativas de paz baseadas em ofertas hebraicas de concessões territoriais em troca de uma promessa egípcia de não beligerância.

Também em jogo está o auxílio militar e económico norte-americano a Israel, há muito prometido.

Antes de seguir para Bonn, Kissinger efectuará conversações em Genebra, amanhã

e na sexta-feira, com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko. Deslocar-se-á também a Londres e a Paris para conferenciar com os ministros britânico e francês dos Negócios Estrangeiros.

O encontro Kissinger-Gromyko poderia fornecer a oportunidade de novo acordo entre norte-americanos e soviéticos para limitar ainda mais as armas nucleares estratégicas.

Espera-se que as conversações assumam a forma de sessões de pergunta e resposta acerca do novo acordo so-

bre limitação de armamento nuclear.

Ambos os lados desejam concluir o novo acordo, que se seguirá ao firmado em Moscovo, há três anos, e à minuta redigida quando o presidente Gerald Ford foi a Vladivostok, no Outono passado, para se avistar com o secretário-geral do P.C. soviético, Leonides Brejnev.

No entanto, as negociações formais em Genebra acham-se numa situação de impasse devido a disputas sobre como identificar os mísseis de ogivas múltiplas.

Peregrinação de Rabin ao campo de Belsen

BONA, 9 — (R.) — O primeiro-ministro israelita visitante, Yitzhak Rabin, trava hoje conversações em Bona com o chanceler da República Federal Alemã, Helmut Schmidt, que está a apoiar iniciativas norte-americanas para se conseguir a paz no Médio Oriente.

Espera-se que Schmidt peça hoje ao seu convidado para cooperar cabalmente com os norte-americanos na busca de um acordo de paz.

O primeiro-ministro israelita chegou ontem a R. F. A. no meio de severo dispositivo de segurança. Guarda-costas alemães ocidentais e hebraicos acompanharam-no por toda a parte e o seu programa foi mantido secreto.

Rabin começou a visita por Hanover, com uma peregrinação ao local do campo de concentração de Belsen, situado perto, onde 50 000 pessoas, na maioria judeus, morreram às mãos dos nazistas.

Depois, seguiu de avião para Berlim-Oeste, onde foi recebido pelo burgomestre Klaus Schuetz, que ofereceu também um banquete em sua honra.

Após passar a noite na antiga capital alemã, Rabin visita hoje o muro construído pelos comunistas, que divide a cidade e, encontra-se com dirigentes da comunidade judaica de Berlim-Oeste, antes de partir para Bona, fase seguinte da sua visita à R. F. A.

Médicos em greve

ATENAS, 9 — (R.) — Cerca de 4500 médicos de hospitais e clínicas particulares de Atenas puseram-se hoje em greve por tempo ilimitado, em apoio de reivindicações de aumento de salários e melhores condições de trabalho.

A paralisação afectará todos os hospitais públicos e particulares, assim como clínicas,

mas o Ministério da Assistência Social disse que pessoal reduzido trataria de casos urgentes.

O Ministério acrescentou que uma proposta de lei, já apresentada ao Parlamento, satisfaria a maioria das reivindicações dos grevistas e pediu-lhes, por isso, para voltarem ao trabalho.

Inundações na Índia matam mais de 150

NOVA DELHI, 9 — (R.) — Centenas de barcos juntaram-se hoje às operações de socorro urgente no Norte da Índia quando o balanço trágico das inundações da monção se elevava a mais de 150 mortos.

As autoridades disseram que mais de um milhão de pessoas foram afectadas pelas cheias em todo o Estado de Uttar Pradesh, onde 4.500 aldeias desapareceram debaixo da impetuosa torrente.

Barcos de socorro, levando víveres e outros artigos essen-

ciais a aldeões isolados pelas inundações, trouxeram para lugar seguro, pelo menos, 17 000 pessoas, mas vários rios, engrossados pelas chuvas da monção que não cessam de cair, representam uma ameaça para outras áreas.

O maior desastre foi anunciado no vizinho Estado de Bihar, onde 95 pessoas morreram afogadas quando um barco se voltou.

Mais de 11 000 pessoas foram evacuadas no vale do Brahmaputra.

A situação deteriora-se no Sahara espanhol

MADRID, 9 — (Pelo correspondente da ANI, Manuel Lopes) — Depois das lutas tribais de domingo entre os grupos políticos do Saara Espanhol em que participou grande parte da população, a situação está a deteriorar-se, com Madrid a perder a capacidade de iniciativa e manobra, não só no âmbito interno, onde parece que apenas lhe está destinada a função de manter a ordem, como no exterior, face às posições de Marrocos e Mauritânia que pretendem dividir o território, agora com a adesão da Argélia.

Madrid parece disposta a negociar com os representantes da Assembleia Geral do Saara e o Partido Puns, constituído e apoiado pelo Governo espanhol e o único reconhecido, embora com pouca representatividade.

O Polisário é o que está mais implantado e não admite negociações com a Espanha sem que todos os militares espanhóis abandonem o território e se passe a administração para representantes locais.

Segundo notícias publicadas ontem o Governo espanhol estaria disposto a constituir a co-

missão para preparar a transmissão de poderes.

Mas essa solução, como a do referendo para pronunciamiento popular sobre as pretensões ou não dos habitantes do território à independência, não tem realismo absolutamente nenhum.

Parece não haver dúvidas que a sentença, do Tribunal Internacional da Haia, que contará sem dúvida com o factor político, será favorável aos países limítrofes que repartirão entre si o território.

A proposta de uma conferência quadripartida para discussão do assunto do Saara entre Marrocos, a Mauritânia, a Argélia e a Espanha não teve qualquer resposta dos três países do Norte de África pelo que o convite de Madrid, embora se mantenha, está sem efeito pelo menos de momento.

A adesão da Argélia às posições de Marrocos e da Mauritânia foi considerada nos meios políticos locais como a gota de água que faltava para que a Espanha boçobrasse.

A atitude da Imprensa espanhola tem sido absolutamente contrária à política oficial em relação ao Saara e sobretudo ao processo de descolonização.

Em editorial o jornal «Ya» insurge-se e critica de novo o Governo por não ser dada uma decisão realista ao problema.

OS RAPTORES DE MORGAN AUMENTAM AS EXIGÊNCIAS

BEIRUTE, 9 — (R.) — Os raptadores do coronel do Exército norte-americano Ernest Morgan aumentaram as exigências para o libertar, segundo revela hoje o jornal libanês «Al-Hayat».

O jornal diz que os raptadores pedem agora indemnização pelos estragos causados no campo de refugiados palestinos de Rashidiyeh, no Sul do Líbano, atacado pelos israelitas na segunda-feira.

Entretanto, a Polícia continua a procurar o coronel, quando o prazo das 21 horas locais de hoje (19 de Lisboa) marcado pelos raptadores se aproximava.

Os raptadores pediram antes à Embaixada norte-americana para entregar víveres, roupa de homem e material de construção civil numa área das docas de Beirute, que sofreu grandes estragos em consequência da luta entre facções, na semana passada.

Partidos políticos libaneses da esquerda denunciaram ontem os raptadores, considerando-os como «elementos suspeitos» e afirmando que o seu objectivo era dar aos Estados Unidos um pretexto para intervir no Líbano.

Um grupo até agora praticamente desconhecido, denominado «Organização Socialista de Acção Revolucionária», foi quem raptou segundo se supõe, há dez dias, o coronel.

Nacional

Em Custóias

"PIDES", "ELP's" E COMPANHIA CONVIVIAM COM OUTROS PRESOS

PORTO, 9 — Segundo uma delegação da U. D. P. que ontem, durante a manifestação em frente do Q. G. da Região Militar do Porto, se avistou com oficiais superiores do respectivo comando, foi nomeado um oficial para investigar directamente a situação e os problemas surgidos com a segurança na cadeia de Custóias. Por outro lado, ainda segundo militantes daquele partido, após entrevista no Q. G., o director daquele estabelecimento prisional, João Rodrigo Pinheiro Torres, vai ter uma reunião com oficiais do referido comando para esclarecimento «das concepções de segurança em Custóias». Um comunicado do director da cadeia, publicado num matutino do Porto no passado domingo, será também, segundo a mesma fonte, objecto de discussão nessa reunião com os oficiais.

Entretanto, a situação normalizou-se em Custóias no que se refere à greve da fome levada a cabo no domingo por parte dos detidos de delito comum como pretexto contra as «faci-

lidades» concedidas aos «pides», sabotadores económicos e elementos ligados ao E. L. P. ali internados. Segundo nos declarou ontem em Custóias o próprio director da cadeia, a recusa de alimentos, durante o almoço de domingo, seguiu-se a uma série de reivindicações internas por parte de um grupo de presos, depois apoiados por mais de uma centena de companheiros. Também segundo diversos detidos com quem falámos, as refeições, no dia de ontem, já se processaram com normalidade.

Ao princípio da tarde de ontem foram transferidos para a Cadeia Central do Norte, em Paços de Ferreira, diversos detidos implicados nos acontecimentos dos últimos dias. Por outro lado a Associação dos Internados de Custóias distribuiu ontem um comunicado aos órgãos de Informação onde se dá o passo, se afirma:

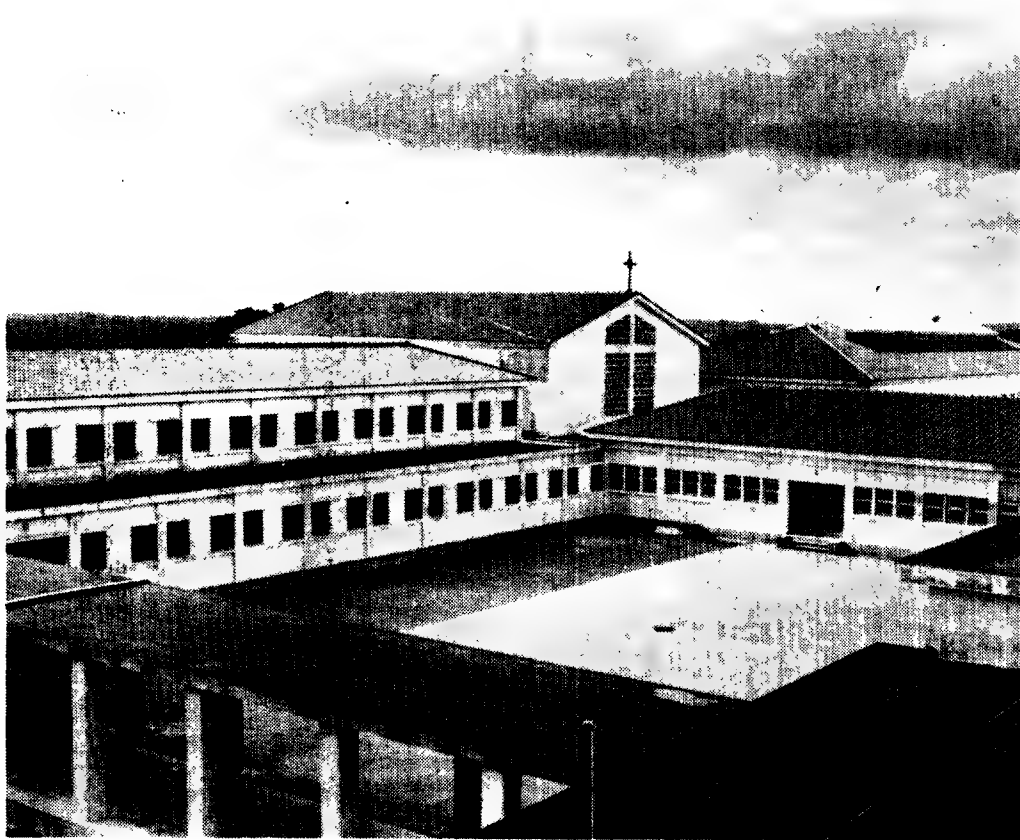
«Houve na realidade uma tentativa de motim por parte de uma minoria de internados encabeçada por meia dúzia de

cista que o despediu sem razão». O mesmo orador perguntou se as leis que vão julgar José Diogo serão as mesmas que irão examinar «os delitos cometidos pelos pides, assassinos do povo».

Pelo que ontem pudemos apurar em Custóias, em conversa com diversas pessoas, incluindo detidos, os «pides», sabotadores, etc. ali internados às ordens da Comissão de Extinção da Pide, têm podido circular na cadeia dentro do «sistema de vida prisional comunitária» que ali tem estado em prática. Pelo menos essa situação verificou-se até fins de Abril último, segundo as palavras que nos disse o próprio director:

«Desde 27 de Abril eles deixaram de circular e ficaram confinados à sua zona. Passou agora a haver diferenciação nas visitas, que são completamente separadas».

O director disse-nos também que em Custóias o número de guardas é mais do que insuficiente (três dezenas para quase meio milhão de presos) e que a concepção arquitectónica das instalações prisionais está cheia de erros.



Aspecto parcial da cadeia

J. G. B.

FUTUROS PROFESSORES

PROTESTAM

CONTRA CLASSIFICAÇÕES

A semelhança do que aconteceu na Escola do Magistério Primário de Chaves, os alunos do ramo de ensino da cidade do Porto protestaram contra o critério utilizado para as classificações finais. Argumentam esses estudantes não ter havido, ao longo do ano, ficheiros com o processo de avaliação, tal como preconizava o M.E.C. Por outro lado, discordam que na avaliação tenha sido dado um carácter preferencial às qualidades humanas dos alunos relegando para segundo plano a competência técnica.

Não diz, no entanto, o documento agora divulgado se as qualidades humanas significam essencialmente qualidades pedagógicas, se a competência técnica equivale aos conhecimentos curriculares.

Face ao exposto, aqueles estudantes enviaram ao M.E.C. um texto de protesto em que afirmam designadamente: «Os alunos finalistas da Escola do Magistério do Porto, ao tomarem conhecimento das suas classificações profissionais, protestam veementemente contra as injustiças verificadas. Como falar de qualidades hu-

manas nesta escola e a sua avaliação se foram os próprios professores os primeiros a confessarem impossível tal avaliação?»

Em geral verifica-se que os delegados e os alunos da associação usufruem de notas mais elevadas. Serão eles uns génios? Teriam sido escolhidos a dedo? Aonde está o processo de avaliação nacional? Foi boicotado... Com tais anomalias é evidente o seguinte: ontem, estava mal, hoje, muito pior. Ontem compravam notas. Hoje vendem-se notas.

O texto agora enviado ao M.E.C. põe algumas perguntas. No entanto, recorde-se que os delegados são eleitos e registam-se afirmarem os finalistas (futuros professores primários) que o processo de avaliação foi boicotado à escala nacional.

Em suma (concluem aqueles estudantes): se «ontem» o ensino (depreende-se) estava mal, «hoje» está muito pior.

Para debaterem este problema das classificações, começou hoje às 14 horas uma reunião, na sala n.º 3 da Escola do Magistério Primário.

indivíduos de largo cadastro que, como é fácil de ver, está interessada nestas desordens, pois daí lhes poderá advir possibilidade de fuga. Um desses elementos tomou parte nas reuniões preparatórias dos acontecimentos de 27 de Abril passado, em que se tentou uma fuga à mão armada.»

A manifestação promovida ontem pela U. D. P. diante do Q. G. da Região Militar do Porto reuniu algumas centenas de pessoas, tendo um dos oradores descrito a facilidade com que «os pides e bufos, entre os quais os criminosos Porto Duarte, inspec or Cunha e o sinitro médico Ulisses, além de vinte e dois elementos do C. D. S., E. L. P. e sabotadores económicos ali internados se movimentam dentro da cadeia, gozando do tratamento de favor, recebendo familiares nas celas ou vindo despedir-se de-

les ao portão.»

Acrescentou que as visitas, aqueles detidos «se vinham processando em confusão indiscreta, em dois salões com os pides, legionários, C. D. S. e E. L. P.'s misturados com os presos de delito comum, sendo espantosa a facilidade com que naquela cadeia se podem meter dezenas de armas, pois os familiares dos pides não são revistados».

A «BAGUNÇA» ATÉ FINAIS DE ABRIL

O mesmo orador referiu-se aos condicionalismos que rodearam a fuga dos pides de Alcoentre e contrapôs essas facilidades com a forma como o tractorista José Diogo, de Castro Verde, está a ser tratado por ter morto um latifundiário, «um explorador do povo e fas-

C. C. T. EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E INDÚSTRIA DE MADEIRAS

(incluindo Aglomerados de Partículas, Fibras, Contraplacados e Lamelados)

AOS TRABALHADORES

Convocam-se todos os trabalhadores abrangidos por este CCT para um plenário com a seguinte ordem de trabalhos:

— Informação sobre as cláusulas já aprovadas do C.C.T. em negociação.

A reunião realiza-se AMANHÃ, 5.ª feira, dia 10 às 21 horas, na Av. República, 29 (Sindicato do Comércio)

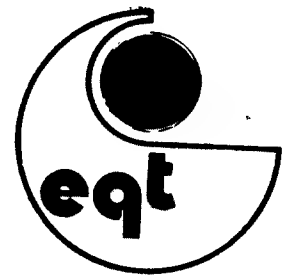
NÃO FALTES!
UNIDOS VENCEREMOS!

O GRUPO DE TRABALHO DO CCT

1.º ENCONTRO DE QUADROS TÉCNICOS

«O Papel dos Quadros Técnicos no Actual Processo Revolucionário»

12-13 de Julho



Informam-se todos os interessados que este 1.º Encontro se realiza nas instalações da Gulbenkian em Lisboa com o seguinte horário:

Dia 12 — 10 horas — Sessão de Abertura
Dia 13 — 16 horas — Sessão Plenária Final.
A COMISSÃO ORGANIZADORA

CONCERTOS

Amanhã, às 17,30 h.

JARDIM DA ESTRELA
BANDA DA FORÇA AÉREA

Direcção do maestro cap. Aurélio Pinho

CAMPO GRANDE
BANDA DA P. S. P.

Direcção do maestro cap. Pinto Rodrigues

em colaboração com a
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

União Soviética entrega segundo barco à Guiné-Bissau

A República da Guiné-Bissau acaba de receber o segundo dos cinco barcos que a União Soviética se comprometeu a doar-lhe em face dos acordos já assinados e válidos para o domínio das pescas. O barco chama-se «Morés» e foi expressamente construído em 1975 para entrega à Guiné-Bis-

sau, tendo efectuado os seus exames de prova no percurso entre os estaleiros da U. R. S. S. e a Guiné. Tem uma capacidade frigorífica de 200 toneladas, podendo pescar 11 toneladas diárias de peixe. Possui também uma sala de diversão onde existe aparelhagem de projecção cinematográfica.

Espectáculos

Crítica de Cinema

LAURO ANTÓNIO

EM DIA COM A ESCRITA

Primeiramente a **Semana do Cinema Búlgaro**, que acompanhamos dia a dia, depois a estreia simultânea de alguns bons filmes que nos ocuparam durante vários dias, estas foram as razões maiores para um certo atraso que se tem verificado no que respeita ao aparecimento de notas críticas a certos títulos que ocuparam, e ocupam, as salas de Lisboa, na maioria dos casos sem grande utilidade pública. Vamos tentar hoje colocar-nos em dia com a escrita, rememorando diversos filmes rapidamente:

1. No domínio das reposições estivais, tivemos a versão integral do que é já hoje um clássico do western moderno: **A QUADRILHA SELVAGEM** de Sam Peckinpah. Obra de uma violência envolvente, **The Wild Bunch** possui uma força libertadora indescritível. Duas horas e meia de vertiginosa carnificina de massacre. Duas horas e meia de morte de sangue, de corpos esfacelados, de loucura. Da violência que é simultaneamente, retrato e denúncia. O filme começa com um massacre, acaba numa pavorosa carnificina que tudo e todos destrói. Mas, desde o início, precisamente desde as imagens que entrecortam o género, durante as quais vemos um grupo de crianças assistindo à luta de dois escorpiões num ninho de formigas, desde essas imagens que a sorte dos protagonistas está prenunciada. A luta será total, suicida, destruidora, sem vencedores nem vencidos. Apenas restarão cinzas e o olhar indiferente das crianças. Apenas restarão abutres ávidos que rapidamente despojarão as vítimas.

Neste trajecto melancólico e desesperado de velhos pistoleiros, sem causa nem tempo seu, exprimirá Peckinpah o pensamento algo anarquizante que o caracteriza. Um trajecto que falará de revoluções no México de generais alemães, de mexicanos, de índios (dos índios que Peckinpah tão bem conhece), dos homens duros dos «gringos» e das mulheres

possuídas, das armas e das garrafas de bebida, da camaradagem e da traição, da **palavra dada** (e da causa que essa **palavra** irá servir), de caminhos-de-ferro assaltados, de armas roubadas, de olhares de uma ternura impossível, num mundo onde ela não cabe, de ódio. De como quatro bandoleiros desesperados, caminhando lado a lado para a morte, e para um derradeiro ajuste de contas, podem ser algo de magistoso, de impressionante e épico.

Admirável e terrível, **A Quadrilha Selvagem** é já hoje um clássico. Nada mais a dizer.

2. Ainda entre as reposições, tivemos o curioso filme de estreia de James B. Harris, **DESAFIANDO O PERIGO**, de que há poucas semanas havíamos falado, quando nos referimos à sua mais recente estreia: **Alguns Chamam-lhe Amor**. Filme de ficção política, alertando para os perigos de um confronto nuclear e criticando uma mentalidade fascista e agressiva de certos militarismos, **The Bedford Incident** é um título a não perder igualmente.

3. Já a reposição de **A PISCINA**, de Jacques Deray, com os seios da bela Romy Schneider por protagonistas, não se justificaria por completo, dada a pobreza de ideias e convencionalismos dos propósitos, o que se agrava em relação a uma comediazinha brejeira e estúpida: **A BELA CASTA SUZANA**.

4. No domínio das «artes marciais», do celebrado «king fu», tivemos mais alguns **maus exemplos**: **WANG, O REI DO KARATE**, **O MANETA DE FERRO**, **ONDE O SOL BRILHA**, este último dirigido por um italiano e misturando «karate» com o western italiano.

5. De Itália, mais alguns filmes «ousados» **AS IRMÃS** de Roberto Malenotti, é uma estopada lésbica ou incestuosa. Como é que se consegue fazer um filme chato com um tal tema e duas mulheres como Nathalie Delon e Susan Strasberg, eis o único talento de um tal Malenotti.

Mas há mais no género: **INO-**

CÊNCIA E TURBAMENTO, de Massimo Dellamano, história de uma amor «pecaminoso», do enteado pela madrastra. O pequeno ia para padre, mas arrependeu-se mal viu a jovem madrastra. Lucidez do rapaz, mas total impotência do realizador para ultrapassar o rodri-ginho mais imbecil.

Ainda de Itália, um policial bastante medíocre, da autoria de Giuseppe Rosagti. **É PRECISO ELIMINAR A TESTEMUNHA** e uma «cowboiada» de Roberto Mauri **ESPÍRITO SANTO E OS 5 MAGNÍFICOS CANALHAS**.

6. O terror esteve presente pela mão de dois espanhóis. Um Claudio G. Hill, com **OS SINOS DO INFERNO** (Les Cloches de L'Enfer). Se a memória nos não falha, foi Claudio Guérin Hill um jovem cineasta falecido há pouco tempo, um autor em quem os críticos mais exigentes do país vizinho depositavam certas esperanças. O seu filme procura conciliar o género de «terror com a parábola política, mas a obra é demasiado falhada e algo pretenciosa.

Pretensões é o que **O COMBOIO DO TERROR** não tem em plano algum. Gene Martin pretende apenas contar uma história de terror delirante (um estranho fóssil que se reanima durante uma viagem entre a China e Moscovo, e que espalha a morte e o terror pelas carruagens) com algumas referências culturais graciosas. Kazan, Welles, Yevtushenko, Trovsky, etc. são alguns dos nomes das personagens principais. O resto é mau mas tem piada e diverte.

7. A ESCOLHA DA SEMANA

Para orientação do leitor, e depois de esgotada esta lista de estreias e reposições das últimas semanas, aqui fica a relação do que de essencial haverá para ver em ecrãs de Lisboa:

— **TAMANHO NATURAL** (Grandeur Nature), de Luis Berlanga (Espanha-França), no Alvalade e Pathé;

— **STAVISKY, O GRANDE JOGADOR** (Stavisky), de Alain Resnais (França) no Apolo 70;

— **ONDE FICA A GUERRA?** (Wich Way to the Front?), de Jerry Lewis (EUA), no Caleidoscópio;

— **A VERGONHA DA FAMÍLIA** (Le Cinema de Papa), de Claude Berri (França), no Cinebolso;

— **FRANKENSTEIN JUNIOR** (Young Frankenstein) de Mel Brook (EUA) no Condes;

— **DESPRESO** (Le Mepris), de Jena Luc Godard (França), no Estúdio 444;

— **EQUILIBRIO INSTÁVEL** (A Delicate Balance) de Tony Richardson (Inglaterra), no Londres;

— **A VIAGEM** (Il Viaggio) de Vittorio de Sica (Itália), no S. Jorge;

— **ESTA ESPÉCIE DE AMOR** (Questa Specie d'Amor) de Alberto Bevilacqua (Itália), no Tivoli;

— **A CORAGEM DO POVO** (El Coraje del Pueblo), de Jorge Sanjines (Bolívia), no Universal;

— **VALPARAÍSO... VALPARAÍSO** (Valparaiso... Valparaiso), de Pascal Aubier (França), no Universal.

Com importância diferente, mas interesse inegável estes são os títulos seleccionados para esta semana. Se não perdeu nenhum, nada mais parece justificar o seu interesse.



José Gomes e Manuel Cavaco durante um ensaio da peça «Como o Sr. Mokimpote se libertou dos seus tormentos», de Peter Weiss

A PARTIR DE HOJE NO INSTITUTO ALEMÃO

ENTRADAS GRATUITAS PARA VER O GRUPO 4

Com versão portuguesa de Ary dos Santos e música de Fernando Tordo e Pedro Osório, a peça de Peter Weiss que o Grupo 4 se prepara para apresentar numa curta série de espectáculos no Instituto Alemão, ali ao Campo de Santana (as entradas são gratuitas), é um texto que ilustra uma importante fase nas buscas incessantes de um dos maiores dramaturgos do nosso tempo.

«Como o sr. Mokimpote se libertou dos seus tormentos» é uma peça que procura fazer reviver, na sua pureza e na sua comunicação directa e divertida, as formas do teatro de feira, de rua, o cantor ambulante e o saltimbanco, sem deixar de reflectir os problemas do nos-

so tempo, os problemas do homem na sua caminhada historicamente imparável para um mundo melhor.

A encenação de Rui Mendes e a colaboração na parte plástica de Augusto Sobral, Manuel Amado, Vicente Galfo, e Inês Guerreiro, a interpretação dos actores Costa Ferreira, Henriqueta Maya, Irene Cruz, João Lourenço, José Gomes, Manuel Cavaco, Morais e Castro e Vicente Galfo, e a montagem de Luís Cipriano, asseguram o nível de qualidade artística e consciência profissional que o Grupo 4 desde sempre entendeu como imprescindíveis à sua acção.

A partir de hoje dia 9, e até ao dia 25 deste mês de Julho,

excluindo os domingos, o espectáculo estará em cena na sala do Instituto Alemão, com início às 21 e 45, podendo os bilhetes ser recolhidos (são gratuitos) até às 19 horas de cada dia, devendo os seus possuidores ocupar o lugar até às 21 e 30, após o que se dará entrada a quem não tiver bilhete.

Antes de iniciarem uma digressão pelo País, Grupo 4 e Peter Weiss, estão no Instituto Alemão. Que a população de Lisboa e seus arredores acordem ao teatro que, sem os meros objectivos da exploração comercial, se lhes oferece com a garantia antecipada de qualidade e competência.

PROFISSIONAIS DE CINEMA: NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nos termos do C.C.T. vertical celebrado entre vários sindicatos e Empresas ligadas à actividade cinematográfica, diploma publicado no boletim do M.T. de 22 do passado mês de Junho, passam os profissionais abrangidos a beneficiar de mais sólidas garantias de trabalho já que à entidade patronal fica vedado o direito de despedir sem justa causa — bem como de outras regalias sociais.

Justa Causa — bem como de outras regalias sociais.

Com efeitos a partir de 1 de Março próximo passado, o presente acordo consta de um extenso clausulado em que se definem os princípios de ingresso na profissão e se classificam as categorias profissionais

(com atribuição das respectivas funções), estipulando o regime de horários de trabalho. Condições especiais para o trabalho prestado por mulheres, menores e estudantes, subsídios por trabalho extraordinário, deslocação, doença e acidente, e, ainda subsídios de férias e de Natal correspondentes, respectivamente, aos dias a que o trabalhador tem direito e a um mês da retribuição mensal.

Para os casos especiais em que cinemas de classes diferentes, mas pertencentes à mesma Empresa, funcionem em conjunto, acordaram as partes que os trabalhadores ao serviço do cinema de classe inferior será aplicada a tabela salarial respeitante ao cinema

de classe mais elevada. O contrato insere tabelas de classificação dos cinemas e teatros de Lisboa, Porto e província (incluindo Açores e Madeira), com dotações e quadros mínimos para cada classe, bem como as tabelas de retribuições mínimas aplicáveis aos trabalhadores administrativos, de Laboratório, de produção e realização.

Foram signatários do presente diploma os sindicatos: Profissionais de Cinema, Profissionais de Escritório do Norte, Profissionais de Escritório do Sul e Ilhas, Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, Telefonistas do Porto, Telefonistas e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, Contínuos Porteiros e Profissionais Similares, Electricistas do Sul, Electricistas do Norte, Electricistas do Centro, Marceneiros e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, e Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos de Lisboa, — e as associações: Portuguesa de Estúdios, Laboratórios, Distribuidores e Exibidores de Filmes, Portuguesa de Empresas de Teatro, Música, Circo, Tauromaquia, Restaurantes Típicos, Bailes e Variedades, e Portuguesa de Produtores de Filmes.

SINDICATO

DOS CONTÍNUOS, PORTEIROS E PROFISSÕES SIMILARES

COMUNICADO

CAMARADAS:

A DIRECÇÃO VEM POR ESTE MEIO COMUNICAR A TODOS OS ASSOCIADOS QUE DURANTE OS MESES DE JULHO, AGOSTO E SETEMBRO, AS INSTALAÇÕES DO SINDICATO ENCERRAM ÀS 18 HORAS.

ESTA DECISÃO RESULTA DO FACTO DE NAS ACTUAIS CIRCUNSTÂNCIAS NÃO PODER SER AUMENTADO O QUADRO DE PESSOAL E OS TRABALHADORES AO SERVIÇO DO SINDICATO GOZAREM FÉRIAS DURANTE ESSES MESES.

PELA DIRECÇÃO
Hortênsio Ferreira Rodrigo

ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

Fotografia, filmar, projectar, e sonoras, de «slids», rolos e acessórios, sempre a preços populares na Secção das «GALERIAS ROLDÃO», Avenida Almirante Reis, 13-E.

“BRECHT-2” E O T.E.P. VOLTAM À CENA

Depois de uma pequena pausa, para que os alunos dos cursos de actores pudessem apresentar ao público do Porto o resultado do seu trabalho, voltou de novo à cena, no pequeno Teatro António Pedro, o espectáculo «Brecht 2» compo-

to por duas peças em 1 acto de Bertolt Brecht, com encenação do chileno Roberto Merino. Representado pela companhia profissional do T. E. P. o espectáculo tem início, todos os dias, às 22 horas.



O espectáculo pelo Mundo

SINATRA PROCESSA...

O famoso actor-cantor Frank Sinatra processou um fotógrafo profissional alegando que os retratos que lhe encomendara, em 1973, da sua residência em Palm Springs foram reproduzidos, sem sua autorização, na revista alemã «Bunte».

Sinatra na sua acção contra o fotógrafo Peter Borsari pede uma indemnização de 5000 dólares (cerca de 120 contos) e contas de todas as vendas e lucros que Borsari teve com os retratos.

A «Bunte» publicou as fotografias em Maio último.

... E GINA TAMBÉM

Concluída a instrução preparatória do processo por difamação intentado pela actriz Gina Lollobrigida contra a soprano austríaca Ute de Vargas, foi marcada a data de 25 de Novembro para a discussão da causa.

Ute Vargas foi querelada pela actriz devido a algumas declarações prestadas pela soprano a um jornalista de um diário milanês, em Dezembro de 1973 e que Gina Lollobrigida considerou difamatórias.

A soprano negou sempre ter feito tais declarações, afirmando ser vítima de uma perseguição que a tem prejudicado consideravelmente mesmo no plano profissional.

Milko Skofic, ex-marido de Gina, declarou-se disposto a depor a favor de Ute.

WATERGATE

A companhia cinematográfica norte-americana «Warner Brothers» gastou 400 mil dólares (10 mil contos) na reprodução fiel da sala de redacção do «Washington Post», para as filmagens de «All the President's Men», película sobre o «caso Watergate» que conta com a participação dos actores Robert Redford e Dustin Hoffman.

«Tudo é autêntico», afirmou o produtor Walter Coblenz em conferência de imprensa sobre o filme.

«All the President's Men» foi filmado no exterior do edifício do jornal e noutros locais de Washington. Os interiores devem estar concluídos em Setembro.

LEI SECA

Gene Hackman, Burt Reynolds e Liza Minnelli são os alegres contrabandistas que durante a Lei Seca se encarregam de matar a sede de álcool aos norte-americanos no filme «Lucky Lady» de Stanley Donen cuja montagem está a terminar.

byly
DESODORIZANTE

Com uma a duas aplicações nas axilas e nos pés está protegida para uma semana seguinte.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
CLÍNICA DE TELEVISÃO E ASTRONAUTA
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e reparação grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

O argumento desta produção de Michael Gruskoff é de Willard Huyck e Gloria Katz.

BOA IDADE

Juan Garcia Espada, de 68 anos, que se crê ser o toureiro mais velho de Espanha, achase hospitalizado por ter sido colhido com gravidade numa corrida que se efectuou perto de Plasencia.

Garcia Espada «El Gordito», foi colhido quando actuava na arena da vila de Garganta la Olla, perto da fronteira portuguesa.

Funcionários locais disseram que Garcia Espada é toureiro profissional, há 52 anos e na última temporada apresentou-se em 41 praças de touros.

«ÚLTIMO TANGO»

A película de Bernardo Bertolucci, «Último Tango em Paris», foi autorizada na Itália, por decisão de um tribunal de Bolonha.

O filme havia sido sequestrado há mais de dois anos, sob a alegação de obscenidade. O director, o produtor Alberto Grimaldi, o distribuidor Ubaldo Matteucci e os actores protagonistas, Maria Schneider e Marlon Brando, apelaram da sentença, tendo o caso sido agora definitivamente resolvido.

«ASSASSÍNIO» DE ONASSIS

O realizador norte-americano John Avildson esteve na ilha de Malta para examinar o ambiente em que será girado o filme do produtor grego Nikos Mastorakis sobre o presumível assassinio de Alexandre Onassis, filho do magnata da navegação Aristóteles Onassis, recentemente falecido.

O intérprete feminino da película será Valentina Cortese.

Teatro da Cornucópia

Pequenos Burgueses
de Gorki

R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao L. do Rato) Tel. 661515
De 3.ª a 6.ª às 21.15
Sábado às 16.ª e 21.15
Domingo só às 18.30
Os lugares não são marcados
Não acons. men. 13 anos

se, que há menos de dois anos esteve em Malta, em gozo de férias.

O REGRESSO DE CLAUDINE

A actriz francesa Claudine Auger será uma jornalista intrépida no filme que assinala o seu regresso ao cinema francês depois de uma ausência de cinco anos.

O realizador da película, intitulada «L'Intrépide», é Jean Girault, contando-se entre outros intérpretes Juliette Mills, Michel Galabro, Roger Hanin e Jacques Legras.

«LOMBARD E GABLE»

Morgan Brittany, modelo de profissão, encarnará a figura da falecida actriz inglesa Vivien Leigh no filme «Lombard and Gable», em que são retratadas outras duas figuras cinematográficas igualmente desaparecidas: Carol Lombard e Clark Gable, que a arte levou a unir pelo casamento.

Vivien Leigh e Gable foram os protagonistas de «E Tudo o Vento Levou».

«STINDBERG»

A peça do escritor suíço Friedrich Duerrenmatt «Play Stindberg» foi representada pela primeira vez, no Teatro Municipal de Rostock, na República Democrática Alemã — anunciou a agência noticiosa A. D. N.

O professor Hanns Anselm Pertens foi o produtor do espectáculo, cujos protagonistas são Erica Kuppi e Erhard Schmidt.

REINTEGRAÇÕES NA EMISSORA

O ministro da Comunicação Social despachou favoravelmente uma proposta da Comissão de Saneamento da Emissora Nacional que solicitava o termo da suspensão de seis trabalhadores e a sua consequente reintegração, sem prejuízo dos pareceres que os processos de inquérito, em fase

de conclusão, venham a determinar. Além de dois funcionários administrativos e de outro ligado à programação (o chefe de secção Helder Sobral), regressam agora aos seus postos na estação oficial os locutores Gil Montalverne, Alberto Aroso e Manuel Araújo.

CASINO RESTORIL
SLOT MACHINES ACCESSÍVEL A MAIORES DE 21 ANOS TODAS AS DIAS DAS 6.ª ÀS 1.ª HORAS SALA DE JOGOS

MARSHA HUNT
VEDETA NORTE-AMERICANA DO CINEMA E DA CANÇÃO

CAPRICE and Partner ORIGINAIS EQUILIBRISTAS

ZELIA LOPES ORIGINAL SILVA NOBRE COSTA

BLUEBELL GIRLS SHOW

FERRER TRINDADE e sua orquestra
"NUEVOS AMIGOS" e THO BANDEIRA AND HIS GROUP

LES BIS
SO NO WONDER BAR

NO GRANDE SALAO RESTAURANTE AS 23.30 H não aconselha menores de 13 anos

NO WONDER BAR A 10 H. Interdito a menores de 18 anos.

CONSUMO MÍNIMO (Tudo incluído)
Sábados 140.00 Restantes dias 120.00

Hoje



«Os Grandes Detectives»

I PROGRAMA

- 19.00 Abertura e TV juvenil — Aeromodelismo
19.30 Vamos jogar no totobola — Os prognósticos para o próximo concurso
19.45 A Pantera Cor-de-Rosa
20.00 Das artes e ofícios
20.30 Telejornal — 2.ª edição. Noticiário do País e do estrangeiro
21.05 José Balsemão — Série filmada com Jean Marais no protagonista

Balsemão tem de ir junto do tenente da Polícia, Sartines, a quem Lorenza quer entregar os segredos das confrarias revolucionárias. Na circunstância só a condessa Du Barry será capaz de o salvar dos piores escândalos e das mais cruéis torturas. E a verdade é que o faz, podendo assim Balsemão continuar a desenvolver a sua actividade de conspirador, no seio de uma sociedade corrupta

- 21.35 Responder ao País
22.00 Pifelin — Um programa recreativo produzido e realizado por Francisco Nicholson, António Montez e Henrique Viana

Do elenco fazem parte Beatriz da Conceição, Fernando Maurício, Paço Gonzalez, Joaquim Cordeiro, José Manuel Osório, Fátima Veloso, Carlos Gonçalves, Maria Tavares, Fernando Tordo e Braga Santos, além dos produtores. Programa vinculado ao Departamento de Programas Musicais e Recreativos da RTP, ensaia novo figurino para tentar corresponder aos alvites e sugestões dos espectadores

- 23.00 Telejornal — 3.ª edição. Inclui um resumo da etapa do dia da Volta a França em Bicicleta.
23.15 Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e série filmada «Dom Quixote»
20.30 Desenhos animados «Bozzo, o Palhaço»
20.45 Encontro com Philiffe Gavi
21.00 Concerto
21.25 Os grandes detectives «Um encontro nas Trevas»

Londres, 1940, em plenas catástrofes da guerra. Slim Callaghan, detective privado, cujas actividades se não mostram brilhantes (vistas as circunstâncias), não perdeu, apesar disso, o moral nem o humor, utilizando sempre os seus encantos impertinentes junto das senhoras mesmo quando estas vestem uniformes e quando, sob as suas ordens, Callaghan preenche os seus papéis diários, como toda a gente, na «Home Guard». E, todavia, o clima da cidade, mergulhada na obscuridade e na angústia dos alertas, é propício, a estranhos assassinatos. Uma mulher, Griselda, ameaçada pelo telefone, esmagada pelo medo, é perseguida, nas ruas de Londres, por um homem que procura matá-la. Uma bela jovem, Julia Weaver, contrata Callaghan para que proteja a sua irmã, Griselda, contra as ameaças de Rentaul, seu ex-marido. E o nosso detective não deixa passar a oportunidade para lhe fazer a corte...

- 22.30 Telejornal — Em diferido a edição transmitida no I Programa às 20.30
23.00 Fecho.

DESTAQUES

I. PROGRAMA
José Balsemão (21.05)

II PROGRAMA
Os Grandes Detectives (21.25)

SIEMENS ESTORIL

Amanhã

I. PROGRAMA

- 1.º Período 12.45: Abertura e desenhos animados; 12.55: Mãos à obra; 13.30: Telejornal 1.ª edição; 13.45: «O Segredo dos Flamengos»; 14.15: Cartaz dos programas da noite; 14.20: Fecho.
2.º Período 19.00: Abertura e «Embalagens Perdidas»; 19.25: Momento desportivo; 19.55: TV Palco. Panorama teatral; 20.30: Telejornal; 21.05: Programa do Movimento das Forças Armadas; 22.00: «Os Camponeses»; «A Morte de Borina»; 23.00: Telejornal; 23.15: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura e a série filmada «O Segredo dos Flamengos»; 20.25: Desenhos animados; 20.40: Da Saúde e da Vida; 20.55: Serviço Especial; 21.50: Impacto A Universal de Evora; 22.30: Telejornal; 23.00: Fecho

Geral

Com toda a franqueza

Os futuros condutores de homens

É lógico, é natural, compreende-se. Um profissional de futebol, já com as chuteiras a caminho da prateleira, faz balanço aos haveres e, normalmente, constata que apenas soube (ou ainda é capaz de) jogar à bola. A única salvação que, rapidamente, lhe bate na imaginação é prosseguir por aí: e a porta semiaberta é a dos treinadores, dos técnicos onde, com sorte e algum saber, pode fazer vida por largos e bons.

Aconteceu isso em muitos ciclos. Agora mesmo, para o curso promovido pelo Sindicato da especialidade, inscreveram-se centena e meia de candidatos ao «canudo». Entre eles, Fernando Cruz (34 anos, ex-internacional nos bons velhos tempos do Benfica, andanças daqui para acolá, França e Venezuela no caminho. E travagem (momentânea) no Cartaxo.

Pois o Cruz, que era defensor de dentes cerradíssimos, aparece (em «A Bola») num ataque firme e bem declarado. Leia-se:

«Fui eliminado sem ter falado de futebol. Os senhores do júri, intelectuais do futebol, tinham obrigação de classificar o que eu escrevi e não o que eles pensam. Eles tiveram tempo de estudar o tema de desenvolvimento, eu não, nem sabia o que ia encontrar.

«Admito que tenha errado uma ou outra questão, não devia ter, de certeza, o ponto cem por cento como eles queriam. Mas, «bolas», fui eliminado, eu que ainda por cima tenho vinte anos de cultura futebolística. E os senhores do júri não se podiam esquecer que foi, precisamente de futebol, o curso que quis tirar.

«Como já disse fui eliminado sem ter falado de futebol «a sério». A única coisa que me perguntaram, relacionada, mais ou menos, com o futebol, veio de Carlos Silva. Ele perguntou-me se eu era capaz de ensinar futebol a crianças. Evidentemente, respondi afirmativamente, ou não tivesse andado vinte anos aos chutos numa bola. Para a oral, estava preparado para umas perguntas tendentes a detectar o nível de conhecimentos futebolísticos de um indivíduo e logo me havia de sair uma

daquelas. Uma pergunta de jeito poderia ser: se uma equipa actua em 4x2x4, como deve jogar o adversário. Isto é que se impunha e não aquilo de ensinar crianças...

«Fiquei muito aborrecido por ter sido eliminado. Ademais, estou convencido que não fiz umas provas muito más. No tema «Futebol, Desporto de Massas; Futebol, Desporto de Elites» escrevi que estava de acordo com o desporto de massas, pois, outrora, os clubes privilegiados (Benfica, Sporting e F. C. do Porto) faziam o campeonato só para eles e isso tirou interesse e público ao futebol. Agora, há mais interesse e igualdade nas equipas de futebol profissional. E isso chama público. Além disso, os preços dos bilhetes, agora, estão mais baratos. Escrevi também que o futebol tinha de ser ensinado nas escolas e nos liceus, de modo que a mudança se passasse a interessar pelo futebol.

«Disse isto tudo mas «chumbei». Aquilo era um curso para intelectuais e não para homens do futebol. Não se pode deitar abaixo um trabalho de vinte anos. A minha cultura é a minha experiência destes anos todos. Se a experiência não vale nada...

«Para mostrar que aquilo era para os intelectuais e não para nós homens de futebol, basta dizer que apareceu lá um empregado bancário, que escrevia muito bem, mas não deve saber dar um chuto numa bola, e que, quando soube que dispensou, telefonou, todo excitado, à mulher, a dizer que tinha passado, enquanto os «craques» estavam muito aflitos.

«Para se tirar um curso de treinador de futebol, tem de se falar de futebol. Repare que o Dinis, o «Chico», o Humberto Fernandes e o Raul Águas, homens ligados, há muitos anos ao futebol, também não foram admitidos. Porquê? Porque lá não se falou de futebol. Agora? Só peço às autoridades competentes que revejam este caso. Vivo à base do futebol, preciso de trabalhar e tenho que trabalhar. Ou querem que vá roubar...

«Presentemente, estou no Sport Benfica e Cartaxo, como jogador-treinador. Ainda

Por NEVES DE SOUSA

tenho contrato por mais um ano. Mas não sei se os senhores do sindicato me deixarão trabalhar. Eles é que têm a «faca e o queijo na mão». Mas, para mim, os únicos que me podem reprovar são os directores dos clubes em que trabalho. Se eles não me quiserem vou para a rua. Agora, os senhores do sindicato...

«Aquele curso foi muito engraçado. Passaram os que não sabem, chumbaram os que sabem e... correu o boato de que alguns candidatos já levavam o tema feito. Se é verdade ou não, não sei dizer...

Realmente (pelo que lemos, pelo que se diz, pelo que por aí corre) parece que este «curso» terá muito que se lhe aponte. Confundir futebol com trigonometria ou geometria no espaço é o mesmo que pretender que um médico, para estar autorizado a fazer intervenções cirúrgicas, tenha de jogar «badminton». Aquela que o Cruz conta, do bancário que vai a caminho de ter dupla profissão, é de cabo de esquadra: se não fosse profundamente triste. E, quanto ao boato (bem espalhado, acrescente-se...) de que alguns examinados conheciam antecipadamente o teor das perguntas a que iam ser submetidos, nem vale a pena comentar. Porque, depois da «barraca» já denunciada publicamente pelos alunos do 3.º ano da Escola de Educação Física onde decorre o «curso» (apontando a dedo alguns futuros «responsáveis» pelo futebol, que andavam a intrometer-se com raparigas que se encontram na Cruz Quebrada a frequentar aulas para professoras de Educação Física, chegando ao ponto de ir espreitá-las nos quartos ou nas casas de banho) evidencia, bem claro, o nível de alguns dos «escolhidos» pelo Sindicato dos Treinadores para seus agremiados de amanhã.

As acusações (de Cruz, de Raul Águas, dos alunos do I. N. E. F.) permanecem de pé: o elenco sindical, que desde os tempos do «ditador» Fernandes sempre foi pródigo em desabafos e em protestos, ainda não levantou a luva. Nem contestou uma simples palavra. E, quem cala, consente...

O governador disse, também, que não tinha modificado a sua linha política, a qual, conforme acentuou, tem o apoio da população. «A verdadeira questão é que devemos ter somente um pólo de decisão e não dois ou três» — acrescentou o coronel Garcia Leandro.

«Slogans» de apoio ao governador e de incitamento à saída do território de elementos apelidados de «traidores» surgiram pelas paredes da cidade, em português e chinês.



Santa Apolónia: no regresso de Berlim, aí temos a turma do Lisboa Ginásio, participante na «Gymnaestrada». Na bagagem: alegria, a bandeira da colectividade que representaram e garrações.

Futebolistas aderem à Intersindical

Depois de ter impedido a presença de jornalistas na cobertura da sua assembleia geral (para a qual fora solicitada previamente, através dos órgãos de comunicação social, o melhor noticiário possível) o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol envia agora à Imprensa o seguinte comunicado:

«Reuniu na passada 6.ª feira, dia 4 do corrente, pelas 21 horas, nas instalações da União dos Sindicatos do Norte, a Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Jogadores Profissionais de Futebol, tendo como ponto único da sua agenda a discussão do projecto dos estatutos apresentado pela direcção.

«Depois duma ampla discussão, que se prolongou por algumas horas, os mesmos foram aprovados pelos associados presentes que, respondendo ao apelo do seu Sindicato, compareceram em número elevado, tendo-se conseguido portanto uma efectiva representatividade.

«Como ponto importante da discussão dos estatutos, contava-se a aderência (ou não) à Intersindical. Depois de votação secreta, os associados manifestaram-se por esmagadora maioria, que se cifrou na ordem dos 90 por cento, pela aderência à Intersindical Nacional, central única dos trabalhadores portugueses, dando uma vez mais prova da sua consciencialização e empenhamento no processo revolucionário em curso.

«No final da reunião, foi também deliberado enviar-se uma moção ao Primeiro-Ministro e ao Conselho da Revolução, na qual os jogadores de futebol se congratulam com as últimas medidas tomadas pelo Conselho da Revolução, ao mesmo tempo que pedem que, a estas, novas sejam tomadas com vista ao reforço e avanço do processo democrático já iniciado

dura maioria, que se cifrou na ordem dos 90 por cento, pela aderência à Intersindical Nacional, central única dos trabalhadores portugueses, dando uma vez mais prova da sua consciencialização e empenhamento no processo revolucionário em curso.

«No final da reunião, foi também deliberado enviar-se uma moção ao Primeiro-Ministro e ao Conselho da Revolução, na qual os jogadores de futebol se congratulam com as últimas medidas tomadas pelo Conselho da Revolução, ao mesmo tempo que pedem que, a estas, novas sejam tomadas com vista ao reforço e avanço do processo democrático já iniciado

rumo ao verdadeiro socialismo.

«Mais foi decidido enviar telegramas ao ministro, secretário de Estado e director-geral do Trabalho, no sentido de ser publicada imediatamente a Portaria de Regulamentação de Trabalho, que regulará em novos moldes a actividade dos jogadores de futebol e cujo atraso de publicação está a dar origem a boatos e especulações, habilmente orquestrados por sectores ligados às entidades patronais, com vista a colocar os jogadores de futebol numa situação de grande insegurança, cuja última consequência será o de virá-los contra o seu próprio Sindicato.»

“TOUR”: AGOSTINHO É 22.º

A montanha bateu à porta da «Volta a França» e logo começou a desbaratar as hostes de ciclistas em prova: o grande vencedor da jornada de ontem foi o jovem italiano Moser, que tomou espectacularmente para o 11.º lugar da tabela geral, enquanto Eddy Merckx (quase em passeio) tem já um minuto e 31 segundos de avanço sobre o mais próximo competidor

(o francês Thévenet).

A equipa do Sporting está em penúltimo lugar entre as formações, e, até ao momento, nenhum dos seus elementos conquistou qualquer prémio ou ponto nas várias tabelas: apenas José Amaro, em função de uma queda nos primeiros troços da corrida, foi «contemplado» com um «prémio de azar»...

GREVE PROGRESSIVA NAS EDITORAS E LIVRARIAS

Os trabalhadores do sector editorial e livreiro continuam hoje a greve progressiva, iniciada ontem à tarde, com o encerramento dos estabelecimentos uma hora mais cedo do que o habitual. O encerramento para hoje será duas horas mais cedo.

A greve tem origem na não assinatura, dentro do prazo estabelecido, do contrato colectivo de trabalho vertical com as Associações dos Editores e Livreiros e Indústrias Transformadoras de Papel e outras associações representativas do patronato.

Segundo a lei, entrou-se na fase de arbitragem por não se

ter chegado a qualquer acordo no que respeita às tabelas salariais e categorias, montante de indemnizações quanto ao despedimento sem justa causa, tempo a conceder aos dirigentes e aos delegados sindicais para o exercício das respectivas funções (foram pedidos dez dias por mês para os primeiros e 48 horas para os segundos) e a diferença salarial entre o subsídio da Previdência e o ordenado real a pagar pela empresa em caso de acidentes de trabalho.

O prazo estabelecido para o termo da arbitragem é de 20 dias mas espera-se que esta fique concluída dentro de seis a oito dias.

PARALISADOS OS TRANSPORTES EM ITÁLIA

ROMA, 9 — (F. P.) — Uma greve geral de quatro horas paralisa desde as 7 horas TMG o sector dos transportes em toda a Itália.

As ligações aéreas, marítimas, ferroviárias e urbanas envolvidas neste movimento mobilizam 1.200 000 trabalhadores.

As três grandes confederações sindicais, que proclamaram a greve, socilitam um novo programa de investimentos: dois mil milhões de liras para os caminhos-de-ferro, 160 mil milhões para as instalações portuárias e 220 mil milhões para os aeroportos.

Rádio Renascença

A criação de uma Cooperativa Popular de Informação de carácter apartidário que corresponda a uma Rádio Renascença ao serviço da classe operária e dos trabalhadores, foi ontem à noite anunciada aos microfones da emissora, com a leitura de um comunicado dos seus trabalhadores. Esta proposta concretiza a forte mobilização popular em torno da luta por uma Informação popular, particularmente viva nos últimos dias e fá-lo mais em termos de classe, que nos da «política».

CHACINA NO BRASIL

BELO HORIZONTE, 9 — (ANI) — A chacina de 18 pessoas, em Minas Gerais, cujos esqueletos foram encontrados em duas cisternas, teria sido perpetrada por três elementos da Polícia Militar, que se encontram detidos até ao apuramento das responsabilidades. Acusado de instigador do massacre, o latifundiário José Luís Figueiredo foi ontem libertado por «habeas corpus», juntamente com outros nove civis implicados nos crimes.

GOLPE FRUSTRADO EM MACAU

MACAU, 9 — (ANI) — «Alguns oficiais tentaram fazer um pequeno contra-golpe» — disse o governador de Macau ao comentar, perante os jornalistas, os acontecimentos que desencadearam a crise no seio das Forças Armadas.

O encontro decorreu no gabinete de trabalho do coronel

Garcia Leandro que revelou, ainda, que havia uma lista com os nomes dos elementos militares que se pretendia afastar na sequência do contra-golpe.

A lista incluía, segundo anunciou o Governador, os nomes do comandante-militar, tenente-coronel Maia Gonçalves, Chefe de Estado-Maior, major

Chito Rodrigues, o antigo secretário-adjunto para as Obras Públicas e Comunicações, tenente-coronel Roche Vieira, o comandante da Polícia, major Lobo d'Ávila, e chefe de gabinete, major Moraes Santos.

O governador disse, também, que não tinha modificado a sua linha política, a qual, conforme acentuou, tem o apoio da população. «A verdadeira questão é que devemos ter somente um pólo de decisão e não dois ou três» — acrescentou o coronel Garcia Leandro.

«Slogans» de apoio ao governador e de incitamento à saída do território de elementos apelidados de «traidores» surgiram pelas paredes da cidade, em português e chinês.

SECRETÁRIO E SUBSECRETÁRIO DO TESOURO

O Presidente da República conferiu hoje posse, cerca das 12 horas, aos novos secretário e subsecretário de Estado do Orçamento, respectivamente drs. Alberto José de Santos Ramalheira e Ludovico Lázaro

Morgado Cândido.

O primeiro, que era o subsecretário da mesma, preenche a vaga aberta pelo dr. António de Seixas Costa Leal, entretanto nomeado vice-governador do Banco de Portugal.

Nacional

Indústria dos mármore

DOZE MIL OPERÁRIOS
EM RISCO DE DESEMPREGO

Correm risco de desemprego 12 mil operários da indústria dos mármore e outras rochas ornamentais, distribuídos por 500 empresas — revela o relatório do grupo de trabalho deste sector.

Entretanto, reunido, o Conselho de Ministros e tendo em conta a baixa produtividade das duas maiores empresas deste sector, Mármore do Condado e Pardal Monteiro, foi decidida a suspensão ime-

diata dos órgãos sociais dessas empresas e nomeada, em sua substituição, uma comissão administrativa constituída pelo eng.º Fernando Melo Mendes, dr. M. Ferreira Raposo, Ricardo Corte Real e Domingos Silva Pardal.

Por outro lado — revela o relatório do grupo de trabalho — o Ministério da Indústria e Tecnologia tem solucionado nos últimos meses os problemas salariais existentes nestas duas empresas.

As comissões administrativas que dependem do Ministério, superintendido pelo eng.º João Cravinho, terão de apresentar em prazos a marcar, planos de comercialização, produção e abastecimento para o conjunto das empresas e planos de desenvolvimento para o sector, definindo acções a curto, médio e longo prazos.

Estas acções enquadram-se todas elas num conjunto de medidas que o Ministério da Indústria se propõe levar a cabo para a reconversão e racionalização do sector, estando já projectadas a revisão da Lei das Pedreiras, a normalização de tipos de obras de mármore mais utilizadas na construção civil e a colaboração na definição de uma política de estabilização de preços no sector.

A crise que a indústria de mármore atravessa deve-se sobretudo a uma muito baixa produtividade global, tanto na extracção como na transformação, a uma completa indisciplina dos industriais interessados e às recentes reivindicações salariais que viriam precipitá-la.

Neste momento é intenção do Ministério da Indústria assegurar trabalho ao total de operários que actualmente se ocupam da indústria dos mármore e rochas ornamentais. Para isso, e no âmbito da reconversão anunciada, será necessário fomentar investimentos em mecanização para aumento de produtividade, dinamizar as exportações e introduzir medidas disciplinares no sector.

O RALLYE
DA F.I.C.C.

Efectua-se, nos dias 2 a 14 do próximo mês de Agosto, o XXXVI Rallye Internacional de Campismo da F.I.C.C. (Federação Portuguesa de Campismo e Caravanismo).

ANO SANTO em
ROMA 1ª SEMANA

PARTIDAS:
TODAS AS QUINTAS-FEIRAS
Julho 3, 10, 17, 24 e 31
Agosto 7, 14, 21 e 28
Setembro 4, 11, 18 e 25

Preços
excepcionais
desde*

INCLUINDO:

- Viagem em avião a jacto DC9
- Estadia no Hotel
- Transportes em terra
- Visita turística de Roma
- Taxas hoteleiras
- Acompanhante (gratuito)

* a vantagem dos voos especiais

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

LISBOA: Av. da Liberdade, 160 • Telef. 32 00 21

PORTO: Av. dos Aliados, 207 • Telef. 3 79 21

COIMBRA: Rua da Sota, 2 • Telef. 2 70 11/2

FARO: Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 25035/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS



CURSO DE FÉRIAS EM LISBOA

35 DIAS PARA APRENDER PORTUGAL

Trinta e cinco dias: o bastante para se dar cumprimento ao XL Curso de Férias da Faculdade de Letras de Lisboa, que neste momento conta com cerca de duas centenas e meia de alunos.

Espanhóis, franceses, americanos, senegaleses, coreanos, japoneses, ingleses, etc.: uma amálgama de idiomas para aprender um, o Português.

Isto, no curso elementar. Porque há dois outros graus, distribuídos conforme os conhecimentos da Língua e da

olhos atentos para um cartaz que saúda a independência de Moçambique. Saira de uma aula. Debaixo do braço, livros e panfletos.

Mais adiante, um grupo de espanhóis. Falavam alto e... de política. Queriam ver coisas. Vinham de Santiago de Compostela e mostravam-se dispostas a esclarecer alguns «equivocos» relativamente à actual conjuntura portuguesa.

No bar, uma fila gigantesca para a bica, a qual era pedida

AS MATÉRIAS

Só no Curso Superior se dão outras matérias, facultaivas, a cargo de vários professores. Assim, teremos os seguintes ciclos de conferências: História da Expansão e Colonização Portuguesa no Mundo, a cargo do dr. Joel Serrão; Literatura Portuguesa Contemporânea, pelo dr. David Mourão-Ferreira; Geografia de Portugal, pela dr.ª Carminda Cavaco; Linguística Portuguesa, leccionada pelo doutor Lindley Cintra. Cada um dos ciclos de conferências é de 10 horas, duas em cada semana.

Diversas visitas de estudo estão programadas para complementar os cursos de História da Arte e de outras cadeiras: ao Castelo de S. Jorge, a Alfama, à Baixa Pombalina, à Sé, ao Mosteiro dos Jerónimos, ao Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa e a diversos monumentos em Sintra.

Excursões nos fins-de-semana a explorações agrícolas, a fábricas e a instituições de ensino, no Alentejo, em Setúbal e em Coimbra, outras visitas feitas por iniciativa dos professores ou devido ao desejo manifestado pelos estudantes (visitas a diversos órgãos da Informação contribuirão para o aprofundar dos conhecimentos do Portugal de hoje).

De um modo geral, os alunos deste curso mostram-se interessados em conhecer um Portugal diferente. Em certos casos, mesmo, nota-se a expectativa, a esperança de, um dia, nos seus países, poderem vir a ter uma situação semelhante à que hoje tem Portugal. Também isso se pode aprender, que nem só do Português vivem 35 dias em Portugal...

«PAIXÃO & PAIVA,
LIMITADA»

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 25 de Março findo, lavrada de fls. 5 a 8 do livro de notas para escrituras diversas n.º C-479, do 12.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da Notária Lic. LÍDIA RODRIGUES MAIA DEVESE, foi parcialmente alterado o pacto social da sociedade comercial por quotas, de responsabilidade limitada, a qual tem sede em Lisboa, substituindo a redacção do corpo do artigo quarto pela seguinte:

ARTIGO QUARTO:

O capital social, integralmente realizado, é de SEISCENTOS MIL ESCUDOS, dividido em duas quotas, uma de quinhentos mil escudos do sócio Manuel Branco Sérgio Iria e a outra de cem mil escudos do sócio José da Cruz Galante.

Mantêm-se os dois parágrafos deste artigo.

Está conforme.

Lisboa, quinze de Abril de mil novecentos e setenta e cinco.

O 2.º Ajudante.

José Fernando Pereira Pires



Um senegalês na Faculdade de Letras, «defronte da descolonização»

Cultura Portuguesa. Assim, o Curso Elementar inclui, apenas, aulas de Português (que estão a dar naquela aula?, perguntámos. «O verbo ser e estar», foi a resposta); o Curso Médio, ou Complementar, com aulas de Língua e Introdução à Literatura Portuguesa; e o Curso Superior, com Português, História de Portugal, História da Arte Portuguesa e Fonética e Sintaxe do Português.

Uma funcionária da Faculdade indicava as aulas.

«O 'elementar'? Na sala dois.»

Uma francesa, dava uma última vista de olhos pelo horário. É do «superior». Fala correctamente o português.

Repórteres e fotógrafos entram na Faculdade sem problemas.

Durante mês e meio vai ouvir-se falar português de vários sotaques, na Faculdade de Letras de Lisboa.

UMA FACULDADE
DIFERENTE

Logo à entrada, um senegalês. Capulana verde e amarela,

SINDICATO
DOS CONTÍNUOS, PORTEIROS
E PROFISSÕES SIMILARES

AOS DELEGADOS SINDICAIS

Plenário de Delegados Sindicais

CAMARADA

Por este meio vimos comunicar-te p/ uma reunião de Delegados Sindicais no próximo

dia 10 pelas 18.30
no Sindicato dos Empregados de Escritório,
Rua do Alecrim, 46-1.

c/ a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise do procedimento do Director Silvério Emílio Ramos.
2. Informações.

CAMARADA — NÃO FALTES.

SÓS NADA SOMOS — UNIDOS VENCEREMOS.

PELA DIRECÇÃO

Hortêncio Ferreira Rodrigues

S. R.
MINISTÉRIO
DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/49705, do arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia de Oleiros, concelho da Feira, de uma linha aérea a 15 kV, com 116 m, do poste n.º 16 da linha Rio Meão-Oleiros ao posto de transformação de Matos & Rodrigues, Ld.º

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 28 de Junho de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R.
MINISTÉRIO
DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/55729, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Pereira, concelho de Montemor-o-Velho, de uma linha aérea a 15 kV, com 381 m, do poste n.º 6 da linha para o posto de transformação de Pereira-Montes de Cima, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho ao posto de transformação de Pereira-Fontinha, da mesma entidade.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 1 de Julho de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

DIÁRIO DE LISBOA
ASSINATURAS DE FÉRIAS

ACEITAM-SE ASSINATURAS PELO PERÍODO MÍNIMO DE 10 DIAS, AO PREÇO DE 4500 POR DIA.

NÃO SE ENVIAM RECIBOS À COBRANÇA

Alugue um carro
euro rent

R. BARÃO DE SABROSA, 129-A
LISBOA-1 — TELEFS. 822093/4

DESDE

1\$30

POR KM

Geral

ZAIRE

Continuação da pág. 3.

americano em Kinshasa.

Em Washington, Kissinger não parece ver-se esforçado por atrair as boas graças do general Mobutu. A comissão sena orial de inquérito às actividades da C.I.A. no estrangeiro, examinou recentemente o presumível papel dessa organização no assassinato de Lumumba, rival de Mobutu, em 1961. Nessa época Mobutu tivera decerto algumas ligações com a C.I.A., e essa seria uma nova razão para o «guia» zairense querer afastar-se dos Estados Unidos.

O embaixador dos Estados Unidos foi expulso, e o embaixador zairense em Washington, foi chamado. Mas os interesses americanos no Zaire são demasiado importantes para poderem ser negligenciados por ambas as partes. Por outro lado, tanto o Zaire como os Estados Unidos apoiam o movimento nacionalista angolano de Holden Roberto. Por isso as relações diplomáticas não foram cortadas. O chefe do Estado não se recusou a receber em Kinshasa uma missão de diplomatas chegados de Washington, onde de momento se considera necessário não manifestar excessivo mau humor.

AMÉRICO TOMÁS DEMITIDO DA ARMADA

Foi demitido da corporação dos oficiais da Armada, desde 25 de Abril de 1974, o almirante Américo Deus Rodrigues Tomás — lê-se num suplemento à 1.ª Série do «Diário do Governo», datado de 30 de Junho e hoje distribuído.

Trata-se de um decreto-lei visto e aprovado em Conselho da Revolução e promulgado pelo Presidente da República.

No preâmbulo explica-se que a Lei n.º 1/74, de 25-4-1974, com base no Programa do M. F. A., destituiu das funções de chefe do Estado o almirante Américo Tomás, «sem considerar, como era natural, a situação do referido oficial do ponto de vista da sua qualidade de oficial da Armada», o que veio agora a suceder.

CONGRESSO DOS SINDICATOS

Continuação da pág. 1

são. «A Intersindical rejeita o direito de tendência. Não em abstracto mas sim nas condições concretas da vida portuguesa. Como se sabe, em nenhum país do mundo, social-democrata, as eleições nos sindicatos se fazem por sufrágio directo e secreto. O direito de tendência significa a vida política imiscuir-se na vida sindical» afirmou um dos elementos do Secretariado.

CONVOCATÓRIA

Nos termos do Artigo 42.º e seu § 1.º da Lei de 11/4/1901, é convocada a Assembleia Geral da Sociedade Comercial Electro Estrela de Lisboa, Ld., a fim de deliberar sobre a dissolução da Sociedade. A Assembleia realizar-se-á na Sede Social (Praça Paiva Couceiro, 7, em Lisboa), às 20 h. do dia 12 Agosto 1975.

O Gerente
Américo Martins



PETIZ DE 15 ANOS SOBRESSALTA A FAMÍLIA COM O SEU DESAPARECIMENTO

VISEU — 7/7/75

Na passada quarta-feira desapareceu de casa de seus pais o menor de 15 anos, José Manuel de Oliveira Marques, desconhecendo-se até ao momento o seu paradeiro. Vestia, na altura, calça de bombazina cinzenta; camisa clara de xadrez com riscas vermelhas e verdes, casaco de malha cinzento, com fecho de correr e calçava sapatos de cor castanho escuro. Tem 15 anos, 1,70 m. de altura e possui cabelo escuro.

Dado que nada há a justificar tal procedimento e até porque o José Manuel não se munuiu de coisa alguma que lhe seria necessária na sua ausência, os pais e restante família temem que tenha sido aliciado por alguém de incompreensíveis intenções. Assim, sobressaltados e cheios de dor e porque a mãe do José Manuel se encontra muito doente, agradece-se toda e qualquer informação para as autoridades mais próximas, ou directamente para a P.S.P. de Viseu.

8.000\$00

É quanto ganhará fazendo apenas um contrato por semana, mesmo trabalhando em PART-TIME. Marque a sua entrevista hoje pelo telef.: 534013 das 19 às 20,30 h.

BARS
BOITES

RESTAURANTES
BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167.
YUKY STREAP-TEASE JAPONESA
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado.

Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946.
HIPOPOTAMÔ — Conjunto Hipopotamo. Encerra aos domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48394.



PROGRAMA NA RTP

Quintas-feiras às 21,00 horas

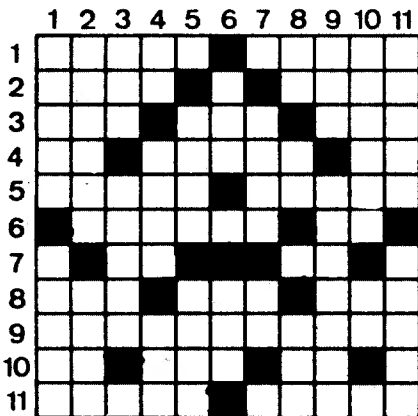
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11129

HORIZONTAIS:

- 1 Estimulo. Realiza.
- 2 Numeral. Concorde.
- 3 Rei lendário de Troia, neto de Dárdano, fundador de Ilion. Fluido aeriforme. Nome de mulher.
- 4 Rádio (s.q.). Ocasões. Espera deferimento.
- 5 Transferir para outro dia. Rio de Portugal.
- 6 Avaliara. Seguiu.
- 7 Tempo do verbo ir. Campeão.
- 8 Corcovo. Executa. Cidade de França.
- 9 Tomarias fôlego.
- 10 Antes de Cristo. O mesmo que ion. Idem.
- 11 Rafadores. Peixe do género siluro.



VERTICAIS:

- 1 Agarrara. Sarar.
- 2 Oculto. Erra.
- 3 Sufixo que designa pequenez. Seguirias.
- 4 Lê. Fêmea do boi. Nome de vários papas.
- 5 Ventre materno. Vendas a crédito.
- 6 Sossego. Anel.
- 7 Artigo definido. Estiagem. Letra grega.
- 8 Deus dos pastores. Isolado. Trocas.
- 9 Ave pernaltia. Áspero.
- 10 Abandona uma religião (particularmente a católica) para seguir outra. Autores.
- 11 Estimado. Imparcial.

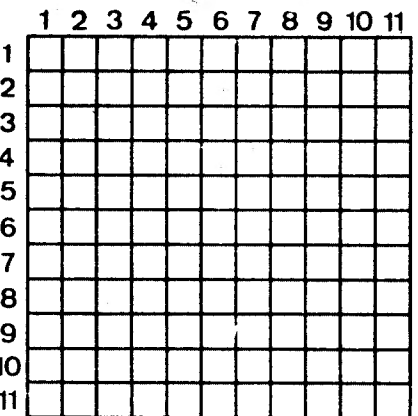
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7287

HORIZONTAIS:

- 1 Tribo de índios do Brasil, em Mato Grosso. Indivíduo mascarado (prov. transm.).
- 2 Dido fundadora de Cartago. Chefe etíope.
- 3 Varredor de rua (Bras.). Antiga moeda do Brasil.
- 4 Cingiremos.
- 5 Pronome possessivo. Boatos (fig.). Nota musical.
- 6 Parte posterior e superior do pescoço. Utensílio doméstico.
- 7 Muito digno. Artigo definido. Bola revestida de pele.
- 8 Rainha de Portugal. Planta da família das apocíneas de cujas flores se extrai perfume.
- 9 Rio de França. Sufixo que designa estado.
- 10 Invólucro de palha em que se metem os objectos frágeis para que se não partam durante o transporte. Campeão. Em a.
- 11 Equiparas.



VERTICAIS:

- 1 Cavalo alado, que nasceu do sangue da Medusa, quando Perseu lhe cortou a cabeça. Espécie de embarcação asiática.
- 2 Ponto correspondente à parte mais lateral da asa do nariz. Nota musical. Caminhar.
- 3 Rodearam.
- 4 Uma das partes do Mundo. Jogo também chamado da glória.
- 5 Autores. Lembrar.
- 6 Erras.
- 7 Apelido. Nome científico do pato.
- 8 Aves palmípedes. Vantagens.
- 9 Pegas. Interjeição usada para obrigar os distraídos a tirar o chapéu nos teatros.
- 10 Estado da Venezuela.
- 11 Aldeia de índios do Brasil. Cidade da Suíça.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11128

HORIZONTAIS

- 1 Actor. Amais.
- 2 Crós. Liamba.
- 3 Rim. Carta.
- 4 Elara. Al. Ma.
- 5 DA. Adamar.
- 6 Amigas.
- 7 Ta. Ora. CA.
- 8 Artur. Piaras.
- 9 Vão. Acorar.
- 10 Arrá. Atrair.
- 11 Saar. Teso.

VERTICAIS

- 1 Acreditavas.
- 2 Crila. Arara.
- 3 TOMA. Tora.
- 4 Os. Remou Ar.
- 5 Ca. Irra!
- 6 LA. Agá. Cat.
- 7 Arrada. Pote.
- 8 Matias. Iris.
- 9 Ama. Raro.
- 10 Bi. Mã. Cara.
- 11 Samarras. Ru.

PROVERBIO: DA CÁ, TOMA LA

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7286

HORIZONTAIS

- 1 Cano. Láparo.
- 2 Oro. Calor.
- 3 Im. Cumprira.
- 4 Faro. Aiara.
- 5 Adem. Sa. Ita.
- 6 Aias. Ra. Ad.
- 7 Crise.
- 8 Idos. Napo.
- 9 Nara. Si.
- 10 Treparias.
- 11 Sociais. Ba.

VERTICAIS

- 1 Coifa. Pinto.
- 2 Armada. Dar.
- 3 No. Reitores.
- 4 Coma. Sapo.
- 5 Cu. So. Ac.
- 6 Lamas. Nota.
- 7 Alpiarca. Il.
- 8 Porá. Arpoas.
- 9 Ariri. Io.
- 10 Ratas.
- 11 Ova. Aderira.

A C. P. INFORMA

LEILÃO

No dia 21 de Julho e seguintes, às 10 horas, na estação de Alcântara-Terra, proceder-se-á à venda em hasta pública, de todas as remessas que não tenham sido retiradas nos prazos legais, bem como de outros volumes abandonados e que não tenham sido reclamados.

Avisem-se os Srs. Consignatários e Expedidores das remessas e donos dos volumes de que podem ainda proceder à sua retirada até ao dia 18 de Julho, nos dias úteis, excepto aos sábados, das 10 às 17 horas.

Para o efeito, devem ser pagos à Companhia os débitos que corresponderem, para o que os interessados poderão dirigir-se ao Serviço Comercial de Mercadorias, Rua Victor Cordon, 45, em Lisboa.

Nas estações encontram-se afixados os Avisos correspondentes ao referido leilão.

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e havia neblina ou nevoeiro em vários locais.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	17º
P. DOURADAS	14º
COIMBRA	19º
PORTALEGRE	17º
LISBOA	20º
FARO	23º
FUNCHAL	20º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima:
ELVAS 29º |

Mínima:
P. DA SAÚDE 6,3º |

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do Mar 16º || Atmosfera | 13º |



EMISSORA 1.º Programa

- 17.00 Noticiário. Rádio Estudantil
- 18.15 Movimento das Forças Armadas
- 19.00 Informação de trânsito. Música variada
- 20.00 Jornal da noite
- 20.00 Miniteatro
- 21.25 Música portuguesa
- 22.00 Música variada
- 22.30 Ambiente, por Afonso Cautela
- 23.00 Movimento das Forças Armadas
- 23.15 Música variada
- 00.00 Último jornal
- 00.30 Retrospectiva
- 01.00 (Saída e encerramento dos Regionais e dos MFF-1). Música na noite
- 02.00 Música na noite

2.º Programa

- 16.15 Magnificat em ré maior BWV 243, de Bach
- 16.55 Música sinfónica. Concerto para viola de arco e orquestra, de Baeyens. Sinfonia n.º 6 em lá maior, de Bruckner
- 18.20 Solos de piano. 4 Mazurcas op. 41 de Chopin, p/Stefan Askenase. Variações sobre um tema de Paganini, op. 35, de Brahms. Sonatina em fá sustenido menor, de Ravel, p/Clara Haskil
- 19.05 O soprano Maria Chiara, acompanhada pela Orquestra Real de Ópera do Covent Garden
- 19.35 Quinteto n.º 5 em ré maior, de Soler
- 20.00 Jornal da noite
- 21.00 (Passagem do MF-2 a estereó). Música ligeira variada
- 22.00 Música de órgão. Concerto n.º 4 em ré menor op. 7 de Handel. Partitas BWV 768, sobre «Se

benvindo bondoso Jesus», de Bach
Música de bailado. Petrushka, de Stravinsky. O Amor Brujo, de Falla
A Cantata, de Buxtehude, p/Johannes Kunzel (baixo), Coro da Catedral de Greifswald e a Orquestra Bach de Berlim
Sinfonia n.º 6 em fá maior, op. 68, de Beethoven.
01.00 Fecho

Programa em onda média

2 - 397 m. - 755 KHz

- 20.30 Sonata n.º 3 em dó maior op. 2 n.º 3, de Beethoven
- 21.00 Trasmisção de três óperas em um acto integradas no 1.º espectáculo da temporada 1975 do Teatro da Trindade, pela Companhia Portuguesa de Ópera. «Ida e Volta», de Hindemith. Intervalo. Prelúdio da Suite n.º 6 em Ré maior BWV 1012 de Bach
- 21.30 A ópera «O Telefone» de Gian Carlo Menotti.
- 22.00 Intervalo. Nocturno n.º 2 em mi bemol, de Duvernoy.
- 22.10 A ópera «La Cambiale del Matrimonio», de Rossini
- 23.21 Música sinfónica. Concerto em ré menor, op. 47, de Sibelius
- 00.20 Solos de alaúde por Paolo Posiedi. Obras de Francesco Spinaccino e Francesco Milano
- 00.58 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda média

Emissor de Lisboa Onda média

229,13 m. — 10 034 KHz — Emissão contínua; Emissor de Miramar (Porto) — Onda média, 283,6 — 782 KHz — Emissão contínua.

Modulação de frequência

- 16.00 Noticiário
- 16.04 Programa C. D. C.
- 18.05 O nosso programa
- 19.05 Em órbita 1
- 20.30 Boa noite em FM
- 22.02 Clube de Gó-Gó
- 00.05 Em órbita 2
- 01.05 Banda sonora Sonipol
- 02.05 Perspectiva
- 03.05 Medrugada
- 07.03 Hora sete

RÁDIO RENASCENÇA

Onda média — 233,2 m. — 1286 KHz — Modulação de frequência de Lisboa — 93,2 MHz — Emissão contínua

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Rádio Graça

06.00 às 11.00 e 17.00 às 22.00

Rádio Voz de Lisboa

11.00 às 14.30

C. Radiofónico de Portugal

14.30 às 17.00

Rádio Peninsular

22.00 às 02.00

farmácias de serviço

■ LISBOA

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALVALADE

Zil, Avenida da Igreja, 9-D-E (tel. 711780)

AMEIXOEIRA

São Bartolomeu, Vila Paulo Jorge, 1 (Galinheiras-Charneira) (tel. 790969)

ARROIOS

Nunes, Rua Angela Pinto, 32 (tel. 49756)

AVENIDAS NOVAS

Santa Maria, Avenida 5 de Outubro, 283 (à Feira Popular e Avenida 28 de Maio) (tel. 763016)

BAIRRO ALTO

Andrade, Rua do Alecrim, 125 (tel. 323443-323446-323228)

BELÉM

Gomes, Rua da Junqueira 326 (tel. 638193)

BENFICA

Benfiluz, Estrada de Benfica 444-A (tel. 782606)

CAMPOLIDE

Nova, Rua de Campolide, 297-C (tel. 687475)

CAMPO DE OURIQUE

Pinheiro, Rua de Campo de Ourique, 131 (tel. 686640)

CONDE DE REDONDO

Salutar, Rua Conde de Redondo, 9-B (a Gomes Freire) (tel. 533411)

PICHELEIRA

Marluz, Calçada da Picheleira, 140-A/B (tel. 720703-728395)

LAPA

Eduardo César, Rua das Trinas, 102 (tel. 662631)

OLIVAIS

Olivaes (dos), Rua Alves Gouveia 19 (tel. 311237)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

SÃO MAMEDE

S. Mamede, Rua Escola Politécnica 82-B (tel. 660280)

LAPA

Neves, Rua da Bela Vista, à Lapa, 37 (tel. 661251)

LUMIAR

Douro, Alameda das Linhas de Torres 93-A (tel. 791131)

PENHA DE FRANÇA

Carrondo, R. Padre Sena de Freitas, 10-A (à Igreja de Penha de França) (tel. 842518)

SÃO VICENTE

Santo António, Rua Leite de Vasconcelos 72-C (tel. 862333)

XABREGAS

Conceição, Calçada de D. Gastão, 30 (tel. 381279)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Branco Av. Comb. G. Guerra, 29 (Tel. 212081)

CARCAVELOS

Central Toda a noite

PAÇO DE ARCOS

Godinho da Silva Av. Patrão Lopes, 4 (Tel. 2432039) Até às 22 horas

OEIRAS

Central R. Conde Ferreira, 29 (Tel. 2430058) Toda a noite

PAREDE

Macau Av. da República, 77-C (Tel. 2471054) Até às 24 horas

S. PEDRO DO ESTORIL

S. Pedro R. 9 de Abril, 24 (Tel. 263052) Toda a noite

MONTE ESTORIL

Godinho da Silva Av. Saóia, 29-B (Tel. 260085) Até às 22 horas

CASCAIS

Cordeiro Av. Comb. G. Guerra, 40 (Tel. 280170) Até às 22 horas

A. Costa R. Freitas Reis, 24-C (Tel. 280214) Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Amadora P. 28 de Maio, 3-A (Tel. 935518)

Carmelo R. Elias Garcia, lote 28 (Tel. 933303)

Helénica R. Elias Garcia, 2 (Tel. 933613)

S. Jorge R. Pedro del Negro, 5-Reboleira (Tel. 938703)

DAMAIA

Lemos R. de Goa, 21-A (Tel. 971121)

QUELUZ

Zeller R. da República, 83 (Tel. 950045)

Correia L. do Mercado, 3 (Tel. 950906)

Serra e Pinto Av. D. António C. Sá, 50-E (Tel. 957619)

CACÉM

Araújo e Sá Est. de Paço de Arcos, lote 1-B (Tel. 2940781)

MEM MARTINS

Rodrigues Rato

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (Tel. 980456)

SINTRA

Misericórdia Vila (Tel. 2930391)

COLARES

Abreja (Tel. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Gameiro L. António dos Santos Jorge, 15 (Tel. 234100)

ALHOS VEDROS

Portugal Av. da Bela Rosa, 8 (Tel. 204250)

ALMADA

Magalhães R. Capitão Leitão, 8-B (Tel. 2750242)

BAIXA DA BANHEIRA

Nova Fátima Est. Nacional, 244-A (Tel. 2040141)

BARREIRO

Moderna R. D. Henriqueta Gomes de Araújo, 12 (Tel. 2073443)

COVA DA PIEDADE

Castro Rodrigues L. 5 de Outubro, 62 (Tel. 270121)

MOITA

União Moitense Av. dr. Teófilo Braga (Tel. 239025)

MONTIJO

Diogo R. Almirante Reis, 50 (Tel. 2310032)

SESIMBRA

Lopes R. Cândido dos Reis, 21 (Tel. 2233028)

SETÚBAL

Lisboa R. dr. Paulo Borba (Tel. 22248)

Saião Av. Portela (Tel. 22709)

SEIXAL

Godinho L. da Igreja, 51 (Tel. 2218580)

PORTO

TURNO 14

Até às 22 horas

Gondarém, Rua de Gondarém, 360 - Foz, Correia de Araújo, Rua de Santa Catarina, 259 - Nova Avenida, Avenida Fernão de Magalhães, 692; Pinheiro Manso, Rua São João de Brito, 25-29; Santa Teresa, Praça Guilherme Gomes Fernandes, 1000 Silva Pereira, Rua de Costa Cabral, 293; Alves, Praça do Exército Libertador, 62; Barros, Rua do Loureiro, 104; Boa Hora, Rua da Boa Hora, 80; Cameira, Rua do Heroísmo, 90; Terreiro, Rua da Reboleira 21.

A PARTIR DAS 22 HORAS

Terreiro, Rua da Reboleira, 21; Pinheiro Manso, Rua São João de Brito, 25-29; Santa Teresa, Praça Guilherme Gomes Fernandes.

COIMBRA

Rodrigues da Silva, Rua Ferreira Borges.

ESTREIAS DE HOJE

NOS CINEMAS

IMPÉRIO

PIQUENIQUE

BERNA

T. 776098 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

AS IRMÃS

3.ª Semana

A prova final entre duas mulheres

c/Nathalie Delon Susan Strasberg

APOLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

STAVISKY

Não acons. a menores de 13 anos

(O grande jogador)

A obra-prima de Alain Resnais

5.ª Semana

Hoje, às 24 (18 anos)

«DUELO DE FOGO»

ROXY

T. 48560 14.00, 16.30, 18.45, 21.15

O GARANHÃO

Escândalo no castelo das mulheres sem homem!

PATHÉ

T. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

TAMANHO NATURAL

c/ Michel Piccoli

Ultrapassa toda a imaginação

ALVALADE

T. 717480 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

TAMANHO NATURAL

c/ Michel Piccoli

Ultrapassa toda a imaginação

CINEBOLSO

T. 573407, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

A VERGONHA DA FAMÍLIA

(Le Cancre)

De Claude Berri, com Yves Robert

CINEMA 2000

T. 2100055 16.00, 21.15

O GARANHÃO

Escândalo no castelo das mulheres sem homem!

LIDO

T. 937593 21.15

O CASO ODESSA

Não acons. a menores de 18 anos

CARLOS MANUEL

T. 2930394 21.15

«JOE HILL»

Não acons. a menores de 13 anos

TAMANHO NATURAL

c/ Michel Piccoli

Ultrapassa toda a imaginação

CINEBOLSO

T. 573407, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

A VERGONHA DA FAMÍLIA

(Le Cancre)

De Claude Berri, com Yves Robert

CINEMA 2000

T. 2100055 16.00, 21.15

O GARANHÃO

Escândalo no castelo das mulheres sem homem!

LIDO

T. 937593 21.15

O CASO ODESSA

Não acons. a menores de 18 anos

CARLOS MANUEL

T. 2930394 21.15

«JOE HILL»

Não acons. a menores de 13 anos

TAMANHO NATURAL

c/ Michel Piccoli

Ultrapassa toda a imaginação

CINEBOLSO

T. 573407, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

A VERGONHA DA FAMÍLIA

(Le Cancre)

De Claude Berri, com Yves Robert

CINEMA 2000

T. 2100055 16.00, 21.15

O GARANHÃO

Escândalo no castelo das mulheres sem homem!

LIDO

T. 937593 21.15

O CASO ODESSA

Não acons. a menores de 18 anos

CARLOS MANUEL

T. 2930394 21.15

«JOE HILL»

Não acons. a menores de 13 anos

TAMANHO NATURAL

c/ Michel Piccoli

Ultrapassa toda a imaginação

CINEBOLSO

T. 573407, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30



REMANESCENTE GRÁFICA, S.A. R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TEL. 12363
LISBOA PORTUGAL

CARRO COM "PIDES" ENTRE CAXIAS E CARCAVELOS

Cinco «pides» vistos dentro de um carro, até pode passar a ser de ora em diante uma cena vulgar, posto que dos foragidos de Alcoentre ainda há cerca de 40 para deter. Alguns, afirma-se, já se encontram em Espanha. Mas a verdade é que os testemunhos de várias pessoas confirmam-nos que desde o passado sábado têm sido vistos na zona compreendida entre Caxias e Carcavelos e no interior de um Citroën DS-21, matrícula HH-26-31, quatro ou cinco — umas vezes são quatro, outras vezes, cinco — antigos agentes da P. I. D. E./D. G. S.,

que se deslocam quase sempre a alta velocidade. Há mesmo quem teime em afirmar que, tendo lobbado o referido veículo, na passada madrugada de segunda-feira, parado junto a um cruzamento de Paço de Arcos para a Marginal, um dos ocupantes era de certeza o assassino do estudante Ribeiro Santos.

Ao que parece, o Copcon foi devidamente informado da presença do veículo «pidesco» naquela zona, enquanto alguns agrupamentos políticos chamam a atenção sobre o facto e incitam a uma maior vigilância popular.

ELMANO ALVES NO BRASIL

«O embarque ou desembarque de passageiros é estritamente confidencial», disse-nos esta manhã uma funcionária da agência de passagens da Varig em Lisboa, inquirida pelo «DL» sobre se era ou não comprovado que Elmano Alves partira de madrugada para o Brasil, embarcado num avião daquela companhia.

O «diário de Notícias», na sua edição de hoje, dá a partida como certa. Efectivamente, segundo o nosso colega da manhã, Elmano Alves estava, de ontem para hoje, no Aeroporto de Lisboa, com mulher e filhos, munido da respectiva autorização de saída. Aquele que foi presidente da Comissão Executiva da extinta Acção Nacional Popular terá chegado ao controlo de passageiros cerca da meia-noite. Esteve de-

pois cerca de hora e meia nas dependências da Guarda Fiscal que presta serviço no aeroporto, aguardando, provavelmente, que as autoridades confirmassem a autorização que lhe fora concedida.

Por volta da 1.30, diz o «Diário de Notícias» que «sem pressa, embora denotando certo nervosismo», dirigiu-se, com os familiares, ao balcão de passaportes, foi «visto» e disse: «Então boa noite e até breve».

Elmano Alves, segundo fotografia que ilustra a notícia e lhe reforça a veracidade, ia de bigode, barba e óculos escuros.

Em contacto esta manhã estabelecido pelo «DL», disseram-nos da 5.ª Divisão do E.M.G.F.A. que não sabiam de nada.

TEM BOM GOSTO?

Aconselhamos-lhe uma visita à Galeria Actual, onde encontrará mobiliário de todos os estilos, jogos de mapas, lustres, carpetes, quadros a óleo, estatuas, «bibelots» e uma enorme variedade de peças decorativas.

GALERIA ACTUAL

AVENIDA DA REPÚBLICA, 12 TELEF. 46928
(defronte estação metro do Saldanha)

TEM FALTA DE ESPAÇO NO SEU LAR?

Apresente-nos uma simples ideia ou desenho de qualquer móveis e nós os executaremos com perfeição e rapidez. Orçamentos grátis

FÁBRICA DE MÓVEIS SUPERCONFORTO

RUA CIDADE CARDIFF, 54 (Entre Bairro das Colónias e Penha de França) — Telef. 82 49 54

TEMOS ESTACIONAMENTO PARA O SEU CARRO

INTERSINDICAL MANIFESTAÇÃO POPULAR DO CAIS DO SODRÉ A BELÉM

O Secretariado da Intersindical Nacional convoca todos os trabalhadores e a população em geral a participarem numa grande manifestação a efectuar amanhã, pelas 19.30 horas, com concentração no Cais do Sodré em direcção a Belém.

Segundo um comunicado da Inter, «a escalada reaccionária que se verifica faz parte de um plano mais geral de sabotagem do processo revolucionário, exigindo da parte dos trabalhadores e das forças verdadeira-

mente progressistas, uma resposta inequívoca de repúdio por tais manobras e de apoio firme e decidido ao MFA, ao Conselho da Revolução, ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves».

Necessidade, pois, da manifestação: «reforçar a unidade de todas as forças populares, progressistas e militares; reforçar a vigilância popular contra os inimigos do nosso povo;

denunciar e combater todas as manobras tendentes a dividir o MFA e o movimento popular de massas; reforçar a unidade das massas trabalhadoras e da sua aliança com o MFA; saneamento profundo do aparelho de Estado; promulgação de leis que estejam de acordo com o momento revolucionário que atravessamos; rigoroso inquérito às circunstâncias que permitiram a fuga de cerca de 100 pides da cadeia de Alcoentre e a severa punição de tais cri-

minosos; intensificar as medidas que visem a mobilização dos trabalhadores para as tarefas da **batalha da produção** e do **controlo operário**; etc.».

Numa palavra, a manifestação tem por objectivo «reforçar a organização unitária das massas trabalhadoras na defesa do processo revolucionário rumo a uma sociedade sem classes, eliminando a exploração do homem pelo homem».

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES TRÊS HORAS DE PARALISAÇÃO PARA HOJE

Entra hoje no terceiro dia a greve parcial da TAP, com uma paralisação marcada para entre as 15 e as 18 horas, forma de luta encetada na segunda-feira para pressionar o Governo Provisório a cumprir a sua promessa de resolução do Acordo Colectivo de Trabalho.

Os trabalhadores da TAP afirmam que «a não resolução do seu A. C. T. deve-se exclusivamente a estes não alinharem no jogo oportunista e partidário a que alguns ministros do actual Governo Provisório os querem submeter». De par com os ministros, a TAP critica «os partidos conciliadores e os «sindicatos ditos do povo», para quem as lutas dos trabalhadores favorecem a reacção.

Segundo a comissão sindical da TAP, as responsabilidades na irresolução deste processo, com mais de 14 meses, cabem «aos membros do Governo directamente implicados», nomeadamente aos ministros dos Transportes e do Trabalho, e às antigas adminis-

trações que não aceitaram cláusulas já acordadas com aprovação ministerial.

Tal como está decidido, a greve progressiva irá aumentando de tempo até domingo, entrando-se em greve geral na segunda-feira próxima, caso o Conselho de Ministros não venha a tomar posição. A principal questão que se põe à homologação do A. C. T. refere-se à exigência de aumentos salariais apenas para os empregados que auferem entre 5050\$00 e 12 500\$00 (os ordenados acima deste estão congelados pelos trabalhadores) e à entrada em vigor de um subsídio único de 945\$00 para os que trabalham por turnos ou sob intempéries, que nem todos recebiam. Para facilitar o dispêndio de verbas ao Governo, os trabalhadores da TAP chegaram a apresentar-lhe um estudo sobre a má gestão da companhia, que representaria uma poupança de 250 000 contos.

Além disso, do pedido inicial à administração de 194 mil

contos para tabelas salariais, os trabalhadores baixaram o montante para 109 mil contos e depois, «por imposição governamental», para 95 000 contos, exclusivamente para as tabelas. Depois de outros obstáculos, e conseguido este acordo, o ministro virá a dizer, numa «interpretação totalmente inesperada», — dizem os representantes dos trabalhadores — que essa verba (os 95 000 contos) se destinaria antes a aumentos de despesas globais. O ministro dos Transportes, alegando que a comissão administrativa da TAP tinha plenos poderes para resolver o A. C. T., poderes que esta, por sua vez declina e remete para o ministro, recusou-se, — afirmam — a receber a comissão sindical para tratar do Acordo. A partir daqui, a questão voltou a plenário da TAP e os seus trabalhadores, «saturados já de tantas promessas e prevendo que iriam outra vez ser enganados», avançaram com medidas mais drásticas: e a greve sur-

tiu. Os trabalhadores da TAP perguntam, ainda, a quem serviriam se não lutassem por justos salários. «Possivelmente — respondem — aqueles que aumentando descaradamente o custo de vida, nomeadamente a alimentação, ensino particular, não incentivando também o ensino oficial, transportes, etc., aqueles que não julgam os «pides» e os libertam, contrariando assim a opinião de todo o povo português interessado na conquista de uma verdade: o socialismo, aqueles que deixam no Teledomingo falar todos os partidos políticos, incluindo os fascistas, e adiantando outros.»

Segundo nos informa o Serviço de Relações Públicas da TAP, foi mandado proceder a um inquérito aos Serviços Comerciais que, segundo notícia publicada, terão prejudicado a ida de uma equipa de voleibol à Argélia. A equipa desportiva, no entanto, por seguir viagem, acabou, no entanto, por seguir viagem, embora com atraso.

"DL" NA CIMEIRA DA TANZÂNIA "EM ÁFRICA, A LUTA CONTINUA"

LOURENÇO MARQUES, 9 — (Por Eduardo Rebelo, especial para o «D. L.») — Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botswana, reafirmaram a decisão de contribuir por todos os meios, para a libertação do Zimbabwe, integrando esta acção numa vasta luta anticolonialista e anti-imperialista.

Representantes dos quatro países usaram da palavra na localidade de Tanga, no interior da Tanzânia, durante uma cerimónia integrada nas comemorações do vigésimo primeiro aniversário da TANU (União Nacional Africana do Tanganica). A tónica dos quatro discursos foi colocada na palavra de ordem a luta continua e na afirmação do espírito internacionalista das revoluções sociais que se travam naqueles países.

«A luta pela libertação de África, entrou numa fase verdadeiramente revolucionária», disse Julius Nyerere, presidente da República Unida da Tanzânia, realçando a determinação do seu povo em continuar a apoiar firmemente a luta contra os regimes minoritários racistas da África Austral, num amplo combate pela «libertação completa e definitiva do continente africano». Nesta acção decisiva a Tanzânia conta com o suporte de Moçambique livre e independente, con-

forme destacou Nyerere ao afirmar ainda que «os povos da Tanzânia e de Moçambique prosseguirão conjuntamente a luta contra o capitalismo».

Este sentimento foi também ponto dominante do discurso de Kenneth Kaunda, da Zâmbia. Nós falamos em uníssono quando gritamos abaixo o capitalismo, abaixo o imperialismo», disse o presidente zambiano, que acrescentou: «Nós queremos dizer que desejamos ver libertado todo o mundo, ver libertada toda a humanidade».

Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique, disse, por seu turno que o seu país saberá assumir o seu dever internacionalista e reafirmou o apoio à justa luta dos povos do Zimbabwe, África do Sul e Namíbia. «Nós estamos preparados para auxiliar os nossos irmãos do Zimbabwe naquilo que eles necessitarem», disse Joaquim Chissano. «A luta continua. O povo moçambicano não poderá sentir-se completamente livre enquanto tiver como vizinho um país ainda subjugado pelo colonialismo».

Estas afirmações desenrolaram-se na mesma altura em que terminavam, nos arredores de Dar es-Salaam, as reuniões entre os principais dirigentes

nacionalistas do Zimbabwe, iniciadas após o encontro que tiveram no sábado passado com os presidentes da Tanzânia, Zâmbia e Moçambique. O objectivo destas reuniões incidu sobre o reforço da unidade no seio do Conselho Nacional Africano (ANC), que engloba todos os movimentos nacionalistas rodésianos. Os esforços dos três chefes de Estado e dos dirigentes do ANC — Abel Muzorewa, Ndabandigi Sithole e Joshua Nkomo — pareceram ter conduzido a resultados positivos, os quais se traduzem

no seguinte comunicado divulgado a noite passada em Dar es-Salaam. Os dirigentes do ANC asseguram a unidade do povo do Zimbabwe e a intensificação da luta de libertação. Os dirigentes reiteram uma vez mais, que as dificuldades e obstáculos à realização de uma conferência constitucional existem apenas do lado do regime de Ian Smith e do Governo britânico. O Conselho Nacional Africano reafirma que a conferência constitucional deverá ser realizada fora do território rodésiano».

VIEIRA DE ALMEIDA INTIMADO A REGRESSAR

LUANDA, 9 — (R.) — O ministro português da Economia do Governo de Transição de Angola, dr. Vasco Vieira de Almeida, foi intimado a regressar a Portugal para resolver os problemas do seu próprio País, após considerar como incompetentes três colegas do gabinete angolano.

O dr. Jonas Savimbi, presidente da U. N. I. T. A., um dos três movimentos nacionalistas que partilham o Poder no Governo, juntamente com os portugueses, atacou publicamente

o dr. Vieira de Almeida. A violenta crítica contra o ministro da Economia seguiu-se a notícias de que o dr. Vieira de Almeida enviara uma carta aos três ministros acusando-os de actos bárbaros e culpando-os do que classificou como o colapso das estruturas económicas e sociais do país. O dirigente da U. N. I. T. A. refutou acusações de que a incompetência de alguns ministros tinha paralisado o Governo. Acrescentou que o dr. Vieira de Almeida cometera um abuso.

